



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

MAÍRA BORGES FAINGUELERNT

**TERRITORIALIDADES RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA:
OS IMPACTOS DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE NAS
RESERVAS EXTRATIVISTAS DA TERRA DO MEIO**

CAMPINAS

2019

MAÍRA BORGES FAINGUELERNT

**TERRITORIALIDADES RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA:
OS IMPACTOS DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE NAS
RESERVAS EXTRATIVISTAS DA TERRA DO MEIO**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos exigidos à obtenção do título de Doutora em Ambiente e Sociedade, na Área de Aspectos Sociais de Sustentabilidade e Conservação.

Orientador: PROF. DR. EMILIO FEDERICO MORAN

Coorientador: PROF. DR. EDUARDO SONNEWEND BRONDÍZIO

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELA ALUNA MAÍRA BORGES
FAINGUELERNT, ORIENTADA PELO
PROF. DR. EMILIO FEDERICO MORAN.



EMILIO FEDERICO MORAN

CAMPINAS

2019

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

F149t Fainguelernt, Maíra Borges, 1985-
Territorialidades ribeirinhas na Amazônia brasileira : os impactos da Usina Hidrelétrica de Belo Monte nas reservas extrativistas da Terra do Meio / Maíra Borges Fainguelernt. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Emilio Federico Moran.
Coorientador: Eduardo Sonnewend Brondízio.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Usina Hidrelétrica de Belo Monte. 2. Vida ribeirinha. 3. Territorialidade. 4. Reservas extrativistas. 5. Amazônia - Aspectos sociais. I. Moran, Emilio Federico, 1946-. II. Brondízio, Eduardo Sonnewend. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Riverine territorialities in the brazilian Amazon : impacts of Belo Monte Dam on the extractive reserves of Terra do Meio

Palavras-chave em inglês:

Belo Monte dam
Riverine livelihood
Territoriality
Extractive reserve
Amazon - Social aspects

Área de concentração: Aspectos Sociais de Sustentabilidade e Conservação

Titulação: Doutora em Ambiente e Sociedade

Banca examinadora:

Emilio Federico Moran [Orientador]
Leonardo Civalle
Neli Aparecida de Mello-Théry
Mauro William Barbosa de Almeida
Lucia da Costa Ferreira

Data de defesa: 14-03-2019

Programa de Pós-Graduação: Ambiente e Sociedade

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-4361-047>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/3847540652543516>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS AMBIENTAIS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 14 de março de 2019, considerou a candidata Maíra Borges Fainguelernt aprovada.

Prof. Dr. Emilio Federico Moran

Prof^a. Dr^a. Neli Aparecida de Mello-Théry

Prof. Dr. Mauro William Barbosa de Almeida

Prof^a. Dr^a. Lucia da Costa Ferreira

Prof. Dr. Leonardo Civale

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas de vida acadêmica da aluna.

Dedico esta tese às populações da Amazônia brasileira.

E à Merinha que, muito mais que uma avó, é minha ídola e grande companheira nesta vida.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Prof. Dr. Emilio Moran por me transmitir por meio de sua orientação sua paixão pelo tema e por ter sido um grande mestre, me estimulando e ensinando com toda a confiança.

Ao meu co-orientador Prof. Dr. Eduardo Brondizio pelas precisas e generosas contribuições desde a primeira reunião.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo suporte financeiro para a realização do doutorado (Processo nº 2015/08842-6). E também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), já que este trabalho contou com seu apoio durante os primeiros meses.

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM) da UNICAMP e, especialmente, aos professores que contribuíram de perto desde o início do doutorado. Um agradecimento fundamental também ao Waldinei pela disponibilidade em me ajudar sempre que precisei. Aos amigos da “Casa Verde” do Nepam que me acolheram calorosamente em Campinas desde a primeira semana de aula. À minha turma de doutorado (2015) e, especialmente, à duas amigas queridas, Amanda e Deborah, que me ajudaram a encarar esta fase desafiadora da vida com mais alegria e sororidade.

Aos colegas de CGCEO de Michigan State University (MSU) que trouxeram muita alegria à minha rotina num período pessoal particularmente difícil e hoje formam um grupo de amizade “globalizado” muito querido. Aos colegas do CEDLA na University of Amsterdam que me acolheram e fizeram parte de um dos melhores momentos da minha vida. Especialmente, ao Prof. Dr. Fabio de Castro por ter me supervisionado durante o intercâmbio e me ajudado a refletir sobre os principais resultados da pesquisa. Ao prof. Rutgerd do CEDLA pelos insights compartilhados ao longo desse período.

À minha terapeuta, Benedita, por todo acolhimento amoroso ao longo dos dois últimos anos e por toda a troca que, para além do consultório, chega às profundezas das florestas amazônicas.

Ao Daniel, meu amor, por todo o companheirismo e paciência e também por compartilhar seu talento cartográfico sempre que necessário.

À toda a minha família, pelo suporte em diversos níveis, sem eles não teria sido possível concluir esta tese. Especialmente, agradeço aos meus pais, Isabel e Mauro, que me apoiaram com todo o amor e a generosidade em todos os momentos que precisei ao longo deste processo de doutoramento. Aos meus segundos pais, Tuca e Orlando, que são parte essencial da minha torcida organizada e alicerce afetivo. À minha tia Vera, pelas revisões, entusiasmo, incentivo e parceria constante nesta trajetória acadêmica. Aos meus irmãos, Rafael por ter me dado suporte em São Paulo durante todo este percurso, Ana por ter me acompanhado de perto tanto durante a pesquisa de campo no Iriri, como durante a transcrição das entrevistas, e Benjamin por compartilhar a leveza dos seus onze anos de idade neste momento. Por fim, aos meus dois avôs, Abrahão e Wagner, que há muitos anos não estão mais aqui, mas continuam me inspirando em busca do conhecimento.

RESUMO

A tese tem como objetivo analisar os impactos da usina hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu (estado do Pará), a partir da visão das populações ribeirinhas das reservas extrativistas da Terra do Meio - Iriri, Xingu e Riozinho do Anfrísio. Para isso, se baseia em quatro questões: (i) como é a territorialidade dos ribeirinhos; (ii) de que maneira a sobreposição de áreas protegidas e a área de influência dos impactos da usina excluiu as reservas extrativistas como territórios atingidos; (iii) quais contradições são evidenciadas a partir da visão dos ribeirinhos da reserva extrativista do Iriri à respeito dos impactos da usina; e (iv) como este estudo contribui à questão ambiental no contexto de debate sobre redução de impactos de grandes hidrelétricas em áreas protegidas. A noção de territorialidade constitui o arcabouço teórico da tese, tendo como referência a literatura da geografia e da antropologia. As interações homem-ambiente foram discutidas dentro do contexto das subáreas ecologia humana, ecologia cultural e ecologia política. A revisão de literatura também envolve a identidade ribeirinha e a complexidade dos processos de colonização e miscigenação e as transformações territoriais e socioeconômicas na região. O argumento central é que, apesar dos avanços na legislação ambiental brasileira e no reconhecimento dos direitos das populações tradicionais, a sobreposição de categorias socioculturais, ambientais e a área de influência de Belo Monte, geram um processo de desigualdade socioespacial ao não considerar de maneira apropriada nenhuma das reservas extrativistas da Terra do Meio nos estudos de impacto ambiental. Em particular, a investigação sobre a visão das populações da reserva extrativista do Iriri evidencia a invisibilidade ribeirinha acarretada por medidas de mitigação e compensação ambiental repletas de contradições. As categorias ambientais e culturais em questão destacam o estigma social e a lógica conservacionista que impõe hierarquias entre populações tradicionais e áreas protegidas na política ambiental brasileira. Esta pesquisa é qualitativa e envolve tanto métodos etnográficos, observação participante, realização de entrevistas semiestruturadas, como diferentes técnicas de mapeamento e investigação. Por fim, a tese demonstra as repercussões de um modelo de conservação e desenvolvimento na Amazônia brasileira que coloca em xeque a garantia de direitos de populações historicamente negligenciadas.

Palavras-chave: Usina hidrelétrica de Belo Monte. Vida ribeirinha. Territorialidade. Reservas extrativistas. Amazônia – aspectos sociais.

ABSTRACT

This PhD dissertation aims to analyze the impacts of the Belo Monte dam located in the Xingu River (state of Pará), from the perspective of the riverine populations of the extractive reserves of the Terra do Meio - Iriri, Xingu and Riozinho do Anfrísio. In this regard, it seeks to answer four questions: (i) what is the territoriality of the riverine inhabitants of Terra do Meio; (ii) how does the overlap between categories of protected areas and the area of impacts of the dam exclude the extractive reserves as affected territories; (iii) what contradictions are evident from the view of the riverine people of Iriri Reserve regarding the impacts of Belo Monte; (iv) and what are the contributions to environmental research of this thesis in the context of reducing the impacts of large hydroelectric dams in protected areas. The notion of territoriality constitutes the theoretical framework, having the literature of geography and anthropology as reference. The human-environment interactions research in the Brazilian Amazon are discussed within the context of the subareas of human ecology, cultural ecology and political ecology. The literature review also engages the identity of the riverine populations and the complexity of the processes of colonization, miscegenation and territorial and socioeconomic transformations in the region. The core argument is that despite significant advances in Brazilian environmental legislation and the recognition of the rights of traditional populations in the Amazon region, the overlap of environmental and socio-cultural categories of protected areas with the definition of affected territories generates a process of socio-spatial inequality. None of the extractive reserves of the Terra do Meio were considered in the predam environmental assessments, for example. An investigation of the Iriri's extractivist population highlights the processes of riverine invisibility. The environmental and cultural categories involved social stigma and the conservationist logic that imposes hierarchies between traditional populations and protected areas in Brazilian environmental policy. This research uses qualitative methods and involves ethnographic methods, participant observation, and semi-structured interviews, focus groups and mapping. Finally, the PhD dissertation shows the consequences of following a conservation and development model in the Amazon that continues to threaten the rights of historically neglected populations.

Keywords: Belo Monte dam. Riverine livelihood. Territoriality. Extractive Reserves. Amazon – social aspects.

LISTA DE ABREVIATURAS

ADA - Área Diretamente Afetada
AHE - Aproveitamento Hidrelétrico
AID - Área de Influência Direta
AII - Área de Influência Indireta
AMOMEX - Associação dos Moradores do Médio Xingu
AMORA - Associação dos Moradores do Riozinho do Anfrísio
AMORERI - Associação dos Moradores do Iriri
ANA - Agência Nacional de Água
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
CCAF - Comitê de Compensação Ambiental Federal
CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
EIA - Estudo de Impacto Ambiental
ELETROBRAS - Centrais Elétricas do Brasil S.A.
ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ESEC - Estação Ecológica
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNASA Fundação Nacional de Saúde
FVPP - Fundação Viver, Produzir e Preservar
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
ISA - Instituto Socioambiental
LAET - Laboratório Agroecológico da Transamazônica
LI - Licença de Instalação
LO - Licença de Operação
LP - Licença Prévia

MPF - Ministério Público Federal
NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONGs - Organizações Não Governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico
PA – Estado do Pará
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PARNA - Parque Nacional
PBA – Projeto Básico Ambiental
PDRS Xingu - Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu
PDS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável
RESEX - Reserva Extrativista
RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RIMA - Relatório de Impacto Ambiental
SAGRI - Secretaria de Estado da Agricultura
SEMTA - Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia
SEPAQ - Secretaria de Estado de Pesca
SIN - Sistema Interligado Nacional
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TI - Terra Indígena
TR - Termo de Referência
UC - Unidade de Conservação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
Resumo	13
Objetivos e aspectos teóricometodológicos.....	14
Organização da tese	17
Breve apresentação	18
A complexa e imensa região amazônica.....	20
CAPÍTULO 2 - USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE.....	25
Resumo	25
Introdução.....	25
2.1. Breve histórico de Belo Monte	26
2.2. A área de influência de Belo Monte	28
2.2.1. Quem é atingido por Belo Monte na Terra do Meio?.....	30
2.3. O processo de reconhecimento das RESEXs como territórios atingidos	32
2.4. A visão das populações ribeirinhas dos impactos	36
2.4.1. Dimensões da visão ribeirinha.....	37
2.4.2. A visão dos ribeirinhos da RESEX do Iriri	49
Considerações finais	51
CAPÍTULO 3 - ÁREA DE ESTUDO	54
Resumo	54
Introdução.....	54
3.1. Caracterização geral da Terra do Meio.....	55
3.1.1. As reservas extrativistas da Terra do Meio	57
3.2. As pesquisas de campo	58
3.2.1. A Terra do Meio	59
3.2.2. A reserva extrativista do Iriri	64
3.3. Brasília.....	69
3.4. Desafios da pesquisa de campo na Terra do Meio	70
CAPÍTULO 4 - TERRITORIALIDADE EM FOCO.....	72
Resumo	72
Introdução.....	72
4.1 Sob a luz espacial da geografia	76
4.2. Sob o enfoque cultural da antropologia.....	79

4.3. Sob o enfoque cultural da antropologia	81
Considerações finais	84
CAPÍTULO 5 - A IDENTIDADE DAS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS: MUITO ALÉM DO ESTEREÓTIPO DO CABOCLO NA AMAZÔNIA	90
Resumo	90
Introdução	90
5.1. Quem é o ribeirinho tradicional?	91
5.1.1. De onde as sociedades não indígenas vêm?	96
Considerações Finais	100
CAPÍTULO 6 - FRONTEIRAS DA (IN)VISIBILIDADE RIBEIRINHA NA TERRA DO MEIO	103
Resumo	103
Introdução	103
6.1. A Territorialidade das populações ribeirinhas na Terra do Meio	103
6.1.1. As tramas territoriais na Terra do Meio	105
CAPÍTULO 7 - MEDIDAS DE MITIGAÇÃO E COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NA TERRA DO MEIO	119
Resumo	119
Introdução	119
7.1. Categorizações de áreas protegidas na Amazônia brasileira	121
7.2. O controverso plano de compensação ambiental de Belo Monte	124
7.3. As medidas de mitigação do outro lado do rio Iriri	128
Considerações finais	131
CAPÍTULO 8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	138
APÊNDICES	154
10.1. Termo de consentimento livre e esclarecido	154
Responsabilidade do Pesquisador:	155
10.2. Entrevista semiestruturada com ribeirinhos	156
10.3. Entrevista semiestruturada com atores-chave	159
ANEXOS	160

INTRODUÇÃO

Resumo

Este primeiro capítulo apresenta a motivação e a contribuição da pesquisa, além de introduzir o contexto da problemática central da tese e os principais objetivos e aspectos teóricometodológicos. Esta pesquisa é qualitativa e envolve múltiplos métodos de investigação e técnicas de mapeamento. O capítulo também aborda a organização geral da tese, a fim de explicar o que será discutido, especificamente, em cada parte. A presente pesquisa pretende compreender tanto a territorialidade dos ribeirinhos, como a visão destas populações dos impactos da usina de Belo Monte e as consequentes contradições relacionadas às diferenças de reconhecimento das áreas protegidas da Terra do Meio que ilustram, para além do caso estudado, desafios à governança ambiental na região Amazônica como um todo.

A presente pesquisa se insere no contexto de discussão sobre conservação e desenvolvimento na região amazônica brasileira e tem como objetivo compreender os impactos da construção da usina hidrelétrica (UHE) de Belo Monte, a partir da visão das populações ribeirinhas da Terra do Meio¹, mosaico de áreas protegidas (APs) no estado do Pará. Para tanto, e considerando a diversidade ambiental e sociocultural do conjunto das áreas protegidas na bacia hidrográfica do Xingu, a noção de territorialidade – associada ao conceito de território – constitui o arcabouço teórico tendo como referência a literatura da geografia e da antropologia.

A tese apresenta três questões: (i) como a territorialidade dos ribeirinhos das reservas extrativistas (RESEXs) da Terra do Meio contribui para a visão que têm dos impactos de Belo Monte; (ii) de que maneira a área de influência da usina de Belo Monte excluiu as RESEXs a partir das contradições envolvidas neste processo; (iii) contribuições à questão ambiental da região amazônica no contexto de redução de impactos de grandes UHEs em áreas protegidas. O argumento central é que, apesar dos avanços na legislação ambiental e do reconhecimento dos territórios e direitos das populações tradicionais na região amazônica brasileira, categorias e hierarquias envolvidas na análise de impacto de grandes usinas hidrelétricas em áreas protegidas tendem a gerar desigualdade socioespacial relacionada à definição de “atingidos”, o que – nesse contexto – implicou a reprodução da invisibilidade da territorialidade ribeirinha e a consequente formulação de medidas de compensação e mitigação repletas de controvérsias.

A visão dos ribeirinhos evidencia as contradições que envolvem a exclusão das

¹ De acordo com o ICMBio: “O Mosaico é a gestão integrada e participativa de um conjunto de Unidades de Conservação, que estejam próximas, sobrepostas ou justapostas. Este instrumento de gestão integrada tem a finalidade de ampliar as ações de conservação para além dos limites das UCs, compatibilizando a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional” (art. 26; SNUC).

RESEXs da Terra do Meio – RESEX do Iriri, do Xingu e do Riozinho do Anfrísio - como territórios atingidos por Belo Monte. Assim, o presente estudo ilustra as repercussões de um modelo de conservação e desenvolvimento que, a partir de relações assimétricas de poder, coloca em xeque a garantia de direitos de populações historicamente negligenciadas. Por fim, esta pesquisa visa a contribuir com o enfrentamento da dicotomia entre sociedade e natureza ainda vigente na formulação de políticas públicas e com a redução de impactos de grandes projetos de infraestrutura na Amazônia.

Este trabalho poderá ser um documento de utilidade tanto para as populações ribeirinhas como para o programa Ambiente e Sociedade do Núcleo de Estudos e Pesquisas e Ambientais – NEPAM – da UNICAMP. O intuito é que a presente pesquisa contribua para o aprofundamento da problemática - dentro da Geografia e também em estudos sobre a relação entre ambiente e sociedade, em geral – a fim de ampliar o conhecimento científico acerca de populações historicamente invisibilizadas. Cabe destacar que a tese pretende também contribuir para a divulgação das demandas e reivindicações das populações ribeirinhas que ainda carecem de mais atenção das políticas públicas na a região amazônica.

Objetivos e aspectos teóricometodológicos

O objetivo da pesquisa foi investigar a visão das populações ribeirinhas das RESExs da Terra do Meio, para então, entender como respondem ou resistem às transformações decorrentes da construção da UHE Belo Monte. Considerando a invisibilidade histórica - e ainda atual - desses grupos sociais e culturais, a proposta foi compreender a territorialidade e modo de vida, assim como as estratégias de produção extrativista e uso sustentável, a reprodução social no território, a organização social e a identidade territorial das populações ribeirinhas das RESExs da Terra do Meio. Os objetivos específicos da tese são:

- 1- Compreender a territorialidade e a identidade das famílias ribeirinhas moradoras das RESExs da Terra do Meio.
- 2- Analisar a visão dos ribeirinhos sobre os impactos decorrentes da construção da UHE Belo Monte nas áreas protegidas da Terra do Meio.
- 3- Destacar as contradições evidenciadas a partir da visão das populações ribeirinhas da RESEx do Iriri e investigar os desafios à governança ambiental na região amazônica que o estudo de caso ilustra.

A pesquisa qualitativa envolve tanto métodos etnográficos, observação participante

e realização de entrevistas semiestruturadas, como técnicas de investigação em grupo focal e mapeamento. O trabalho investigativo foi respaldado em investimento teórico em torno das categorias e conceitos associados, na medida em que busca dar visibilidade à opinião dos ribeirinhos acerca da complexidade dos impactos de Belo Monte e à territorialidade dos ribeirinhos das RESEXs da Terra do Meio. Da descrição geral do método de pesquisa:

- 1) consulta à literatura pertinente, periódicos e prerrogativas legais já constituídos;
- 2) pesquisa documental junto às instituições e órgãos governamentais, empresas, organizações não governamentais (ONGs), associações e movimentos sociais envolvidos;
- 3) investigação sobre o histórico e a identidade das populações ribeirinhas da área de estudo e o processo de reconhecimento dos direitos territoriais associados às RESEXs;
- 4) realização de três pesquisas de campo, investigação etnográfica, levantamento de dados, entrevistas semiestruturadas, mapeamento;
- 5) análise das entrevistas e das observações de campo, tratamento de informações, procedimentos de codificação, identificação de temas e subtemas e síntese dos dados obtidos em trabalho de campo;
- 6) redação da tese.

A revisão da literatura e a pesquisa bibliográfica inicial foram realizadas a partir de livros, artigos, teses, dissertações, revistas acadêmicas, atas e periódicos. As principais fontes primárias foram documentos oficiais do licenciamento ambiental da usina, como pareceres técnicos dos órgãos responsáveis pela avaliação dos impactos do empreendimento, atas das reuniões dos Conselhos Deliberativos das RESEXs, assim como resoluções, moções e outros documentos oficiais do ICMBio relacionados aos impactos de Belo Monte. O aprofundamento do estudo bibliográfico ao longo do segundo ano da pesquisa foi essencial para fundamentar as principais categorias e conceitos de análise que constituíram o referencial teórico, além de uma contextualização da problemática em questão. A pesquisa documental e a realização das entrevistas semiestruturadas (Bernard, 1994) com os ribeirinhos das RESEXs e junto a importantes atores locais - representantes de instituições governamentais, empresas e organizações não governamentais - foram efetuadas durante as três pesquisas de campo. As notas e observações do diário de campo, assim como todas as entrevistas foram gravadas, transcritas, digitalizadas e, após então, analisadas com o auxílio do software Atlas.ti (Campbell et al., 2013) que contribuiu para a elaboração do esquema de códigos e propiciou uma análise confiável dos dados qualitativos das entrevistas realizadas em campo.

O projeto de pesquisa foi devidamente submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da Unicamp² no início de 2016 e pelo Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade) - SISBio³- responsável por autorizar a realização de pesquisa científica em unidade de conservação (UC) federal. Cabe destacar, ainda, que os sujeitos do processo foram contatados previamente para orientações e esclarecimentos quanto à pesquisa e a entrega do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido⁴ (TCLE) – conforme orientações da Unicamp e seguindo os princípios éticos da pesquisa com seres humanos (Vanclay, Baines & Taylor, 2013) - foi realizada desde o início, com o objetivo de compartilhar informações e possibilitar a existência de comum concordância entre os envolvidos na pesquisa.

Para a compreensão do espaço, do tempo e das práticas cotidianas que organizam as configurações territoriais das famílias ribeirinhas em questão, outra técnica foi utilizada para se chegar a atores centrais (ribeirinhos e não ribeirinhos): “snowball”. Esta metodologia – também conhecida por “bola de neve” ou “cadeia de referências”, - é uma ferramenta relevante para pesquisas qualitativas que exigem mais abertura, flexibilidade, capacidade de observação e interação com o grupo pesquisado (Minayo, 2000). O objetivo não foi alcançar consenso entre os participantes, mas criar um ambiente confortável e confiável para que um autêntico diálogo com troca de experiências e diferentes perspectivas possa ocorrer.

O primeiro campo foi fundamental para a delimitação do recorte espacial e, somente após importantes reuniões com o grupo de pesquisa e atores locais, o foco nas RESEXs atingidas pela usina foi definido. O apoio dos gestores do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio⁵ - e da equipe do Instituto Socioambiental – ISA – também foi de extrema relevância para o desenvolvimento da presente tese. Cabe destacar a Grounded Theory (Glaser & Strauss, 1967), como metodologia de pesquisa qualitativa que contribuiu para o entendimento da realidade investigada e, principalmente, para a análise das entrevistas semiestruturadas realizada com ribeirinhos. A Grounded Theory permite a devida abertura para que novas teorias possam surgir durante o processo, assim como a utilização de múltiplos métodos para coleta de dados.

Este método é marcado pela interação contínua entre o pesquisador e as informações coletadas e os distintos momentos da pesquisa se sobrepõem ao longo do processo de análise de

² Número do CAAE: 51741515.8.0000.5404

³ A pesquisa foi devidamente aprovada no dia 23 de março de 2016. Número de registro no SISBio: 6496114.

⁴ Em respeito à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

⁵ No dia 04 de abril, via lei de Acesso à Informação, foi realizado um pedido de acesso a todos os documentos relacionados aos impactos da UHE Belo Monte nas RESEXs da Terra do Meio no Pará. Número do protocolo: 23480.005272/2016-11.

dados.

Organização da tese

Esta introdução apresenta a problemática central da tese, a importância da temática, metodologia utilizada e os objetivos principais que orientaram a presente pesquisa. O conteúdo das páginas a seguir corresponde à organização geral da tese, a fim de explicitar a lógica com que foi construída, apresentando os objetivos ou perguntas-chave, evidências, dados e procedimentos que foram utilizados em cada parte.

O segundo capítulo aborda – de maneira resumida – em que contexto histórico surgiu o projeto de Belo Monte e como foi construído o território de influência dos impactos da hidrelétrica. Por último, um breve resgate acerca do processo de reconhecimento das RESEXs da Terra do Meio como impactadas ou não por Belo Monte.

O terceiro capítulo tem como objetivo caracterizar, de maneira geral, o mosaico de áreas protegidas (APs) da Terra do Meio, assim como sua complexa dinâmica territorial. Nesta parte, as diferentes etapas da pesquisa foram detalhadas, demonstrando quais as atividades e metodologias específicas utilizadas durante os três distintos trabalhos de campo que foram imprescindíveis para a presente tese. Por fim, desafios e oportunidades para a realização de pesquisa na área de estudo em questão foram destacados.

No quarto capítulo, está o arcabouço teórico sobre a noção de territorialidade em geografia e antropologia que, através de uma revisão da literatura, contribui para uma discussão acerca dos limites, lacunas, semelhanças e consequências do uso desta noção, associada ao conceito de território e as interações homem-ambiente. Tal discussão ocorre dentro do contexto de debate das subáreas relacionadas: ecologia humana, ecologia cultural e ecologia política.

O capítulo cinco tem início com uma reflexão teórica sobre a identidade das populações ribeirinhas, considerando a complexidade dos processos de colonização, miscigenação e as transformações socioeconômicas na região. Com o objetivo de ir além do véu de preconceitos, estereótipos e rótulos que ainda existem sobre a identidade dessas populações, este trabalho apresenta a dimensão controversa do caboclo a partir de um quadro teórico da literatura antropológica e discute o legado da exploração do período de borracha associado à criação da identidade seringueira e ribeirinha.

A primeira parte do capítulo seis teve foco na caracterização da territorialidade das populações ribeirinhas das RESEXs em questão, a partir da análise da territorialidade e da articulação do arcabouço teórico da tese - voltado à literatura da antropologia e da geografia -

com os dados empíricos oriundos das pesquisas de campo. Em seguida, o intuito foi, em particular, compreender e dar visibilidade à perspectiva dos ribeirinhos da Terra do Meio acerca dos impactos de Belo Monte.

O capítulo sete parte da reflexão desenvolvida ao longo do sexto capítulo para destacar as contradições apontadas pelos ribeirinhos que, no contexto de impactos de grandes usinas hidrelétricas, ilustram processos de desigualdade espacial e social na definição de ‘atingidos’ e na conseqüente formulação de medidas de compensação e mitigação de impactos ambientais em áreas protegidas na Amazônia brasileira. Neste capítulo pretende-se, em particular, analisar a relação entre as diferentes categorizações de APs e a exclusão das RESEXs da Terra do Meio como territórios atingidos pela usina.

As considerações finais voltam-se às conclusões gerais da pesquisa e partem da reflexão desenvolvida em cada capítulo para então retomar e resumir as questões centrais da tese: (i) como a territorialidade dos ribeirinhos das RESEXs da Terra do Meio contribui para a visão deles acerca dos impactos de Belo Monte; (ii) de que maneira as áreas de influência da UHE excluíram as RESEXs a partir das contradições envolvidas neste processo; (iii) quais são as contribuições que o estudo apresentado oferece à questão ambiental no contexto de redução de impactos de grandes usinas hidrelétricas em populações ribeirinhas e áreas protegidas na região amazônica.

Breve apresentação

O foco da presente tese se volta às populações ribeirinhas das reservas extrativistas (RESEXs) do mosaico de áreas protegidas (APs) da Terra do Meio, sob contexto de impactos da usina hidrelétrica (UHE) de Belo Monte construída no rio Xingu, estado do Pará. Este mosaico integra uma das áreas prioritárias para a conservação da sociobiodiversidade no Brasil, o “corredor do Xingu”, que concentra tanto povos e comunidades tradicionais como uma significativa riqueza de recursos naturais.

Em particular, a pesquisa investiga a territorialidade dos ribeirinhos para compreender a visão dessas populações acerca dos impactos de Belo Monte, a terceira maior UHE do mundo. A territorialidade⁶ das populações tradicionais da Terra do Meio se mistura ao longo do tempo e tanto a fluidez como a dispersão pelo território, são características fundamentais destas populações (Almeida, 1992) que entrelaçam relações sociais, misturam

⁶ Territorialidade expressa a lógica complexa de como a sociedade e o espaço estão interconectados através de diferentes usos (Sack, 1986) e do tempo (Raffestin, 1993).

diferentes lógicas (rural e urbana), escalas e identidades e criam “*blurred boundaries*” entre APs em mosaicos na Amazônia.

A visão dessas populações tradicionais expõe contradições – especificamente relacionadas às medidas de mitigação e compensação ambiental da UHE no mosaico - que serão analisadas ao longo da tese a partir da problematização de processos de inclusão e exclusão acarretados pela sobreposição de categorias ambientais, espaciais e socioculturais e a invisibilidade de alguns atores.

A dimensão sociocultural das categorizações envolve a diferenciação entre povos e comunidades tradicionais, em particular, a diferença no reconhecimento de populações indígenas e ribeirinhas. A categoria “ribeirinho” é ainda bastante imprecisa (Nugent, 2006) e envolve diretamente a questão étnica. Nesse sentido, a tese pretende contribuir para a não estigmatização cultural que romantiza o “caboclo amazônida” (Cruz, 2008).

A categoria ambiental ilumina a dicotomia entre sociedade e natureza que ainda orienta a lógica conservacionista que permeia a elaboração de medidas de mitigação e compensação ambiental decorrentes da construção de grandes projetos e prioriza Unidades de Conservação (UCs) de proteção integral na região amazônica brasileira, impondo hierarquias entre APs submersas na política ambiental brasileira.

Para Cunha & Almeida (2000; 2001), o conservacionismo não se resume a um conjunto de práticas, mas é também uma ideologia. Há muitos grupos sociais que mantêm regras de restrições de uso de recursos por razões práticas, e outros agregam a estas, razões ideológicas fortalecidas por valores e tabus reproduzidos por rituais costumeiros. O problema de fundo a ser pesquisado é se os grupos sociais em questão se qualificam como parceiros para o estabelecimento de áreas de conservação (FERREIRA, p.51, 2003).

A categoria sociocultural e a ambiental destaca relações de poder envolvidas na gestão de territórios de populações tradicionais e a diferença da atuação de *stakeholders externos* como a FUNAI e o ICMBio. Por fim, a categoria de “atingidos” por UHEs é voltada à aspectos concretos e às distâncias da área de alagamento, se configurando como uma temática extremamente polêmica, já que – baseada em estudos de impactos ambientais – define a área de influência do “território da usina” e acarreta controversos processos de inclusão e exclusão de populações locais.

Assim, pretende-se compreender tanto a territorialidade dos ribeirinhos da Terra do Meio, como a visão destes dos impactos de Belo Monte e os consequentes processos de desigualdade entre as diferentes APs do mosaico em questão que ilustram, para além do caso estudado, desafios à governança ambiental na região Amazônica como um todo.

A complexa e imensa região amazônica

A disponibilidade hídrica⁷ e a diversidade de ecossistemas (matas de terra firme, florestas inundadas, várzeas, igapós, campos abertos e cerrados) coloca a Amazônia em lugar de destaque no cenário internacional. A biodiversidade da floresta é imensa e segundo a Agência Nacional de Água (ANA), existe 1,5 milhão de espécies vegetais catalogadas; três mil espécies de peixes; 950 tipos de pássaros; e ainda insetos, répteis, anfíbios e mamíferos. Além de exuberante riqueza natural, a região é marcada pela concentração de “povos e comunidades tradicionais”, o que ilumina a dimensão social e cultural do território no debate ambiental⁸ em questão.

Em particular, a identidade das populações ribeirinhas envolve a complexidade dos processos de colonização, miscigenação e transformação socioeconômica na região amazônica e não devem ser analisados de maneira “circunscrita nem isolada” (Chibnik, 1994). Tais grupos possuem uma cultura diferente e, apesar de hoje possuírem o direito de ocupar e utilizar territórios e recursos naturais para sua reprodução (BRASIL, 2000), foram historicamente negligenciados e somente começaram a ganhar certa visibilidade no cenário brasileiro com:

um processo de emergência de diversos movimentos sociais (índios, ribeirinhos, pequenos agricultores, seringueiros, varzeiros, castanheiros, populações quilombolas, mulheres quebradeiras de coco etc.), que lutam pela afirmação das territorialidades e identidades territoriais como elemento de “(r)existência” das “comunidades tradicionais” (CRUZ, p.12, 2014).

A região se configurou ao longo da sua trajetória histórica como arena de disputas e conflitos de interesses e o desenvolvimento da Amazônia deve ser concebido como “processo histórico de luta pela conquista de melhores condições de vida, seja no campo seja na cidade” (Saquet, p.15, 2009). Em particular, cabe destacar que a luta dos ribeirinhos é indissociável do movimento político de grupos extrativistas na Amazônia brasileira - liderado por Chico Mendes – que no final da década de 1980 aliou seringueiros a ambientalistas e conquistou resultados concretos que reposicionaram essas populações no cenário nacional (LITTLE, 2002):

A partir da realização do I Encontro Nacional dos Seringueiros, em 1985, em Brasília, suas reivindicações territoriais resultaram na formulação de políticas públicas territoriais e no apoio de diversos setores da sociedade civil internacional, culminando em duas conquistas importantes: o estabelecimento dos Projetos de Assentamento

⁷ Segundo a ANA (www2.ana.gov.br/Paginas/portais/bacias/amazonica.aspx), a bacia do rio Amazonas se configura como a mais extensa rede hidrográfica do mundo, ocupando uma área total da ordem de 6.110.000 km², sendo a contribuição média da bacia, em território brasileiro, de aproximadamente 132.145 m³/s (73,6% do total do país).

⁸ Destaca-se dois avanços para a política pública na região, como o Plano de Ação Ambiental (PAA) lançado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o zoneamento ecológico-econômico (ZEE), considerado importante instrumento para a gestão ambiental na região e considerando as vulnerabilidades e potencialidades do território (MMA, 2008).

Extrativista dentro da política de reforma agrária (INCRA), em 1987, e a criação da modalidade das Reservas Extrativistas dentro da política ambiental do país (IBAMA), em 1989 (IEA 1993) (LITTLE, p.18, 2002).

De maneira geral, as estratégias de conservação na região amazônica⁹ se desenvolveram a partir da criação e manutenção de áreas protegidas (APs) e, no Brasil, incluem territórios indígenas (TIs)¹⁰, territórios quilombolas¹¹ e Unidades de Conservação (UCs) que cobrem cerca de vinte e cinco por cento do território nacional (CNUC/MMA 2011 apud CASTRO et al., 2012) e se concentram na região amazônica. O modelo de conservação no Brasil, a partir do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC¹²) criado em 2000, fortaleceu o papel das UCs¹³ e instituiu a categoria de UC de uso sustentável, que reconhece os direitos territoriais e culturais de populações extrativistas na região e deu institucionalidade às RESEXs¹⁴, foco da presente reflexão. O SNUC divide as UCs em dois grandes grupos - UC de proteção integral e UC de usos sustentável.

As RESEXs¹⁵ são consideradas UCs de uso sustentável, junto às Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS). São territórios onde populações extrativistas podem permanecer no interior e a cultura e o modo de vida devem ser protegidos a fim de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. Junto com o SNUC, um estatuto das populações tradicionais foi contemplado (Filho, 2006) e instrumentos legais se destacam no contexto de garantia de direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais dessas populações, como a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.¹⁶

⁹ Apesar desse esforço, a floresta amazônica ainda é extremamente marcada pela sobreposição de territórios de populações tradicionais e UCs, sendo a presença de grupos humanos dentro de APs um desafio real para a gestão ambiental na Amazônia.

¹⁰ A Constituição Brasileira de 1988 garantiu a proteção para as populações indígenas e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) reconheceu o direito dessas populações de explorar recursos naturais em seus territórios (Boher, 2008).

¹¹ O Decreto Federal Nº 4.8878 de

¹² O SNUC foi instituído pela Lei n. 9.985 no ano 2000. Ver em <http://www.mma.gov.br/areas- protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>

¹³ Existem 12 categorias de UCs no Brasil divididas em dois grandes grupos, UCs de Uso Sustentável (RESEX e RDS) e UCs de Proteção Integral ¹⁴ UCs de proteção integral: Estação Ecológica (ESEC), Reserva Biológica (REBIO), Parque Nacional (PARNA), Monumento Natural (MN) e Refúgio de Vida Silvestre (REVIS).

¹⁴ A primeira RESEX foi criada em 1990 no Acre, ver Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

¹⁵ Ver definição legal de RESEX no SNUC - Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

¹⁶ Esta política, segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), busca promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições (Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2008).

Operacionalmente, essas pesquisas descrevem uma situação em que as áreas protegidas brasileiras foram sendo implantadas em um contexto onde a ação cotidiana das instituições públicas colocou seus agentes em confronto com os moradores dessas áreas sob proteção legal. Propostas de conservação formuladas em gabinetes fechados, debatidas e referendadas em fóruns internacionais, no momento de serem implementadas, foram altamente politizadas, mobilizando diversos atores em torno de diversas arenas; outros tiveram que rever posições e conceitos e, principalmente os moradores, em sua maioria sem uma prévia experiência importante de participação política, foram repentina e inusitadamente lançados a uma situação de ator (FERREIRA et al, 2002) (FERREIRA, p.52, 2003).

Apesar dos avanços significativos de políticas públicas, o discurso acerca de um modelo de desenvolvimento sustentável no contexto de impactos de grandes UHEs ainda parece existir a fim de justificar e legitimar práticas institucionais, políticas e interesses (Porto-Gonçalves, 2008) que – a partir de relações assimétricas de poder - colocam em xeque os direitos dos povos e comunidades tradicionais e as riquezas naturais que a região dispõe.

UHEs são construídas nas bacias hidrográficas mais importantes do mundo - Amazônia, Congo e Mekong (Moran et al, 2018) - e o subdimensionamento dos impactos sociais e ambientais desses projetos não é novidade. A International Rivers Network (IRN) relata que já existem barragens em 60% dos rios do mundo e, em países em desenvolvimento, há cerca de 3.700 usinas hidrelétricas (construídas, em construção ou planejadas), o que demonstra o robusto investimento nesta fonte renovável¹⁷ de energia para a geração de eletricidade (Moran et al, 2018). No Brasil, a matriz energética está voltada a esta fonte renovável¹⁸ que foi privilegiada com a rápida expansão da economia que acarretou numa alta demanda por eletricidade (Little et al., 2014):

There are 1313 operating plants ranging from hydroelectric generation centrals (with up to 1 MW of power installed), small hydropower plants (between 1.1 MW and 30 MW) and hydroelectric power plants (with more than 30 MW). The 218 hydroelectric power plants (HPP) are responsible for 60.5% of the total installed capacity in the country, adding up to 95,619,468 kW. The small hydroelectric plants (SHP), 428 in total, answer for 3.2% of the total installed power. The 667 hydroelectric generation centrals (HGC) in operation account for only 0.4% of the installed power (DIAS et al., p.03, 2018).

Apesar de avanços na legislação ambiental brasileira, durante as últimas décadas, na direção de políticas mais coerentes com o desenvolvimento sustentável, a região amazônica ainda desempenha papel de exportadora de energia para atender a demanda de outras regiões do

¹⁷ Fontes renováveis de energia são aquelas que não são derivadas da queima de combustíveis fósseis, como petróleo e carvão e, portanto, são consideradas menos poluentes no contexto de debate sobre desenvolvimento sustentável, o que fornece ainda mais destaque a hidroeletricidade.

¹⁸ No contexto de debate sobre mudanças climáticas, diversos estudos já apontam para as emissões de gás metano decorrentes de construção de UHEs, o que tornaria esta energia ainda menos renovável, já que este gás absorve mais calor que o dióxido de carbono (gás de efeito estufa – GEE - mais emitido nomu

país e acelerar o crescimento econômico (Quintslr et al., 2011). Nesse sentido, cabe refletir quem se beneficia com esses projetos? E quem sofre seus impactos perversos? Futuros projetos hidrelétricos deveriam considerar adequadamente as consequências sociais e ambientais (Namy, 2007) para as populações locais, o que não se resume em apenas evitar, minimizar ou compensar os impactos negativos de grandes UHEs. Grandes projetos de infraestrutura - como Belo Monte - devem ser acompanhados de estudos que analisem e monitorem as consequências que deveriam, além dos impactos negativos gerados, propiciar melhorias na qualidade de vida e na noção de bem estar dos indivíduos, grupos e comunidades atingidas (Vanclay 2003 apud Barrow, 2010).

No entanto, a definição das áreas de influência de uma UHE cria a categoria de “atingidos” que acarreta em processos de inclusão e exclusão e ocasiona desafios socioambientais:

The priority in large dam construction is to generate energy to serve growing industries and urban populations—these two things often overwhelm socioeconomic and environmental considerations (13). Left behind are local communities saddled with socioenvironmental damages and loss of livelihoods (14). Often, they do not even gain access to electricity, because they are not provided the power from the large dams, and they are not sufficiently compensated for their disrupted lives (MORAN et al. p.02, 2018).

Diversos movimentos contra as grandes barragens surgiram pelo mundo nos últimos anos (Namy, 2007) e no Brasil, o Movimento por Atingidos por Barragens (MAB¹⁹) se destaca na luta por direitos em todo o país. Demandas por mais participação, consulta e benefícios por parte das comunidades atingidas por grandes UHEs não são novidade nesse debate. Em grande parte dos casos em países em desenvolvimento, a construção de grandes projetos é acompanhada por promessas de melhorias que não se concretizam na realidade.

No caso de Belo Monte, Santo Antônio e Jirau, por exemplo, o setor elétrico prometeu contas de energia mais baratas, mais empregos, escolas e hospitais. No entanto, as pessoas passaram a pagar mais por gasto de energia ao invés de menos, os empregos prometidos atendiam mais populações de outras localidades que migravam, principalmente no período de obras, e desapareciam em cinco anos (Moran et al., 2018). No Brasil, a Amazônia abriga a maior bacia hidrográfica do mundo com o rio Amazonas e é evidente que não são poucos os interesses econômicos e políticos que estão por trás da construção dos grandes projetos na região. Dessa forma, conflitos de interesses acompanham a lógica desenvolvimentista que perseguiu a trajetória da Amazônia (Becker, 2005). A complexidade da dinâmica territorial e

¹⁹ Ver mais informações em: <https://www.mabnacional.org.br/>

do desenvolvimento da região (Bursztyn, 2002) aumentou com a construção da Transamazônica em 1970²⁰ e o massivo investimento no modelo de implementação de grandes projetos de infraestrutura, como a instalação de usinas hidrelétricas - nos rios Xingu, Madeira e Tapajós - e exploração mineradora (Ipea, 2015).

²⁰ Década de 1970 foi marcada pelos dois grandes “choques do petróleo” que alteraram significativamente a geopolítica regional (Becker, 2005).

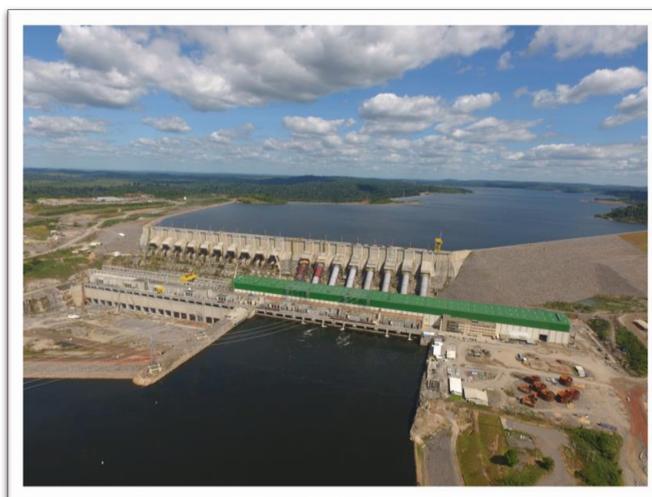
CAPÍTULO 2 - USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE

Resumo

Belo Monte é considerada a terceira²¹ maior usina hidrelétrica do mundo e tudo o que diz respeito à esta usina é imenso: do orçamento²² - de cerca de 28 bilhões de reais - aos impactos sociais e ambientais. O projeto original da usina data de 1975, ainda durante a ditadura militar, quando o Brasil passou a privilegiar grandes centrais hidrelétricas a partir de um projeto desenvolvimentista, ligado à necessidade de segurança energética. Após os primeiros estudos de aproveitamento hidrelétrico no rio Xingu, Belo Monte enfrentou ampla resistência social e somente foi retomada como prioridade do governo em 2001. Este capítulo apresenta tanto um breve histórico do projeto como a área de influência dos impactos da usina hidrelétrica de Belo Monte, a fim de apresentar a categoria espacial em debate e situar as reservas extrativistas da Terra do Meio neste contexto geográfico.

Introdução

Após inúmeras alterações no projeto e mais de 20 Ações Civas Públicas (ACP),



Fonte: Wilson Soares - WD Produções. Agosto/2017.

Belo Monte é considerada uma usina a fio d'água²³ que, apesar de desviar cerca de 80% da água do Xingu na Volta Grande, conta com uma área de alagamento bem menor (se comparada com o projeto anterior).

A Norte Energia (NESA²⁴) é a empresa responsável pela sua construção e operação

²¹ Belo Monte pode ser considerada a maior usina “100% brasileira”, já que a UHE de Itaipu²² no rio Paraná é binacional e se localiza na fronteira com o Paraguai.

²² Belo Monte representa o maior financiamento na história do BNDES, já que o Banco arcou com 80% do custo, o que significa cerca de 22,5 bilhões de reais.

²³ Segundo a ANEEL, uma UHE “que utiliza reservatório com acumulação suficiente apenas para prover regularização diária ou semanal, ou ainda que utilize diretamente a vazão afluyente do aproveitamento”. Ver: <http://www.aneel.gov.br>

²⁴ Mais informações sobre a NESA em: <https://www.norteenergiasa.com.br>

e a partir da integração da usina hidrelétrica (UHE) ao Sistema Interligado Nacional (SIN) - que conta com grandes linhas de transmissão que conectam subsistemas e diferentes fontes de energia no país, a maior parte da energia gerada em Belo Monte irá abastecer a região centro-sul, o que mostra o papel da região amazônica ainda como “provedora de recursos naturais” (Becker, 2006) para o resto do país. A construção da UHE de Belo Monte no rio Xingu repetiu erros de outras UHEs na Amazônia – como Tucuruí no rio Tocantins - e reproduziu controvérsias e conflitos já enfrentados por populações atingidas por outros projetos (Fearnside, 2005). Os principais desafios continuam relacionados a benefícios sociais e econômicos sobrestimados e custos ambientais subdimensionados (Moran et al. 2018).

Nesse sentido, a presente pesquisa envolve, especificamente, a exclusão das RESEXs do mosaico de áreas protegidas (APs) da Terra do Meio – Resex do Iriri, Resex do Xingu e Resex do Riozinho do Anfrísio, de qualquer estudo prévio mais aprofundado sobre os impactos ambientais de Belo Monte. Tais Unidades de Conservação (UCs) foram incluídas pelo órgão ambiental responsável pelo licenciamento ambiental federal no país - o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) – somente em uma condicionante da Licença de Operação (LO) da UHE em 2015. Dessa forma, este capítulo tem como objetivos: (i) apresentar um breve resgate histórico do projeto de Belo Monte; problematizar a abrangência espacial - área de influência - dos impactos da usina; (iii) entender como ocorreu o processo de inclusão das RESEXs da Terra do Meio como territórios atingidos por Belo Monte. Para isso, a leitura tanto da literatura existente sobre Belo Monte como documentos oficiais relacionados, além de cartas, moções, resoluções e notas técnicas relativas à problemática.

2.1. Breve histórico de Belo Monte

O projeto de Belo Monte surgiu no contexto repressivo e totalitário da ditadura militar, quando o Brasil passou a privilegiar grandes centrais hidrelétricas a partir de uma narrativa de segurança energética (Fainguelernt, 2013). Localizada em uma região caracterizada por múltiplas áreas protegidas (APs), presença de diversas populações tradicionais (PTs), concentração de recursos naturais e existência de grandes projetos de infraestrutura, o projeto inicial de Belo Monte foi vetado e reajustado inúmeras vezes ao longo de duas décadas. Nos anos 70, as Centrais Elétricas do Norte do Brasil (ELETRONORTE) foram responsáveis pelos estudos de aproveitamento hidrelétrico da UHE e “Kararaô” ainda era o nome da UHE Belo Monte e, muito ironicamente, significa o “grito de guerra” Kaiapó, grupo étnico bastante simbólico envolvido na resistência contra a usina desde o princípio (Fainguelernt, 2013).

Mesmo com alterações significativas no novo projeto, a análise crítica do licenciamento ambiental de Belo Monte realizada pelo Painel de Especialistas²⁵ (2009) apontou que o projeto apresentava falhas e omissões graves e que a construção da UHE representava um crime ambiental. As controvérsias analisadas sugerem um processo de legitimação neoliberal que compromete a garantia de direitos, assegurada tanto na Constituição Federal Brasileira (1988) como na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Os pesquisadores envolvidos apontaram também pelo subdimensionamento²⁶ dos impactos da usina, o que poderia ser evidenciado pelo processo de licenciamento ambiental ter continuado a despeito de pareceres contrários do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), de inúmeros alertas e Ações Cíveis Públicas (ACP) do Ministério Público Federal (MPF) do Pará e do Tribunal de Contas da União (TCU) quanto às condicionantes que não foram cumpridas. Belo Monte foi, finalmente, aprovada em 2009, com a primeira licença²⁸ ambiental concedida (Licença Prévia – LP).

No Brasil, a construção de grandes UHEs deve respeitar a legislação ambiental, que é acompanhada por um estudo e relatório de impacto ambiental (EIA-RIMA), assim como condicionantes e medidas de mitigação e compensação ambiental. O ICMBio e o IBAMA são as instituições governamentais diretamente ligadas ao Ministério de Meio Ambiente (MMA) e envolvidas em tais definições. O licenciamento ambiental no Brasil é composto por três fases: (i) licença prévia (LP); (ii) licença de instalação (LI); (iii) licença de operação (LO).

A LO²⁷, última etapa do processo, é a que autoriza o enchimento do reservatório da barragem, e foi emitida pelo Ibama em 2015, apesar da NESA não ter cumprido 36 das 40 condicionantes definidas pelo Plano Básico Ambiental (PBA²⁸) da usina. Conforme informações da tabela abaixo, o processo de licenciamento ambiental foi finalizado com a obtenção da LO da usina em novembro de 2015²⁹.

²⁵ Documento lançado em 2009 com a participação de diversos pesquisadores renomados que apresenta análise crítica do licenciamento ambiental de Belo Monte. Acesso em: https://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf.

²⁶ Cabe mencionar o Atlas dos Impactos de Belo Monte sobre a pesca –lançado pelo Instituto Socioambiental (ISA) em 2015 - que teve como principal objetivo dar voz aos pescadores e aos indígenas da Volta Grande do Xingu. Acesso em: <https://ox.socioambiental.org/sites/default/files/ficha-tecnica/node/202/edit/2018-06/atlas-pesca-bm.pdf>.

²⁷ Ver LO em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1421131.pdf>.

²⁸ No licenciamento ambiental federal, o PBA é o documento que contém todas as medidas de controle e os programas ambientais propostos no EIA e deve ser apresentado para a obtenção da Licença de Instalação (LI) de grandes projetos no âmbito federal.

²⁹ A licença parcial não existia na legislação brasileira até o caso de Belo Monte.

Tabela 1– Processo de Licenciamento Ambiental de Belo Monte

Etapas	Datas
Licença Prévia	Fevereiro de 2010
Licença de instalação parcial ³¹	Fevereiro de 2011
Licença de instalação	Junho de 2011
Licença de operação	Novembro de 2015

Fonte: Fainguelernt, 2013.

Segundo a NESAs, o PBA de Belo Monte é composto por 117 programas e projetos que englobam investimentos sociais, ambientais e econômicos e teve início em 2011. Além das exigências do PBA, a empresa é obrigada a cumprir todas as condicionantes do licenciamento ambiental.

No contexto de investimentos na região, cabe também destacar o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS³⁰) do Xingu, criado no contexto dos grandes projetos³¹ de infraestrutura existentes e, principalmente, associados aos impactos da pavimentação da Transamazônica e construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte. O objetivo principal deste PDRSX é implementar políticas públicas nos Municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Pacajá, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu. A relação direta com a UHE Belo Monte se desenvolve a partir da exigência³² da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) de que a NESAs deve investir a quantia de 500 milhões de reais em vinte anos.

2.2. A área de influência de Belo Monte

A definição das áreas impactadas por um grande projeto de infraestrutura é assunto controverso, pois, tratando-se de grandes centrais hidrelétricas, nota-se que a noção do atingido, muitas vezes, se reduz ao “inundado”³³ (Vainer, 2008). Corroborando com tal afirmação o depoimento do ribeirinho entrevistado que destaca várias dimensões do impacto de grandes UHEs: “Impacto não é igual a alagamento. Pra gente, o impacto começou no preço, não temos

³⁰ Detalhes no website: <http://pdrsxingu.org.br>.

³¹ Em breve, mais um grande projeto será construído no Xingu: a maior exploração de ouro a céu aberto do Brasil. A empresa responsável é canadense, chama-se Belo Sun Mining e pretende explorar 60 toneladas de ouro no período de 12 anos. Ver reportagem: <https://projecolabora.com.br/florestas/belo-sun-ou-mon-stro-sun/>

³² Ver edital de Leilão nº 06/2009 da ANEEL.

³³ Nesse contexto, cabe destacar a atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB-<http://www.mabnacional.org.br/>) que teve e tem um papel fundamental no reconhecimento de direitos de populações atingidas por grandes usinas no Brasil.

mais condição de comprar nada. Em Altamira, hoje em dia, temos medo de morrer quando andamos e a população aumentou muito”.

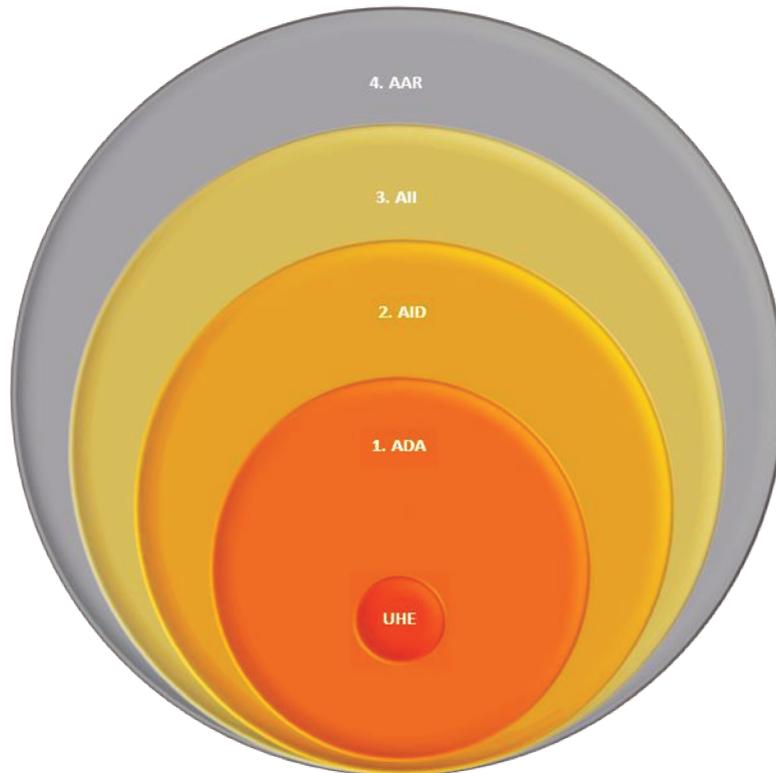
O Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima) da área de aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte (AHE) foi elaborado em 2009 pela empresa Leme Engenharia³⁴ (Fearnside, 2009). Este é o documento que define as áreas de influência dos impactos da usina, portanto, além de elencar os territórios e as populações atingidas pelo projeto, estabelece as condicionantes das licenças ambientais - que acompanharão o processo de licenciamento ambiental - e as medidas de mitigação e compensação ambiental que devem ser realizadas.

No entanto, conforme apontado pelo Painel de Especialistas (2009), o EIA- Rima do AHE Belo Monte não foi suficiente para dimensionar os impactos da UHE e, além de subestimar a população atingida, não detalhou programas e projetos de mitigação de impactos ambientais como deveria.

A partir de estudos de impactos nos meios físico, biótico, socioeconômico e cultural, o EIA-Rima delimita a abrangência espacial dos impactos de Belo Monte que se resume em quatro áreas: (1) área diretamente afetada (ADA) - delimitada pelos reservatórios e obras, ou seja, área relativa à própria construção³⁵ da usina; (2) a área de influência direta (AID) da UHE corresponde aos diferentes compartimentos ligados à construção, as áreas vizinhas a Altamira e, já com objetivo de abarcar impactos socioeconômicos, inclui cinco municípios - Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Anapu e Brasil Novo; (3) a área de influência indireta (AII) de Belo Monte que inclui outros municípios que fazem parte de região de integração do Xingu, Medicilândia, Uruará, Placas, Porto de Moz, Gurupá e Pacajá e; (4) por último, a área de abrangência regional (AAR) dos impactos, que é a mais distante da Volta Grande do Xingu e engloba toda a bacia hidrográfica do rio Xingu.

³⁴ A Leme Engenharia mudou de nome e agora chama-se Tractbel Engie, ver mais informações em: <https://tractebel-engie.com.br/>

³⁵ Sítios Pimental, Bela Vista, Belo Monte e região dos Canais e Diques.



Área de influência da UHE Belo Monte
Diagrama elaborado pela autora com dados do Rima (2009) de Belo Monte

2.2.1. Quem é atingido por Belo Monte na Terra do Meio?

Na definição de área de influência dos impactos da UHE é que ocorre a definição de quem é atingido pela construção da usina. Cabe ressaltar a “dupla moradia” como parte fundamental do modo de vida das populações ribeirinhas da região amazônica e que não foi reconhecida na abrangência espacial dos impactos de Belo Monte, nem na elaboração de medidas de mitigação e compensação.

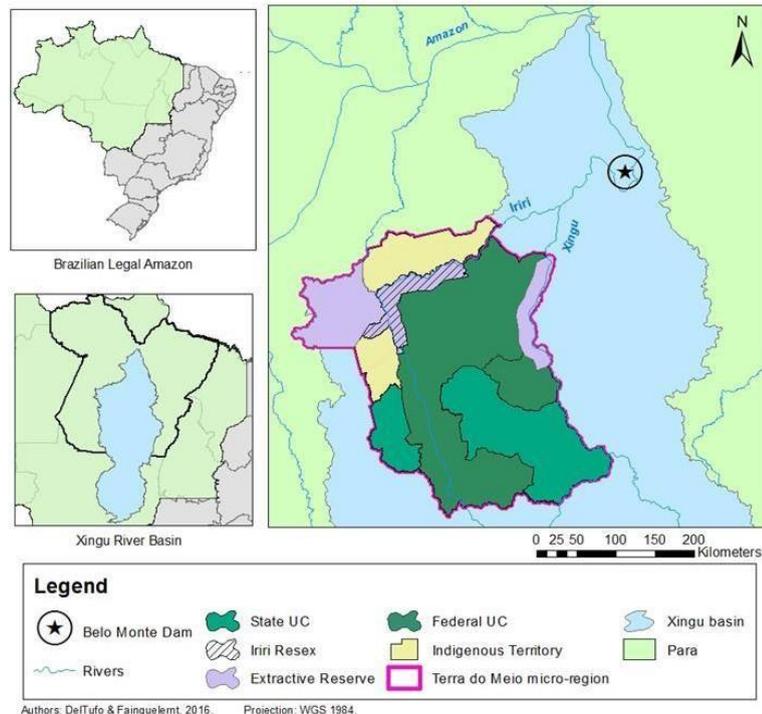
Esta característica se expressa pela relação entre o meio rural e o urbano e mistura essas distintas lógicas no modo de vida ribeirinho. Destaca-se que a cidade de Altamira, próxima à barragem principal de Belo Monte, faz parte da ADA de Belo Monte e as RESEXs - assim como toda a bacia hidrográfica do rio Xingu - na AAR. Nesse sentido, faz-se necessário observar que o modo de vida ribeirinho é baseado neste movimento sazonal entre o isolamento territorial em ilhas e UCs distantes e centros urbanos que permitem o acesso a serviços públicos de saúde, benefícios, compra de mercadorias etc.

Esta não é uma realidade apenas dos ribeirinhos das RESEXs da Terra do Meio, mas um padrão regional, já que estas populações dependem diretamente dos serviços oferecidos nas cidades próximas. As “casas de apoio” - seja própria, de parente ou coletiva (neste caso, da associação de moradores) – são utilizadas por ribeirinhos das RESEXs para permanecer na cidade de Altamira.

A Terra do Meio integra a área de abrangência regional (AAR) de influência dos impactos de Belo Monte, que inclui toda a bacia hidrográfica do rio Xingu, cuja nascente se situa no Parque Indígena do Xingu no estado de Mato Grosso. Somente duas APs do mosaico foram consideradas no EIA-Rima da usina desde o princípio: Terra Indígena (TI) Cachoeira Seca e Estação Ecológica (ESEC) da Terra do Meio.

As contradições e desigualdades socioespaciais que envolvem esta problemática são associadas à distribuição de medidas de mitigação e compensação ambiental de Belo Monte e, respetivamente, à categoria cultural (ou étnica) que diferencia populações indígenas e ribeirinhas e à categoria ambiental que prioriza UCs de proteção integral em detrimento das UCs de usos sustentável (como as RESEXs). Tais questões serão apresentadas aqui em caráter introdutório para serem abordadas com mais profundidade no capítulo 7 da tese.

Study Area - Terra do Meio micro-region



Mapa elaborado em Michigan State University (EUA) – Intercâmbio do doutorado realizado em 2016.

A TI Cachoeira Seca foi incluída pela FUNAI no Plano Básico Ambiental de Componente Indígena (PBA-CI) no grupo de TIs que, apesar de se localizarem distantes da barragem, foram diretamente atingidas por Belo Monte. Em relação a distância geográfica da barragem principal de Belo Monte - localizada na Volta Grande do Xingu (grande meandro próximo a Altamira), a localização da TI Cachoeira Seca e da Resex do Iriri é praticamente a mesma em relação à UHE. Essas duas APs são, portanto, territórios vizinhos com populações que compartilham o mesmo rio - Iriri, afluente da margem esquerda do Xingu, reconhecidas de maneira muito distintas.

A outra contradição espacial é relacionada à compensação ambiental (CA) que - de acordo com a Lei Nº. 9.985/2000 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) – orienta o empreendedor a destinar recursos de CA para a manutenção ou criação de Unidades de Conservação (UCs). Neste contexto é que outra AP do mosaico da Terra do Meio foi considerada, logo no início dos estudos de impactos de Belo Monte: a ESEC da Terra do Meio.

Esta é uma UC de proteção integral - criada em 2005 – que foi citada sucintamente nas orientações iniciais do EIA-RIMA³⁶ de Belo Monte como território prioritário que deveria alocar os recursos do programa de CA de Belo Monte. Além dessa UC, o EIA fez referência apenas à manutenção e à criação de unidades de conservação (UCs) na área impactada, obrigando o empreendedor a apoiar duas novas UCs que deveriam ser criadas na margem direita do rio Xingu.

2.3. O processo de reconhecimento das RESEXs como territórios atingidos

Para resgatar o processo de reconhecimento das RESEXs como territórios impactados por Belo Monte a leitura de diversos documentos foi fundamental, tanto os oficiais emitidos pelos órgãos governamentais ambientais, como aqueles assinados pelas ONGs com atuação local, pelas associações das RESEXs e pela empresa responsável pela UHE – Norte Energia (NESA).

Após a retomada do projeto de Belo Monte como prioridade do governo em 2001, os novos estudos da AHE da usina tiveram início em 2009. No entanto, o primeiro reconhecimento formal acerca dos impactos nas RESEXs da Terra do Meio só ocorreu em 2015, quando o IBAMA obrigou a NESA a realizar um projeto de assistência técnica aos pescadores e ribeirinhos das UCs em questão, com a inclusão de uma condicionante na LO da UHE: “No

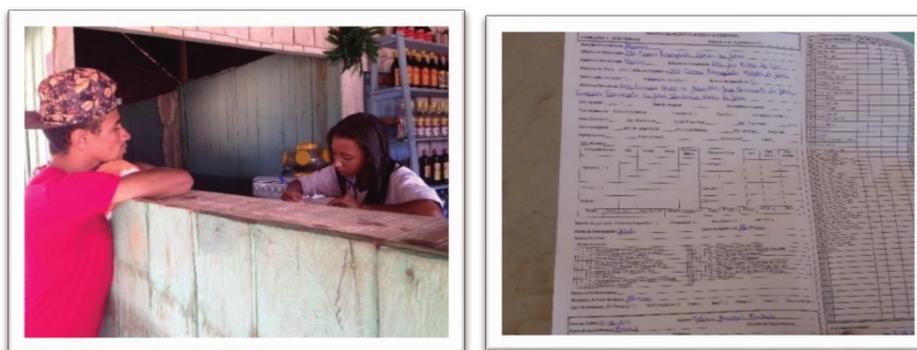
³⁶ Para ver o Rima de Belo Monte: http://restrito.norteenergiasa.com.br/site/wp-content/uploads/2011/04.rima_.pdf

âmbito do Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável: [...] c) Desenvolver projeto de assistência técnica de pesca destinado aos pescadores e ribeirinhos moradores das Reservas Extrativistas Riozinho do Anfrísio e Iriri, na região da Terra do Meio”.

Este processo segue em negociação e está repleto de controvérsias que envolvem a distribuição socioespacial das medidas de mitigação e compensação ambiental dos impactos de Belo Monte entre as diferentes APs do mosaico da Terra do Meio. Neste caso, a contradição é que, apesar de não terem sido identificados impactos na atividade pesqueira na Terra do Meio pela Norte Energia³⁷, a empresa irá cumprir a orientação do IBAMA. Cabe destacar uma parte da resposta da NESAs (fevereiro de 2018, ao ofício nº 296/2017) que encaminhou uma nota³⁸ técnica sobre o atendimento da condicionante 2.24, item ‘c’, da LO nº 1.317/2015.

Ocorre que o IBAMA, ao emitir a Licença de Operação nº 1.317/2015, ao contrário de todas as informações apresentadas pelo empreendedor, sem demonstrar de que forma teria evidenciado a ocorrência de impactos aos pescadores das mencionadas unidades de conservação, impôs a condicionante 2.24, item ‘c’.

O monitoramento do desembarque pesqueiro³⁹ realizado pela NESAs no âmbito do PBA na Terra do Meio ocorreu entre abril de 2012⁴⁰ e outubro de 2017 no porto de Maribel (localizado na TI Cachoeira Seca. Segundo os ribeirinhos entrevistados, a Quality Max (uma outra empresa contratada pela NESAs) entregou uma cópia do formulário utilizado para o monitoramento do desembarque do recurso pesqueiro com intuito de analisar se vem ocorrendo algum impacto no recurso. “Já faz mais de 5 anos que eles controlam o peixe que chega em Maribel. Antigamente ficava com eles, faz 2 anos que eles passaram pra gente uma cópia. Começaram a pegar o nome das pessoas que pescam para cada regatão”.



Fotos tiradas durante desembarque pesqueiro no Porto de Maribel, Terra Indígena Cachoeira Sec

³⁷Consultar documento em: http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/634498/RESPOSTA_PEDIDO_NE_PR_SSAI_0046_0_RT_Re-sposta_OF_n_296_2017_Ibama.pdf

³⁸ Nota técnica nº4/2017/DISAT/ICMBIO.

³⁹ Desde 2012, segundo a NESAs, este projeto de Incentivo à Pesca Sustentável (PIPS) monitora 21 portos das áreas de influência direta (AID) e indireta (AII) da UHE Belo Monte.

⁴⁰ Nota-se que o enchimento dos reservatórios ocorreu de 2015 para 2016, ou seja, constam deste monitoramento dados de antes e depois da construção da usina.

Alegando a não constatação de impactos e o fato de as RESEXs não fazerem parte da área de influência indireta (AII) da UHE – (que tem como limite a confluência do rio Xingu com o Iriri), a NESA começou a elaborar ações inspiradas no programa de assistência técnica já desenvolvido com pescadores na área de influência direta (AID) da usina. Tais propostas continuam em negociação⁴¹ entre os *stakeholders* e enfrentam ampla resistência das associações de moradores das RESEXs que pretendem participar de maneira mais efetiva na tomada de decisão e, contando com assessoria técnica do ICMBio e da ONG Instituto Socioambiental (ISA) visam a estabelecer condições condizentes com o modo de vida local.

A partir das pesquisas de campo realizadas, foi possível acompanhar de perto o desembarque pesqueiro realizado pelos pescadores e regatões da Resex do Iriri, junto aos indígenas, no porto de Maribel. Cabe destacar, a partir das entrevistas, que nos primeiros três anos (2012-2014), o formulário com as informações coletadas no desembarque pesqueiro que a Quality Max – contratada da Tractebel Engie que, por sua vez, é contratada pela NESA – não incluiu o número de pescadores que trabalhava com cada regatão⁴². Para pesquisadores da área, esta informação encobriria qualquer alteração, já que não se pode determinar quantos Pescadores estão envolvidos numa determinada quantidade de peixes.

Outros questionamentos sobre a metodologia utilizada pela empresa nesse monitoramento já foram apontados por pesquisadores da UFPA. A crítica se relacionou principalmente com a impossibilidade de a metodologia avaliar se houve, de fato, alguma alteração no esforço da pesca. A pergunta no formulário da NESA se refere somente a quantos dias o pescador demorou para pescar certa quantidade de peixe.

O problema para os pesquisadores da UFPA é que o cálculo deveria ser feito com base em horas de pesca, não de dias, já que não se sabe, assim, o real esforço da pesca envolvido e faltaria consistência metodológica para avaliar a realidade da Terra do Meio. No entanto, para a empresa:

Poder-se-ia argumentar que o esforço de pesca de cada viagem está aumentando, o que manteria o número de desembarques semelhantes, mesmo com uma intensificação dos conflitos pela pesca. Para avaliar essa possibilidade, testou-se a hipótese de que ‘o esforço de pesca, medido em homem*dia de pescaria, está aumentando’. Desta análise excluíram-se os desembarques de atravessadores, bem como avaliou, separadamente, os desembarques realizados em Maribel e nos outros portos, mas cujo pescado advinha do rio Iriri. O que se nota, em ambos os casos, é que houve uma flutuação no esforço de pesca, com dois picos: 2014 e 2017. Não

⁴¹ Tais negociações foram acompanhadas pela presente pesquisa até março de 2018, sendo este recorte temporal importante ser sinalizado.

⁴² O regatão é um comerciante fluvial tradicional que compra peixe de diversos pescadores, transitando por amplo território de barco levando gelo e isopor e também mercadorias da cidade.

houve uma tendência linear de aumento do esforço, a despeito do que foi informado, de forma errônea, na NT nº4 (NESA, p.16,2018).

Segundo a NESA, três grandes impactos foram ressaltados pelas lideranças locais ao longo da negociação: (i) “perda de renda das famílias ribeirinhas, decorrente da diminuição de rendimento da pesca comercial e do aumento generalizado de preços na região; (b) aumento e intensificação de conflitos por recursos pesqueiros com pescadores externos às RESEXs; (iii) perda de soberania alimentar decorrente da diminuição do rendimento da pesca de subsistência”.

Desde 2011, os Conselhos Deliberativos das RESEXs – assessorados tanto pelo ISA como pelo ICMBio - enviaram cartas, aos órgãos ambientais responsáveis, na tentativa de alcançar reconhecimento como impactados por Belo Monte. Em junho de 2015, após diversas denúncias realizadas por ribeirinhos, a procuradora do Ministério Público Federal (MPF) do Pará, Thais Santi, organizou uma inspeção⁴³ – em parceria com pesquisadores de renomadas universidades públicas do país e representantes de órgãos governamentais - nas áreas impactadas pela Usina e constatou uma sucessão de violações de direitos humanos e impactos ao modo de vida ribeirinho, como por exemplo, um processo de dissolução de relações familiares e a falta de condições para que os atingidos fossem capazes de reconstruir suas vidas após a remoção compulsória causada por Belo Monte no Xingu em Altamira.

Na Resolução nº 05/2015 de 27 de julho de 2015 pelo Conselho Deliberativo da Reserva do Riozinho do Anfrísio e do Iriri, e pela Moção da Resex Xingu nº1 de 18 de outubro de 2015, os ribeirinhos chamaram a atenção, principalmente, para: (1) Impactos na pesca – conflitos por áreas e pressão; (2) Impactos na renda – diminuição do poder de compra dos moradores das RESEXs; (3) Impactos no atendimento à saúde - devido ao aumento populacional em Altamira (4) Desestruturação de laços sociais e familiares em Altamira; e (5) aumento de atividades madeireiras ilegais dentro das RESEXs – impactos decorrentes verificados na caça, áreas de extrativismo e medo em relação a possíveis invasões e conflitos.

As associações das RESEXs apontaram também para possibilidades de investimentos, projetos relevantes em andamento que precisam de investimento e oportunidades para absorver recursos do plano de CA de Belo Monte. Nas resoluções e moções elaboradas pelos Conselhos deliberativos consta: investimento nos produtos extrativistas, (2) compra de equipamentos que estimulem tanto a produção como o escoamento dos alimentos da “roça”

⁴³ Esta inspeção coordenada pelo MPF, contou com a participação tanto de representantes do Ibama, Funai, CNDH, ICMBio, DPU, e DPE, como pesquisadores da Unicamp, USP e UFPA. Para ver na íntegra o documento: <http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2015/arquivos/RelatorioinspecaoribeirinhosBelo-Montejunho2015.pdf>

(agricultura), compra de equipamentos para produção artesanal dos móveis da Oficina Cabocla⁴⁴, assim como investimento em capacitação; (3) construção de outras Mini Usinas⁴⁵ de beneficiamento de produtos florestais e consequente estímulo à diversificação de atividades produtivas; (4) equipamentos e ferramentas específicas para dar continuidade ao trabalho com a coleta da borracha (seringa); (5) equipamentos e ferramentas para viabilização do trabalho com a castanha e apoio de transporte para escoamento; (6) construção de galpões que permitam a ampliação do sistema de cantinas; (7) Construção de cozinhas comunitárias para beneficiamento de frutas nativas, compra de equipamentos e ferramentas de trabalho, instalação de placas solares para gerar energia para as cozinhas e capacitação dos moradores; (8) investimento na meliponicultura, compra de materiais, equipamentos e ferramentas relacionados. Além de recursos para transporte, capacitação e orientação técnica, em geral.

2.4. A visão das populações ribeirinhas dos impactos

A análise da visão das populações ribeirinhas das Reservas Extrativistas (RESEXs) foi realizada a partir das observações, registros fotográficos, gravações das entrevistas semiestruturadas e reuniões, tanto formais como informais, durante as três pesquisas de campo. Foram entrevistas realizadas em três campos, além do levantamento e leitura de diversos documentos oficiais que foram importantes para a devida compreensão da problemática. A primeira parte volta-se aos dados do primeiro campo que ocorreu em 2016 e possibilitou a pesquisa nas três RESEXs da Terra do Meio, além de diversas reuniões com atores-chave locais na cidade de Altamira. O objetivo neste primeiro momento foi identificar as principais dimensões presentes na visão dos ribeirinhos da Terra do Meio acerca dos impactos da UHE de Belo Monte. Em seguida, foram analisados os dados oriundos – especificamente - do segundo campo de pesquisa (2017) na RESEX do Iriri que contou com a realização de 40 entrevistas semiestruturadas com ribeirinhos e 22 entrevistas abertas com atores-chave locais.

Nesta etapa, o software Atlas Ti foi utilizado para auxiliar a elaboração de um esquema de códigos, com definição de temas e subtemas com intuito de aprofundar a análise exploratória inicial e foi desenvolvido, em particular, a partir da análise do olhar dos ribeirinhos da RESEX do Iriri. Já a terceira pesquisa de campo aconteceu na capital do Brasil, cidade de Brasília (DF), com o objetivo de entrevistar representantes do governo – ICMBio e Ibama, o

⁴⁴ A Oficina Cabocla teve como objetivo promover a capacitação dos moradores para a produção artesanal de móveis de madeira, realizada pela primeira vez em 2013 na comunidade do Gabiroto na RESEX do Xingu sob iniciativa do ICMBio com parceria da FVPP, do IPAM, do ISA e recursos financeiros do Projeto Terra do Meio.

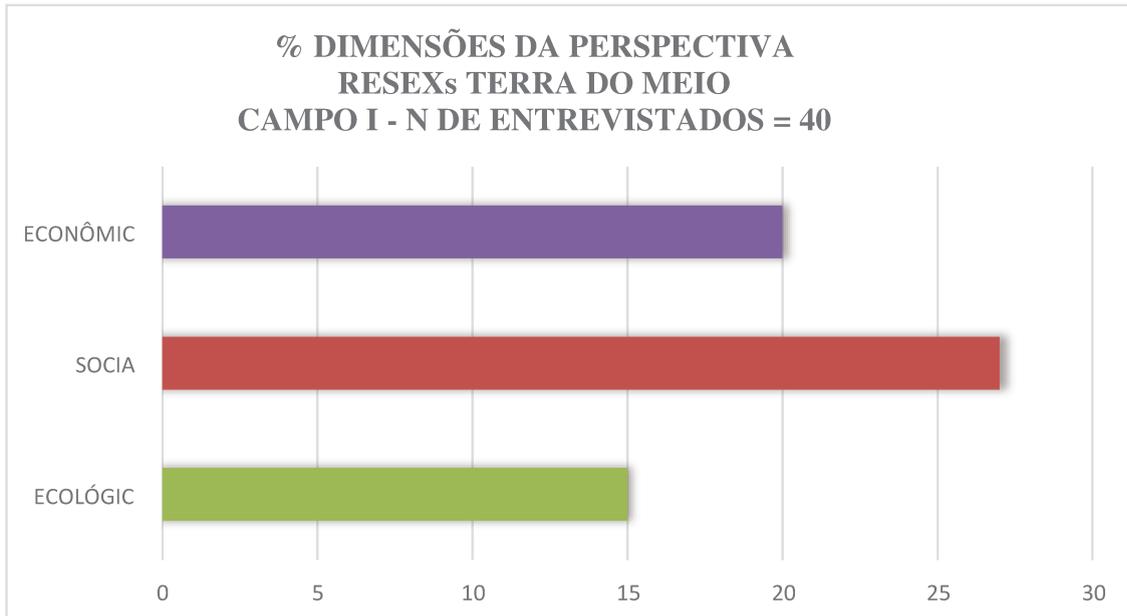
⁴⁵ Atualmente, existe apenas uma mini usina modelo na localidade do Rio Novo, RESEX do Iriri.

que também foi fundamental para compreender a complexidade da problemática e acompanhar a dinâmica do processo de reconhecimento das RESEXs como territórios impactados pela UHE Belo Monte.

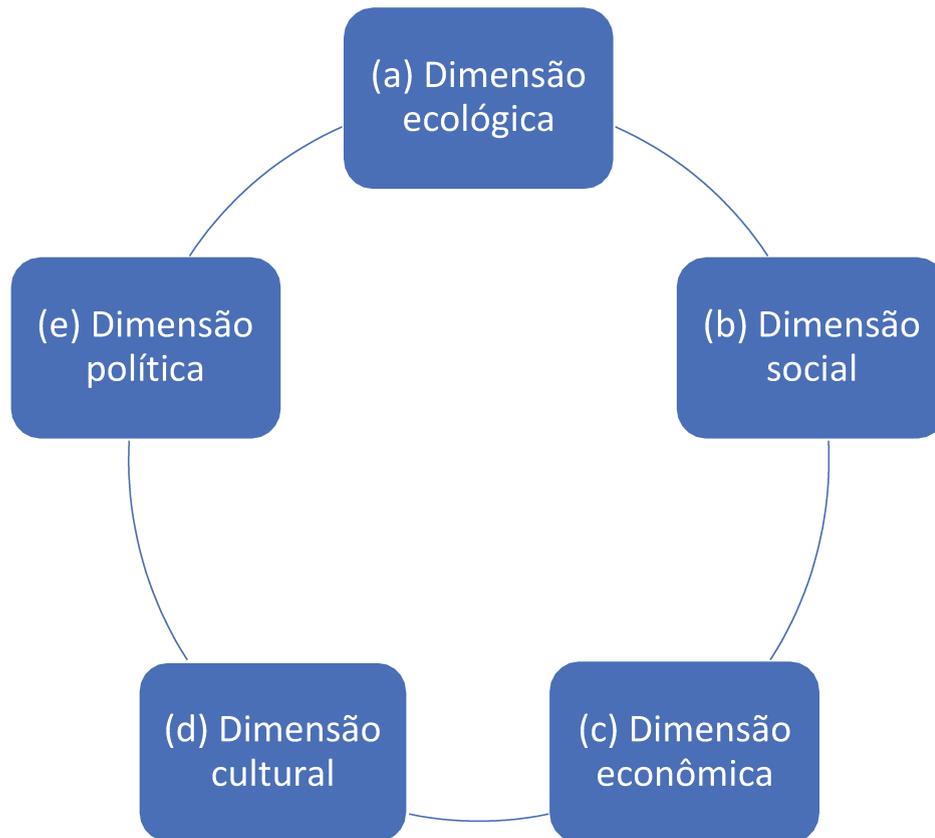
2.4.1 Dimensões da visão ribeirinha

As dimensões da visão ribeirinha começaram a ser estudadas a partir do primeiro trabalho de campo, que foi exploratório e viabilizou a realização de 60 entrevistas semiestruturadas com ribeirinhos das três RESEXs e outras 20 entrevistas abertas/reuniões foram realizadas com atores-chave na cidade de Altamira, totalizando 180 entrevistas semiestruturadas. O objetivo deste campo foi realizar tanto um primeiro reconhecimento da complexa dinâmica territorial da área de estudo, como também uma caracterização geral dos ribeirinhos das RESEX da Terra do Meio. Para análise da visão dos entrevistados nesta primeira etapa, as entrevistas foram divididas em três temas principais de impactos negativos relacionados às principais dimensões destacadas pelos ribeirinhos.

Cabe destacar os três grandes temas que, apesar de entrelaçados, nortearam esta análise inicial de dados primários: (a) dimensão ecológica - visão ligada a impactos específicos na fauna e na flora, um olhar que destaca impactos de Belo Monte nos recursos naturais - principalmente pesca e caça - e impactos na água do rio, qualidade ou nível; (b) dimensão social - visão que associa a usina ao aumento da violência, da prostituição e da criminalidade em geral, dentre outros problemas urbanos específicos na cidade de Altamira, além da noção de desestruturação de laços afetivos após a remoção compulsória de familiares e amigos que moravam no “beiradão” de Altamira; (c) dimensão econômica - visão relacionada à diminuição do poder de compra das famílias ribeirinhas consequente do aumento do custo de mercadorias oriundas da cidade de Altamira, fundamentais no dia a dia nas RESEXs.



Para a análise da visão dos ribeirinhos entrevistados no segundo campo, além dos três grandes temas, outras duas dimensões foram recorrentes nas respostas: (d) dimensão cultural – visão que compara a visibilidade e/ou reconhecimento entre populações indígenas e ribeirinhas na Terra do Meio; (e) dimensão política – olhar que aponta relações de poder entre diferentes *stakeholders* no mosaico e destaca que após a construção da usina, houve aumento do número de invasões de pescadores de fora do mosaico, o que ilumina uma noção de controle territorial e originou a existência de cinco grandes temas interconectados, conforme expressa o diagrama abaixo:



Destaca-se abaixo, uma fala que expressa bem tais dimensões entrelaçadas na perspectiva dos ribeirinhos acerca dos impactos de Belo Monte:

Chegava em Altamira e era uma tranquilidade só, hoje não temos nem onde encostar o barco, antes chegávamos e sabíamos para onde ir. Hoje em dia não sabemos mais onde os conhecidos estão morando. Hoje em dia não tem ninguém pra atender com um serviço, como consertar um motor. Pra comprar ficou difícil, os preços aumentaram demais depois de Belo Monte. Antigamente, não existiam tantos pescadores e depois da barragem, aumentou muito. O povo do Riozinho do Anfrísio, por exemplo, nem pescava. Os hospitais estão muito cheios na cidade e eu nunca tinha visto uma seca assim tão grande. A Norte Energia trouxe mais violência, fico até com medo de sair à noite na cidade. Muitos pais aqui da RESEX ficam sofrendo por causa dos filhos que podem “se perder” na cidade.

Posteriormente, tais dimensões serão melhor detalhadas e na tabela abaixo elas estão divididas nas seis diferentes dimensões e seus respectivos critérios (subtemas) definidos a partir da análise das entrevistas semiestruturadas com os ribeirinhos:

- Dimensão ecológica

Sobre impactos futuros nas RESEXs, na moção nº 01 de 18 de outubro de 2015, o conselho deliberativo da RESEX do Xingu chama a atenção para o receio dos moradores em relação ao aumento do nível da água do rio, a consequente perda de ambientes marginais, como igapó e mata ciliar, o alagamento dos “baixões” e perda de seringais, as possíveis mudanças na territorialização tanto dos peixes como dos animais caçados habitualmente. Perspectivas ligadas a aspectos ecológicos relacionam-se às atividades de pesca e ao rio: “ - O peixe também diminuiu. A mudança foi tão grande que os peixes não ovam e nessa época não era para ter, pois já passou o tempo deles se reproduzirem (janeiro na cheia)” .

Pescadores entrevistados apontaram para a diferença no tamanho do peixe também e cabe destacar que é um recurso móvel que exige acompanhamento contínuo para documentar alterações. “ - Pra gente aqui (na RESEX) foi prejuízo, existem várias áreas que peixe sobe e desce, depende da época do ano. Está dando é muito peixe pequeno”.

Na RESEX do Iriri, os impactos na pesca foram mais evidentes do que nas outras RESEX sendo que é a UC que conta com maior número de moradores que dependem da atividade

Eu comecei a pescar aos 10 anos, eu nunca tinha visto o que vi esse ano, eu pego pescada magrinha com espinha junta. Muitos viram isso, não fui só eu não e eu fiquei pensando muito na barragem, porque a mudança foi do ano passado pra cá. Fidalgo, pescada e tucunará estão todos doentes e os peixes não conseguem desovar, estão todos ovados, tucunará desova direto, curimatá é agora (...).

No entanto, não há consenso entre os moradores das RESEX sobre um impacto direto da construção da barragem nos recursos pesqueiros. Um fator que contribui para a existência de certa controvérsia a esse respeito é o fato de o período da construção da barragem ter coincidido com um período de seca forte na região. Muitos ribeirinhos afirmam ter ocorrido um fenômeno climático bem semelhante há cerca de trinta anos, o que poderia influenciar a perspectiva de parte dos entrevistados quanto à diminuição do recurso pesqueiro, já que tem ligação direta às condições ecológicas, como por exemplo, certos frutos que os peixes gostam de comer em certos locais de pesca na RESEX.



Dona Maria limpando peixe na RESEX do Iriri e Sr. Chico Branco pescando na RESEX do Xingu

A coincidência entre uma forte seca e o início das obras de Belo Monte gera controvérsias a respeito dessa diminuição do peixe, já que moradores da mesma RESEX sentem tais aspectos de forma muito diferente. Alguns moradores do Iriri afirmaram que tal redução do recurso pode também ter relação com o aumento do número de pescadores de dentro da RESEX, pois o aumento das vendas em Altamira no período da construção da usina estimulou a pesca na região. Muitos deles, afirmam que - por conta disso - está ocorrendo a diminuição dos recursos pesqueiros.

Antigamente, peixe era em bando, podia pescar com isca de pano vermelho que pescava muito. Tem muito peixe miúdo. De três anos prá cá começando a diminuir a pesca. Estava entrando pescador de fora da RESEX pelo Maribel, continuam entrando e botando espinhel. Mês passado eu vi, tem muito pescador entrando ali.

Diversos depoimentos também revelaram que existe uma preocupação dos moradores com a sustentabilidade dos recursos pesqueiros, ou seja, com as próximas gerações.

Eu pesco tucunaré e pescada para vender e sinto que o peixe diminuiu nos últimos anos. Hoje temos que mariscar (pescar) seis ou sete dias para conseguir a quantidade de peixe que antes conseguíamos em apenas dois ou três.

- Dimensão social

O que motiva o ribeirinho da RESEX ir à cidade se relaciona a diferentes aspectos: (i) resolução de problemas de saúde, marcação de exames e necessidades de cirurgias e atendimentos de emergências em hospitais; (ii) compra de roupas e calçados para a família; (iii) resolução de questões de documentação; (iv) retirada de pagamento de benefícios sociais, como o Bolsa

Família, Bolsa Jovem, Bolsa Verde⁴⁶ e Seguro Defeso. Apesar de a grande maioria entrevistada afirmar que a qualidade de vida melhorou muito com a criação da RESEX no início dos anos 2000, ainda existem muitas demandas em relação às políticas públicas e ao atendimento a serviços básicos. Muitos ribeirinhos afirmam que estes serviços foram prejudicados após a construção da UHE Belo Monte:

O atendimento à saúde está mais difícil. SESP era mais próximo, agora emergência é na UPA, só que hospital que interna as pessoas é lá no mutirão, não sei nem onde é direito. A NESA dizia que ia fazer dois hospitais e nada aconteceu. Só fizeram um e não deu nem pra metade da população.

A frequência de ida à cidade do ribeirinho que mora na RESEX varia bastante, normalmente, entre duas ou três vezes ao ano e, na maioria dos casos, o deslocamento é realizado via barco ou voadeira, a partir da articulação de caronas com familiares e amigos. Muitos entrevistados relataram - de maneira enfática - a dificuldade de manter contato com parentes e amigos que, após a construção da UHE, foram removidos da “beirada” da cidade de Altamira e agora estão nos chamados Reassentamentos Urbanos Coletivos – RUCs⁴⁷.

Minhas irmãs agora estão no Jatobá. Ficava em Altamira na casa delas. Nunca mais fui depois que elas se mudaram pro RUC, então parei de ir visitar, porque é sacrifício demais.

Tais reassentamentos são resultado das negociações realizadas na Área Diretamente Afetada (ADA) – ou seja, alagada pela usina. A Norte Energia removeu mais de 22.000 pessoas das margens do rio Xingu em Altamira e hoje existem seis novos bairros construídos pela empresa e localizados na periferia da cidade: Laranjeiras, Jatobá, São Joaquim, Casa Nova, Água Azul e Pedral (que foi o último a ser construído).

⁴⁶ Conforme informações divulgadas pelo MMA, existem 45400 famílias beneficiárias em áreas protegidas no estado do Pará. A partir das entrevistas realizadas durante o primeiro campo nota-se que o processo de inclusão dos ribeirinhos da Terra do Meio ainda está em curso, já que muitos entrevistados ainda não contavam com a bolsa. Ver mais informações em: <http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde> Fiscal, Secretario e vice Secretario, Tesoureiro e Vice Tesoureiro.

⁴⁷ Todos os RUCs foram visitados neste primeiro campo e a estrutura de todos é basicamente a mesma (escola, mercado, unidade básica de saúde etc.), com exceção do RUC Laranjeiras que tem acesso ao Igarapé e o RUC Pedral que também terá acesso ao Igarapé - quando for finalizado - e se destina, de acordo com a NESA, principalmente a ribeirinhos e indígenas, o que totalizará mais quinhentos lotes.

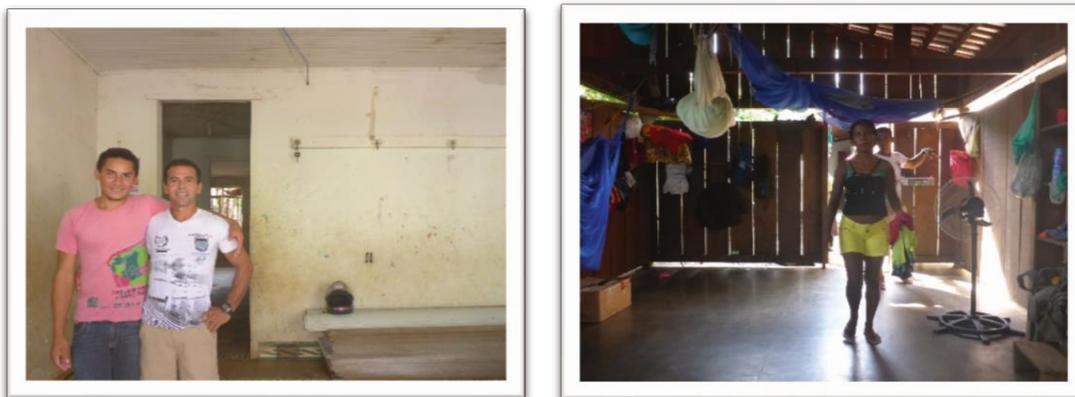
Tabela 7 - Reassentamento total de 3.333 famílias

RUC Jatobá	1.012
RUC São Joaquim	823
RUC Laranjeiras	350
RUC Casa Nova	449
RUC Água Azul	699
RUC Pedral⁴⁸	46
Indenização	2646
Aluguel	288

A remoção compulsória em Altamira, segundo relato dos entrevistados, teve impacto direto nas relações sociais dos ribeirinhos das RESEX, já que acarretou num processo de desestruturação de laços a partir da remoção compulsória com impacto direto na territorialidade e o modo de vida dessas populações: “Minha mãe foi enrolada, a casa está rachada, não tem segurança. Era antigamente uma casa boa na beira do rio, fica muito longe e quase não vejo mais.”

Diversas famílias do Riozinho do Anfrísio e do Iriri relataram também a importância do acesso à cidade de Altamira via Transiriri e Transamazônica, já que durante o verão (período da seca), muitas vezes é impossível o deslocamento pelo rio de barco, sendo a TI Cachoeira Seca fundamental. Quando na cidade, muitos também contam com as casas coletivas das associações de moradores das RESEX, que são chamadas localmente de “Casas de Apoio”.

⁴⁸ Famílias estão realocadas em outro RUC enquanto as obras terminam.



Casa de Apoio das RESEXs em Altamira

Poucos moradores das RESEX que tinham casa na região que será alagada em Altamira, chamada de área diretamente afetada (ADA) pela usina, aceitaram a opção de serem indenizados e alegam durante as entrevistas que o valor que a empresa ofereceu não dava mais para comprar nada em Altamira. Dessa forma, aceitavam – praticamente sem alternativa – a casa construída em um dos RUCs.



RUC visitados com funcionário da NESA em 2016.



Porto em Altamira

- Dimensão econômica

Associada diretamente a Altamira também está a dimensão econômica da perspectiva que destaca especificamente a perda do poder de compra dos ribeirinhos na cidade após a construção de Belo Monte:

O custo de roupa, comida e aluguel de casa aumentou muito na cidade. Os hospitais do estado estão lotados. Atualmente, pra ver minha família tenho que pagar 100 reais de táxi ida e volta mais 20 reais para olharem o barco. Nunca mais vi meu irmão, já tem um ano. Nem sei mais onde ele mora. Antigamente eu chamava o meu pai do rio. Com a vinda da NESA perdemos concorrência também. Arroz farinha e peixe tão chegando de fora. Tem supermercado vendendo peixe barato que vem de fora e ninguém

quer mais o daqui. Os barcos não têm mais onde encostar em Altamira, agora temos que ficar no meio do rio. Pescadores de Altamira já estão começando a subir para a reserva trazendo malhadeira e tudo mais.

Pescadores entrevistados também destacaram mudanças que ocorreram na cadeia produtiva do peixe oriundo das RESEXs após a construção da usina de Belo Monte, no entanto, alguns não acreditam que isso tenha afetado as reservas: “Atualmente, tem vindo muito peixe de fora para Altamira, tambaqui que vem de Santarém, por exemplo, mas ainda não diminuiu a venda aqui na reserva não.”

Um dos atravessadores entrevistados em Altamira em 2017 corrobora com tal visão quando afirma:

Se você perguntar pro ribeirinho que peixe que ele come, vai ser pacu, curimatã, matrinchã e arituia. Nisso não tem muita diferença, porque esses são os peixes que não tem mercado aqui mesmo. O pacu até tinha, mas o tambaqui tomou conta em Altamira. Porque o pacu “rimpeia” (endurece), o Tambaqui (de tanque) vem do Mato Grosso e do Mara- nhão e chega aqui mais barato, então vende mais.

Por outro lado, um dos atravessadores mais importantes da região que trabalhou muitos anos com ribeirinhos no Iriri afirmou:

Em 2013 e 2014 vendia muito peixe aqui, mas tinha muito peixe que vinha até do Vietnã e São Paulo. Esse do Vietnã (ou talvez da Indonésia) é um peixe industrializado e sem sabor, hoje não venderia mais nenhum. Não foi tão bom pra vender peixe das RESEX com a barragem, porque o povo que veio de fora não tem conhecimento de peixe, então vinha panga, merluza ou caraaçu e se bota pra vender, eles vão comer do mesmo jeito, porque é peixe, eles não sabem a diferença. Por isso que hoje também tá indo pirara e trairão pra fora da nossa região aqui, porque aqui não vendia esse. Com a barragem baixou a venda dos peixes deles e aumentou o custo das mercadorias e do óleo diesel. Agora melhorou um pouco já essa coisa do preço. Hoje em dia tava com um pescador só no Iriri, porque a logística é muito cara, 3 mil reais o frete complica muito.

A partir do acompanhamento do desembarque pesqueiro no Porto de Maribel, foi possível observar tais mudanças, já que parte significativa do pescado das RESEXs atualmente segue para um frigorífico chamado “Peixão” em Santarém via um novo atravessador (Adriano) que atua na Terra do Meio. Ainda contando com o depoimento do atravessador da região:

O peixe que Adriano leva não tem procura aqui na nossa região e aí vai tudo pra Santarém, depois pra Goiânia e depois pro Sudeste, até São Paulo chega o peixe do Iriri. Santarém é mais perto e como o peixe tem que ir pra um frigorífico pra sair com nota, vai pra lá.

Atualmente, este atravessador não trabalha mais com os regatões e pescadores do Iriri, pois foi contratado pela Norte Energia - via empresa DB Cavalli - que hoje é responsável por assessorar a cadeia produtiva de peixe nas Terras Indígenas (TIs) da região, para cumprir medidas exigidas pelo Plano Básico Ambiental (PBA) de Componente

Indígena (CI).

Tem dez anos que trabalho com as comunidades lá do Iriri. Agora tô fazendo o projeto da Norte Energia, na verdade a DB Cavalli pega e eu faço a logística. É uma logística cara que tem que ter investimento, né? Antes os índios da Cachoeira Seca não pescavam. Pra eles, foi o melhor negócio que já deu. Hoje tamo trabalhando com cinco aldeias. Eu nunca puxei peixe, só comprava peixe. Hoje toda a semana eu pago 8 mil, oito mil e pouco pra esses índios (pago 8 reais o Kg). Não sei quanto que a DB Cavalli recebe da Norte Energia, aí é com eles. Mas sei que eles dão pros índios gasolina, gelo, isopor e a DB Cavalli me paga o frete. O gasto dos índios é zero, não tá sendo um mal negócio pra eles não.

Nesse contexto cabe destacar que mudanças na cadeia produtiva do pescado foram sentidas tanto na escala Terra do Meio como na cidade de Altamira.

- Dimensão política

Ribeirinhos apontam que invasões de pescadores de fora da Terra do Meio vêm aumentando após construção de Belo Monte, o que demonstra uma visão ligada ao controle do território e relações de poder na pesca:

Pescadores que não são da RESEX entram pra pescar aqui. Hoje mesmo subiu essa lancha cheia de gelo. É voadeira, malhadeira, tudo ali nos poços perto da Terra Indígena (Cachoeira Seca).

Acordos de pesca já foram discutidos em diversas reuniões comunitárias com objetivo de minimizar conflitos na pesca e estabelecer regras mais claras de uso dos recursos pesqueiros entre os usuários das RESEX. Os acordos de pesca, muitas vezes, seguem a informalidade, mas existem definições que visaram – no plano de manejo⁴⁹ – a organizar os diferentes territórios e pontos de pesca. Como afirma ribeirinho morador da RESEX do Riozinho do Anfrísio:

Impacto não é igual a alagamento. Para a gente, o impacto começou no preço, não temos mais condição de comprar nada. Em Altamira, hoje em dia, temos medo de morrer quando andamos e a população aumentou muito (...) Com Belo Monte, dobrou a saída do peixe, e isso me preocupa, pois hoje achamos bom vender tanto peixe, mas acho que num futuro próximo ficaremos sem!

Sobre a dimensão política, foram destacados dois atores-chave locais – o órgão gestor ICMBio e a ONG Instituto Socioambiental (ISA) - responsáveis por diversos projetos importantes na região chamada ISA. Os ribeirinhos entrevistados expressaram certa insatisfação - e até omissão - com a atuação tanto do órgão governamental como do órgão não

⁴⁹ Zona de Pesca (ZP); Zona de Extrativismo (ZE); Zona de Uso Intensivo (ZI); Zona de Potencial Ecoturístico (ZPE); Zona de Preservação (ZP); Zona de Amortecimento (ZA).

governamental em relação ao reconhecimento de impactos de Belo Monte nas RESEX. – “Não sei por que o ICMBIO e o ISA disseram que não seríamos impactados.”

Um dos atores-chave locais entrevistados - que trabalha diretamente com os ribeirinhos na Terra do Meio desde 2009 - destacou a atuação de *stakeholders* e a relação intensa dos ribeirinhos das RESEX com a cidade de Altamira:

As lideranças dizem que o ICMBio não tomou pé da situação como a Funai e acabaram os deixando fora das compensações de Belo Monte. Infelizmente, minha vivência mostra que os impactos da usina chegam a mais de 400 km de distância. A relação com a cidade sempre existiu, a maioria dos moradores não tinha casa na cidade e sempre ficavam hospedados nos parentes que viviam na beira de Altamira. Hoje em dia essas pessoas estão nos bairros novos criados pela NESAs e os ribeirinhos da RESEX ficam em barcos no meio do rio. Não tem mais porto, não tem energia, não tem segurança. Eles não têm condição de pagar táxi nem vigia.

- Dimensão cultural

A dimensão cultural da perspectiva dos ribeirinhos é notável e está articulada à dimensão política, já que expressa relação de poder existente entre diferentes populações tradicionais e atores-chave locais, conforme demonstra a seguinte fala: “Os índios já têm aquele poder com a Funai que corre atrás das coisas. Nós não temos também cacique, ficamos esperando alguém do ICMBio ou do ISA para ajudar”.

Tal dimensão étnica está ligada diretamente às medidas de mitigação de Belo Monte - visíveis aos olhos dos ribeirinhos da RESEX do Iriri- que chegam na TI Cachoeira Seca. Para cumprir o Plano Básico Ambiental (PBA) de Componente Indígena (CI), a concessionária Norte Energia (NESAs) – responsável por Belo Monte - contratou uma outra empresa chamada DB Cavalli para comprar peixes das populações indígenas da Terra do Meio consideradas atingidas pela usina.

Na cidade está difícil vender o peixe. Antes da barragem era mais fácil. Pão (um dos atravessadores de Altamira) hoje em dia está só comigo há 1 ano. Antes ele comprava peixe do Manuel etc. Aduato (outro atravessador de Altamira) também ficou só com o Manin. Há um ano atrás comprava muito mais peixe, acho que 5 ou 10 pescadores, hoje só de um só.

Dessa forma, os índios da TI Cachoeira Seca – localizada em frente à RESEX do Iriri – por exemplo, após as medidas de mitigação de Belo Monte receberam além de voadeiras novas e gasolina, material para pescar, gelo e caminhão para transportar o pescado até as cidades. O porto de Maribel permite acesso às cidades e ribeirinhos entrevistados apontam o local como estratégico para a invasão de pescadores e madeireiros, pela conexão com os

travessões da Transamazônica, como a Transiriri.

Torna-se evidente a existência de um conflito de ideias entre dois grupos de pescadores da RESEX do Iriri, enquanto alguns entrevistados apresentaram queixas com relação às atividades pesqueiras, relatando impactos verificados no seu dia a dia pelo rio, outros pareciam se “defender” deste posicionamento durante a entrevista, afirmando que não haveria nenhum impacto na pesca, muito menos a redução da quantidade de peixes na RESEX.

Em relação ao tratamento que a NESA deu aos indígenas vizinhos e aos ribeirinhos, poucos não ressaltam a diferença de reconhecimento. Apesar de, atualmente, muitos entrevistados afirmarem que mantêm uma relação de amizade com indígenas, o que permite que se ajudem, principalmente com questões de saúde e vendas de farinha e peixe, as falas durante as entrevistas foram carregadas de comparações entre as duas populações vizinhas:

O cacique Raoni desde sempre brigou contra a barragem e nós não fizemos nada na época que deveríamos, não sabíamos nem assinar o nome nem o que era uma associação direito. Indígenas tinham quem brigasse por eles. Tem lei que protege o ribeirinho, mas nós não sabemos disso, não tínhamos o conhecimento para brigar e sermos reconhecidos no PBA.

O relatório da inspeção nas áreas ribeirinhas atingidas por Belo Monte realizada recentemente sob iniciativa do Ministério Público do Pará (MPF/Pará) aponta importantes considerações:

As premissas do PBA estão sendo descumpridas no processo de remoção compulsória dos ribeirinhos atingidos; (2) Verifica-se um descompasso entre a velocidade que a empresa Norte Energia impôs ao processo de remoção compulsória com vistas à obtenção da licença de Operação da UHE Belo Monte e as medidas que deveriam ser adotadas para que os ribeirinhos detenham condições de suportar esse processo sem riscos a sua sobrevivência física e cultural; (3) Grupos ribeirinhos que, embora seja expressão de um modo de vida singular, que é marca reconhecida da região norte, foram invisíveis ao processo de licenciamento da UHE Belo Monte e hoje não encontram nesse processo soluções que sejam adequadas à sua peculiaridade; (4) Não se verificou nas propostas que estão sendo ofertadas pela empresa Norte Energia, alguma que permita que os atingidos visualizem uma condição futura capaz de manter seu modo de vida; (5) Os ribeirinhos estão sendo coagidos a aceitar a indenização.

Dessa forma, e através dos relatos e também da leitura de documentos oficiais assinados pelas associações das RESEXs cabe destacar o que moradores da RESEX do Iriri já consideram ser de seu interesse alcançar reconhecimento como impactados por Belo Monte com a NESA e ressaltaram alguns pontos - em cartas enviadas anteriormente, assinadas pelas associações e elaboradas com apoio técnico do ISA - como forma de compensação dos impactos de Belo Monte em relação à pesca: (i) um caminhão para transportar produtos à cidade; (ii) um galpão em Altamira para armazenar produtos; (iii) uma geleira (freezer grande) para contribuir na conservação e qualidade dos peixes.

Quanto à assistência técnica à pesca, seria bom uma geleira, um caminhão (para

transportar produtos via Maribel), um micro-ônibus (para ir à cidade de Altamira durante a seca) e galpão (já tem um projeto no PDRS Xingu). Se tivéssemos também trator pra deixar a terra bem fofa e uma roçadeira para capinar mais rápido seria melhor. Certeza seria bom se tivesse uma voadeira da comunidade também e um curso de formação de enfermeiros daqui.

2.4.2. A visão dos ribeirinhos da RESEX do Iriri

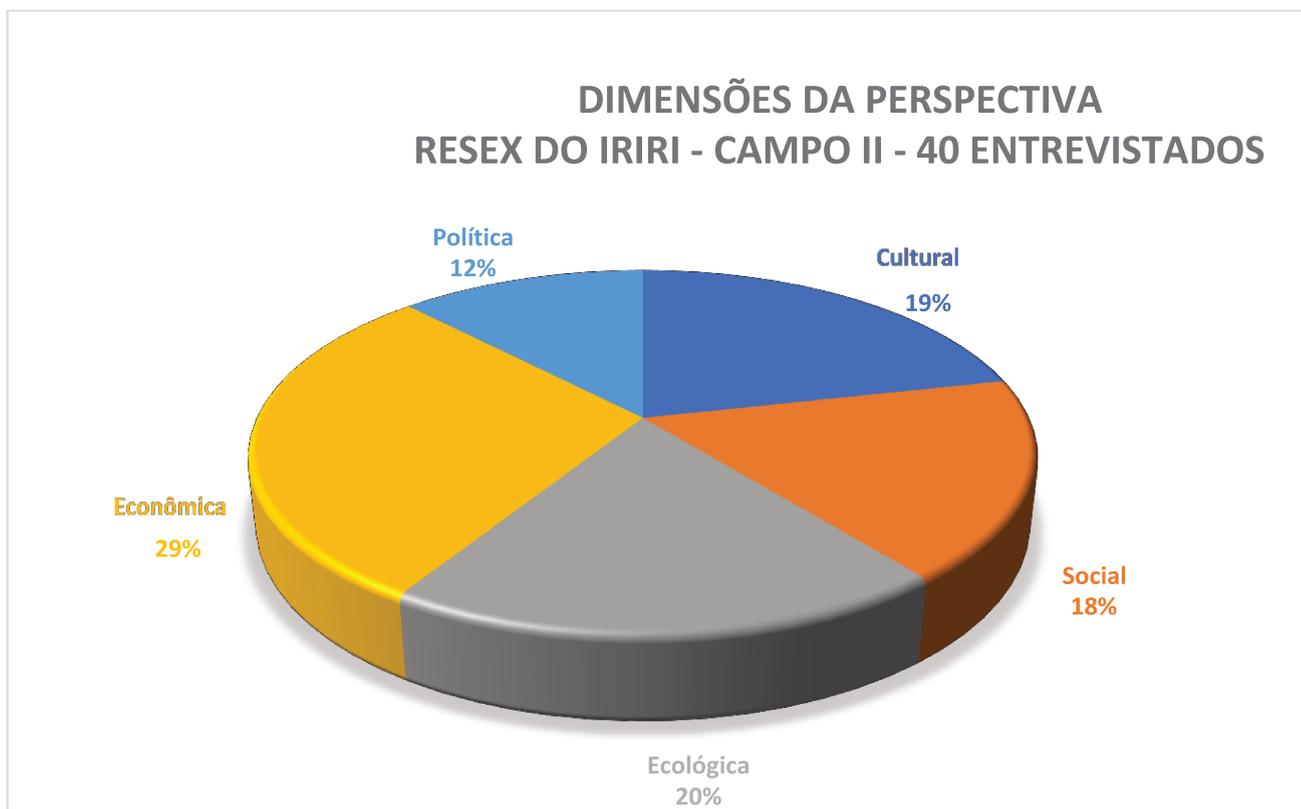
Os dados utilizados nesta parte são oriundos do segundo campo de pesquisa, quando foram realizadas quarenta (40) entrevistas semiestruturadas com os moradores da RESEX do Iriri na Terra do Meio. Além das cinco categorias dos entrevistados contabilizados, três outros padrões de respostas existem e devem ser mencionadas, apesar de terem tido pouca representatividade - “(i) não sei; (ii) melhorou; e (iii) nada mudou”. Estas outras três variáveis não foram incluídas no gráfico porque não apresentaram nenhuma dimensão de impacto negativo: apenas cinco (5) ribeirinhos entrevistados apresentaram uma visão de que houve melhoras após Belo Monte e, para essas pessoas essas mudanças foram consequências sociais de a usina ter estimulado a geração de emprego e a construção de escolas e hospitais em Altamira. “Depois de Belo Monte, agora na cidade tem mais escola e hospital, melhorou um pouco”.

Apenas uma pessoa entrevistada relaciona esta melhoria com o aumento da venda de farinha e peixe e faz uma relação direta com o aumento populacional na cidade de Altamira. Um único outro entrevistado não soube responder às perguntas da entrevista e se mostrou confuso(a) e com certo receio de emitir uma opinião pessoal a um(a) pesquisador (a). Uma outra pessoa entrevistada afirmou que nada mudou após a construção da usina.

O software Atlas Ti (Campbell et al., 2013) foi utilizado tanto para auxiliar a codificação das entrevistas, como para criar as categorias temáticas mais amplas e identificar suas respectivas variáveis e subtemas. Dessa forma, diferentes dimensões da visão dos ribeirinhos foram analisadas, o que possibilitou melhor entendimento sobre as escalas geográficas em questão que se entrelaçam através da complexa territorialidade dessas populações.

Conforme pode ser verificado no gráfico abaixo, as dimensões que apareceram no campo exploratório se repetiram no segundo levantamento e a maioria dos entrevistados (29%) apresentou uma visão associada à dimensão econômica de impactos da usina que, junto com a dimensão social (18%), aponta para transformações em relação ao modo de vida ribeirinho associadas especificamente às transformações na cidade de Altamira. A dimensão cultural teve 21%, a ecológica 20% e a política 12%, e, claro, é importante salientar o quanto tais dimensões

estão entrelaçadas



A quantidade e a variedade de impactos sociais negativos notados pelos ribeirinhos das RESEXs entrevistados, reforça a forte relação dos ribeirinhos das RESEX com a cidade de Altamira e a área diretamente afetada (ADA) pela usina ao redor da Volta Grande do Xingu, o grande meandro onde a barragem foi construída. Justamente através de relatos sobre fragmentação e/ou ruptura de relações sociais e afetivas, e acerca da maior dificuldade no acesso a serviços e mercadorias, que os ribeirinhos das RESEXs mais sentem os efeitos de Belo Monte em suas vidas. Dessa forma, cabe destacar que dentro dessa escala de impactos “cidade de Altamira” é que se situa a dimensão social e econômica da perspectiva dos ribeirinhos acerca dos impactos negativos da usina.

A degradação da qualidade de vida é relacionada principalmente ao serviço de saúde na cidade (mais filas, mais tempo esperando para ser atendido, ribeirinhos ressaltam localização do hospital agora longe do “beiradão”) e o aumento da violência na cidade, muitos deles afirmam terem mais medo pelo aumento da criminalidade⁵⁰ na cidade de Altamira após a

⁵⁰ De fato, a cidade se tornou a mais violenta do Brasil, segundo ranking do Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA) divulgado em 2017.

construção de Belo Monte. “A cidade de Altamira mudou muito, muita bandidagem, nem sentimos vontade de ir. Não tem casa de parente pra ficar.”

A remoção compulsória realizada no “beiradão” do rio Xingu em Altamira afetou os ribeirinhos moradores das RESEXs, já que muitos familiares que habitavam as margens do rio tiveram que se mudar para os reassentamentos urbanos coletivos (RUCs) afastados do Xingu, ou – em alguns casos - os próprios moradores das RESEXs mantinham uma “casa de apoio” própria ou utilizavam a da associação em Altamira:

Meu pai morava quase no beiradão e agora tá no Jatobá e dá trinta reais de táxi até o RUC, e as minhas irmãs também estão lá. Não gosto da casa de apoio (da associação) porque é muita gente, prefiro ficar na casa da minha irmã mesmo.

Neste sentido, para os ribeirinhos da RESEX do Iriri, os impactos de Belo Monte ocorreram, principalmente, em duas escalas geográficas que estão intimamente articuladas pela dinâmica territorial da Terra do Meio e pelo complexo modo de vida das populações tradicionais que ali habitam.

Uma escala envolve a visão ribeirinha que sinaliza mudanças dentro do mosaico de APs da Terra do Meio – considerada AAR - e a outra envolve mais diretamente as mudanças sociais e econômicas associadas à cidade de Altamira - concebida como ADA e AID da usina. Desta forma, os impactos apontados pelos ribeirinhos na Terra do Meio estão associados às dimensões política, ecológica e cultural do território, com destaque para a questão étnica que envolve a comparação com as populações indígenas. Já na escala Altamira, os impactos ressaltados pelos ribeirinhos do Iriri têm relação direta com os aspectos socioeconômicos, tendo destaque, em particular, a perda do poder de compra dessas populações em Altamira.

Considerações finais

As experiências vividas e relatadas nas entrevistas realizadas com os moradores das RESEXs da Terra do Meio indicam que impactos da UHE Belo Monte foram sentidos e percebidos de diferentes formas por ribeirinhos que habitam as RESEX do mosaico. Em relação aos “territórios de impacto da barragem” delimitado, a Terra do Meio integra a chamada área de abrangência regional (AAR)⁵¹ de impactos da usina, ou seja, estão fora da área de impacto direto ou indireto identificado pelo EIA-RIMA de Belo Monte. No entanto, os impactos relatados na cidade de Altamira expressam como a questão de distância é relativa quando se trata de impactos de usinas hidrelétricas em populações tradicionais.

⁵¹ Ver diagrama sobre território de impacto da barragem de Belo Monte no capítulo 2 da tese.

Sem considerar a territorialidade dos ribeirinhos, não há como se estudar e avaliar impactos de grandes usinas hidrelétricas, já que estas populações abarcam outras lógicas, outras perspectivas, articulam escalas geográficas de outra forma e tem um modo de vida baseado em um sistema complexo de atividades e dinâmicas.

As RESEXs do Xingu, do Iriri e do Riozinho do Anfrísio foram incluídas oficialmente apenas na condicionante 2.24 da Licença de Operação (LO) de Belo Monte 1317/2015, o que indica que a NESAs, apesar de não concordar que exista uma relação direta entre a construção de Belo Monte e a diminuição dos recursos pesqueiros nas RESEXs, desenvolverá um projeto de “Assistência à Pesca Sustentável” nas UCs. Este projeto ainda está em discussão entre a empresa, o ICMBio e as associações das RESEXs.

A leitura de cartas relacionadas a esse projeto mostra que as associações contam com apoio fundamental de *stakeholders* nesta questão, o que permite que ampliem suas articulações políticas (como, por exemplo, foi a articulação do ISA com o MPF do Pará para exigir a redestinação dos recursos de CA).

Destaca-se que os ribeirinhos entrevistados não possuíam informação sobre a polêmica destinação dos recursos de compensação ambiental (CA⁵²) de Belo Monte entre UCs de uso sustentável e de proteção integral na Terra do Meio. Fato que se torna contraditório, a partir da leitura de documentos⁵³ assinados pelas associações reivindicando veementemente seus direitos em relação à CA da UHE.

Abaixo, um trecho da “Moção de discordância com a proposta de distribuição de recursos de compensação ambiental da UHE Belo Monte”, entregue ao ICMBio em agosto de 2017 e assinadas pelos conselhos do Iriri e Riozinho do Anfrísio.

O licenciamento ambiental da usina de Belo Monte foi marcado por um processo de distribuição injusta dos recursos da compensação ambiental e incondizentes com os impactos previstos no EIA-RIMA e reconhecidos nas UCs da Terra do Meio.

Desta forma, o acompanhamento presencial em reuniões do conselho deliberativo das RESEXs tanto com o ICMBio, como com o ISA, indica que as informações sobre CA de Belo Monte ainda não chegam aos moradores das RESEXs de maneira clara. Tal fato foi constatado em campo nas reuniões e entrevistas e indica a forte influência dos *stakeholders* ISA e ICMBio - na politização do tema. A linguagem utilizada nos documentos assinados pelas

⁵² Ver mapa sobre CA de Belo Monte no capítulo anterior.

⁵³ Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do Comitê de Compensação Ambiental de Belo Monte – CCAF.

associações das RESEXs expressa também a influência desses *outsiders* na discussão e mostra que a capacidade de articulação política dos moradores das RESEXs é fortemente mediada por esses dois órgãos atuantes na área.

Embora muitos dos impactos destacados neste estudo estejam apenas começando, é extremamente importante que exista um processo de documentação das transformações apontadas pelos ribeirinhos entrevistados desde já, assim como o devido acompanhamento dos impactos relatados, já que se faz necessário compreender como as mudanças estão se desenvolvendo em diferentes escalas. Este pode ser um material fundamental para encontrar soluções e medidas coerentes com a realidade dessas populações em projetos futuros de construção de grandes usinas hidrelétricas na Amazônia.

Dentre as mudanças destacadas pelos ribeirinhos entrevistados na pesquisa, seria importante aprofundar a investigação com devido acompanhamento a respeito de alterações na cadeia produtiva do pescado para que o projeto de assistência à pesca - que ainda está em discussão - possa ser coerente com a realidade dos ribeirinhos que habitam as RESEXs da Terra do Meio.

CAPÍTULO 3 - ÁREA DE ESTUDO

Resumo

Este capítulo apresenta uma caracterização geral do mosaico de áreas protegidas da Terra do Meio na bacia hidrográfica do rio Xingu no estado do Pará e, em seguida, detalha as três pesquisas de campo que se configuraram como etapas imprescindíveis para a elaboração desta tese. O conjunto de áreas protegidas em questão abrange distintas categorias ambientais e o foco desta pesquisa é nas reservas extrativistas - Iriri, Riozinho do Anfrísio e Xingu, unidades de conservação de usos sustentável. Por fim, analisam-se desafios e oportunidades para pesquisa numa área de estudo marcada por disputas e conflitos de notável complexidade em sua dinâmica territorial.

Introdução

A Terra do Meio abrange parte do município de Trairão, São Felix do Xingu e Altamira. Quatro cidades merecem destaque por representarem as principais vias de acesso: Itaituba e Novo Progresso – a partir da BR-163, São Félix do Xingu via Marabá e Uruará, pelas vicinais da Transamazônica (Pezzutti, 2009). O mosaico é formado por dez áreas protegidas (APs): cinco Unidades de Conservação (UCs) federais – Reserva extrativista (RESEX) do Xingu, Resex do Iriri, Resex do Riozinho do Anfrísio, Parque Nacional (PARNA) da Serra do Pardo e Estação Ecológica (ESEC) da Terra do Meio; duas UCs estaduais – APA Triunfo do Xingu e FES do Iriri; e três Terras Indígenas (TIs) - TI Cachoeira Seca, TI Xipayá e TI Kuruaia.

Tabela 2 – Áreas Protegidas da Terra do Meio

CATEGORIA	ÁREAS	ANO DE	ÁREA	DECRETO/ LEI	ÓRGÃO
UC Federal de uso sustentável	RESEXdo Riozinho do Anfrísio	2004	737.088,28 ha	s/nº 08/11/2004	ICMBio
	RESEX do Rio Iriri	2006	398.938 ha	s/n – 05/06/2006	ICMBio
	RESEXdo Rio Xingu	2008	303.000,92 ha	s/nº de 05/06/2008	ICMBio
UC Federal de proteção integral	ESEC da Terra do Meio	2005	3.373.133,89	nº de 17/02/2005	ICMBio
	PARNA da Serra do Pardo	2005	445.413,45 ha	s/nº de 17/02/2005	ICMBio
Terra Indígena	TI Xipayá	2012	179.000 ha	s/nº de 06/06/2012	FUNAI
	TI Curuaia	2006	167.000 ha	s.n. - 19/04/2006	FUNAI
	TI Cachoeira Seca do Iriri	2016	734.000 ha	s.n. - 05/04/2016	FUNAI
UC Estadual de uso sustentável	APA Triunfo do Xingu	2006	1.679.280,52 ha	nº 2.612 de 04/12/2006	SEMA
	FES do Iriri	2006	440.493 ha	nº 2.606 de 04/12/2006	SEMA

Elaborado pela autora com dados do ICMBio, FUNAI e SEMA.

De acordo com o ISA, o mosaico sofre ameaças por grilagem de terras, atividades madeireiras ilegais, num contexto territorial de isolamento e baixa presença do Estado com populações historicamente negligenciadas. Os *stakeholders* externos – órgãos governamentais, universidades federais e ONGs ambientalistas - atuam na Terra do Meio junto aos índios, ribeirinhos, seringueiros e agricultores familiares (Velásquez et al, 2006). De acordo com o plano de manejo da Resex do Xingu (2012), as principais instituições que atuam nas UCs do mosaico e garantem acesso às políticas públicas são: IC- MBio, AMOMEX, FVPP, Pastoral Social, IBAMA, IPAM, LAET, ISA, SAGRI, IN-CRA, Prefeitura e Secretarias de Saúde, Educação, Meio Ambiente, SEPAQ, FUNAI, FUNASA, UFPA e EMATER.

As RESEXs são territórios habitados pelas populações ribeirinhas, descendentes de processos de miscigenação entre povos europeus, indígenas e africanos (Pace, 1997) e a história dos ribeirinhos da Terra do Meio se relaciona diretamente com os ciclos econômicos da borracha (Almeida, 1988) na região. Muito já foi debatido sobre a invisibilidade destas populações que ainda se encontram marginalizadas da sociedade (Adams et al. 2006). O histórico das populações nessa região foi marcado por conflitos de terra, invasões e grilagem que ainda hoje ameaçam a manutenção de seu modo de vida (Velasquez et al., 2006) seus direitos territoriais e a biodiversidade.

3.1. Caracterização geral da Terra do Meio

A Terra do Meio abriga dez APs e faz parte da bacia hidrográfica do rio Xingu que, segundo Goulding et.al (2003) é uma das maiores do Brasil (511.891 km²), caracterizada por grande diversidade cultural e biológica. Com diferentes populações tradicionais (PTs) em suas florestas de terra firme e aluviais⁵⁴ integra o corredor de biodiversidade do Xingu no estado do Pará - região norte do Brasil – estado que se destaca no cenário nacional por abrigar tanto uma das maiores riquezas minerais⁵⁵ como também pela sua disponibilidade de recursos hídricos⁵⁶ e pelas inúmeras APs e diferentes PTs.

The government's creation of the Terra do Meio Reserves Mosaic from 2004 to 2008 completed the 28 million-ha- Xingu-protected areas corridor, halted rampant illegal

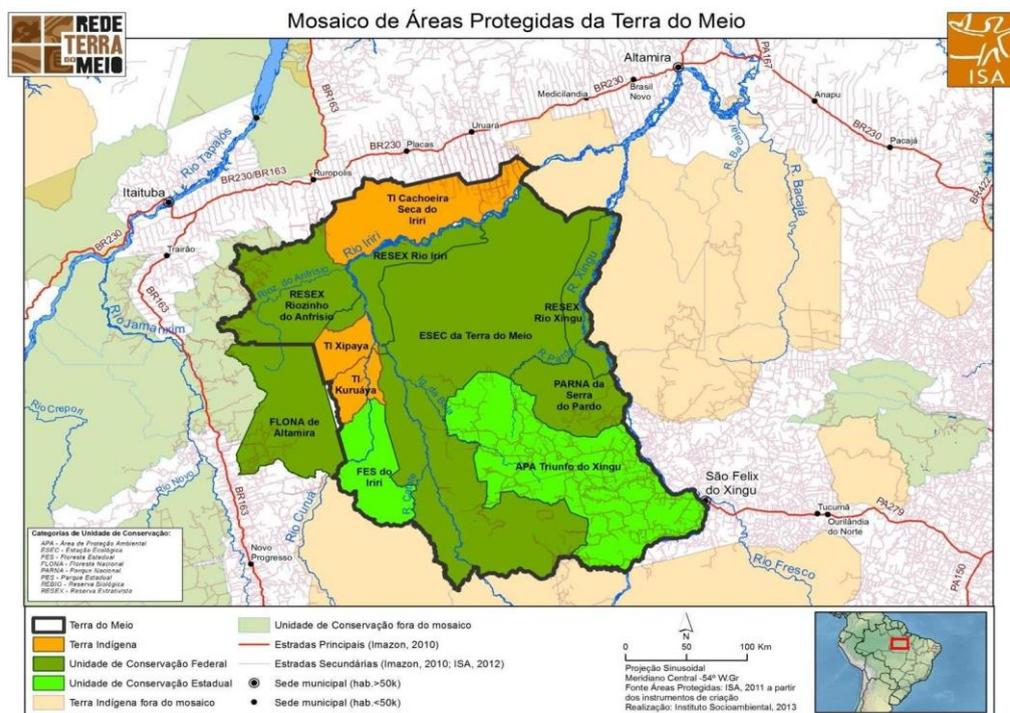
⁵⁴ Esta é mais conhecida como Mata de Várzea (Velasquez et al. 2006).

⁵⁵ O Domínio Iriri-Xingu integra a Província Amazônia Central junto com outros Domínios, Erepecuru- Trombetas (Leste) e Erepecuru-Trombetas (Oeste). Ver Mapas Geológicos Estaduais. CPRM-Serviço Geológico do Brasil, Superintendência Regional de Belém.

⁵⁶Três importantes subbacias do Amazonas: Xingu, Tocantins, Tapajós.

occupation of public lands and deforestation, and guaranteed the land rights of some 215 riverine families [67], many of whom were previously threatened with imminent expulsion by land-grabbers (Schwartzman S., et al. p.08, 2013).

No entanto, cabe destacar que, apesar de ser um conjunto de UCs e TIs que integra um importante eixo de desenvolvimento⁵⁷ da Amazônia, falta conhecimento científico e dados⁵⁸ a respeito da diversidade social e ecológica da Terra do Meio (Velasquez et al., 2006). Segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI)⁵⁹, estas APs são pressionadas por se localizarem no epicentro da zona de expansão do chamado “Arco do desmatamento”⁶⁰ e, somase a este fato, um histórico de invasões, grilagem, retirada de mogno (Velasquez et al. 2006) que ameaçaram a manutenção do modo de vida, dos direitos territoriais e da biodiversidade da Amazônia. Velasquez et al (2006) também aponta que as APs deveriam receber atenção especial das políticas ambientais por serem fundamentais na contenção do desmatamento e garantirem boa conservação dos recursos.



Fonte: ISA, 2013.

⁵⁷ Onde existe um dos principais corredores logísticos do país, como a BR-163 que escoia a soja produzida no Mato Grosso para o porto do Santarém.

⁵⁸ A maior parte dos livros e artigos publicados envolvem a ONG Instituto Socioambiental (ISA) e grande parte está disponível em: <https://acervo.socioambiental.org>

⁵⁹ A Funai foi criada durante a ditadura militar com a missão identificar, regular e proteger Terras Indígenas (Castro, F., 2012).

⁶⁰ Segundo ranking elaborado pela ong ISA, a TI da Cachoeira Seca foi considerada a TI mais desmatada em 2016 e 2017.

3.1.1. As reservas extrativistas da Terra do Meio

A partir de revisões da legislação ambiental que regula as APs, a categoria de reserva extrativista (RESEX) foi definida – em 1989 - como UC de uso sustentável, junto da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). A Resex do Riozinho do Anfrísio – a mais distante da cidade de Altamira e de Belo Monte - foi a primeira a ser criada no mosaico, em 2004. Depois foi a do Iriri - em 2006- e, por último, a Resex do Xingu - em 2008, sendo a última e a mais próxima de Altamira. De acordo com dados demográficos do ICMBio (2010), a população da RESEX do Riozinho do Anfrísio é composta de 57 famílias e, aproximadamente, 279 pessoas; a RESEX do Iriri se constitui de 63 famílias e 285 pessoas e a RESEX do Xingu, 96 famílias e 249 pessoas. Portanto, cerca de 800 pessoas.

Vários são os relatos sobre a necessidade de avanços na geração de energia, já que apenas alguns moradores possuem placas solares e os polos contam com geradores a diesel. A falta de saneamento básico, a falta de um freezer para armazenar alimentos (ainda são poucos os moradores que os têm) e o precário acesso à educação e à saúde são temas recorrentes nas discussões do conselho deliberativo das RESEXs e também recorrentes nas entrevistas.



Horta suspensa e banheiro na Resex do Riozinho do Anfrísio

Em 2002, segundo o Instituto Socioambiental (ISA), poucas famílias tinham documentos de identidade. O índice de analfabetismo era de quase 100% e o atendimento à saúde apenas viável nas TIs do entorno (ISA, 2002). Com o apoio da Secretaria Estadual de Educação e do ISA, já existem doze escolas distribuídas pelas três RESEXs.

A maior parte das famílias ribeirinhas complementou sua renda com o Programa

Bolsa Família⁶¹, o Seguro Defeso⁶² e a Bolsa Verde⁶³ – cadastro organizado pelo ICMBio). Os órgãos governamentais que estão concretamente presentes⁶⁴ nas RESEXs da Terra do Meio são: (i) órgão gestor - ICMBio; (ii) órgão fiscalizador - IBAMA; (iii) Secretaria Estadual de Educação; (iv) Universidade Federal do Pará (UFPA); (v) Prefeitura de Altamira com serviços de saúde. Apesar de todas as melhorias e projetos que acompanharam a criação das RESEXs na Terra do Meio, ainda existem muitas insatisfações das famílias ribeirinhas quanto à infraestrutura e demandas sobre a qualidade de vida ainda são voltadas à saúde e à educação:

Queria uma escola mais estruturada, professores de qualidade, antena de celular, placa solar em todas as casas e assistência de saúde nas comunidades. Tem cinco anos já que não vem médico e estamos com mais de um ano sem cloro (pra água) nas casas do Iriri.

Assim, apesar de todos os avanços desde a criação das RESEXs, assegurar à população da Terra do Meio o acesso a direitos básicos ainda é um grande desafio e, nesse sentido, pesquisas acadêmicas podem contribuir para o entendimento das reais necessidades destas populações e, portanto, também fornecer subsídios para elaboração de políticas públicas coerentes com a complexidade em questão.

3.2. As pesquisas de campo

O método qualitativo foi empregado nos três trabalhos de campo que contaram com observação participante em reuniões e eventos; levantamento e leitura de documentos oficiais; registros fotográficos, anotações e gravações de depoimentos, falas significativas; realização de entrevistas semiestruturadas e levantamento de pontos de GPS para posterior mapeamento.

O primeiro campo foi exploratório e após o desenvolvimento das articulações iniciais com importantes *stakeholders*, as três UCs foram visitadas e as primeiras entrevistas realizadas.

⁶¹ O Bolsa Família é “um programa de transferência de renda do Governo Federal para auxiliar as famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza” que atende a maioria dos entrevistados no mosaico. Ver mais detalhes sobre o programa em: <http://bolsa-familia.info/>.

⁶² De acordo com o portal da transparência do Governo Federal, o Seguro Defeso é destinado aos pescadores que exercem a “atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, no período de proibição da pesca para determinadas

⁶³ Segundo o site do ICMBio, o Bolsa Verde remunera famílias moradoras de áreas protegidas (como por exemplo UCs e PAFs) com 300 reais, a cada trimestre. Para receberem, as famílias devem estar cadastradas no CadÚnico e instruídas a respeito do objetivo geral do programa, que é melhorar a qualidade de vida e incentivar a preservação dos territórios. Mais informações em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/no-ticias/20-geral/4140-comeca-o-mutirao-bolsa-verde.html>

⁶⁴ Cabe salientar que “o reconhecimento de um mosaico se dá quando existir um conjunto de UC próximas, justapostas ou sobrepostas, pertencentes a diferentes esferas de governo ou não.” MMA.

O segundo trabalho de campo teve o objetivo de aprofundar o entendimento acerca da territorialidade e do modo de vida das populações ribeirinhas das RESEXs da Terra do Meio e para a realização de uma investigação mais profunda, o método etnográfico foi escolhido e a maior parte do tempo em campo ocorreu em uma única localidade dentro da RESEX do Iriri, chamada São Francisco.

O terceiro campo ocorreu em Brasília com objetivo de entrevistar representantes dos órgãos governamentais envolvidos na problemática, acompanhar evento promovido pela ONG ISA sobre o Xingu com a presença de lideranças locais e atores-chave, além de investigar o processo de redefinição do plano de Compensação Ambiental (CA) de Belo Monte na Terra do Meio que se encontrava em negociação.



Rede no polo na comunidade de São Francisco e refeição do dia a dia durante a pesquisa na RESEX do Iriri

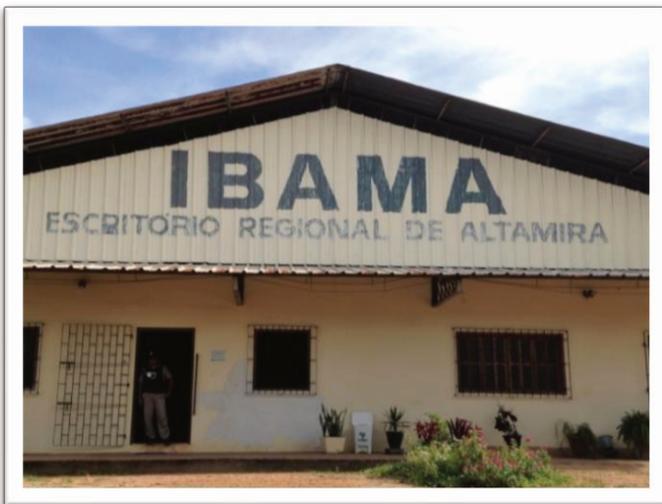
3.2.1. A Terra do Meio

O primeiro trabalho de campo teve início no dia 16 de fevereiro de 2016 com término no dia 31 de março. Foram quarenta e cinco dias em campo, sendo que doze dias na cidade de Altamira e os outros trinta e três dias nas RESEXs da Terra do Meio. O período de permanência na cidade aconteceu em dois momentos distintos, sendo o primeiro mais voltado tanto para a devida autorização de entrada nas UCs, como para organização logística e articulação com atores-chave.



Inventário com itens da Comunicação via rádio com os presidentes das associações das RESEX

Já num segundo momento, o objetivo foi acompanhar atividades locais que envolviam os ribeirinhos das RESEXs, além de participar de reuniões específicas e realizar entrevistas com atores-chave. Alguns encontros merecem destaque: (i) participação na plenária da Comissão de Pesca; (ii) realização de reuniões com ISA, ICMBio e FVPP; participação na palestra do Prof. Dr. Australiano Philip Hirsch sobre hidrelétricas no sudeste asiático, ministrada na Universidade Federal do Pará (UFPA); (iv) acompanhamento das discussões sobre os projetos nas RESEXs durante encontro mensal do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) Xingu; (v) visita à Casa de Apoio da RESEX do Riozinho do Anfrísio na cidade de Altamira.



A sede do ICMBio fica junto à do Ibama⁶⁵

Casa de apoio das RESEXs

⁶⁵ Fotos tiradas na cidade de Altamira no segundo campo de pesquisa realizado em 2017.

Os outros trinta e três (33) dias foram dentro do mosaico de APs da Terra do Meio e possibilitaram: (vi) melhor definição do recorte espacial da pesquisa; (vii) a aprovação da pesquisa e busca por confiança e colaboração junto aos moradores, presidentes das associações e articulação com atores locais; (viii) realização de noventa entrevistas semiestruturadas com ribeirinhos das RESEXs; (ix) a construção de um primeiro panorama geral acerca da perspectiva dessas populações a respeito dos impactos da UHE Belo Monte; (x) levantamento e resgate do processo de luta por reconhecimento das RESEXs como impactadas pela usina.



Entrevista e leitura do TCLE na Comunidade de São Francisco – RESEX do Iriri

A permanência nas RESEXs foi importante para vivenciar o modo de vida das famílias ribeirinhas. Conforme afirma Wagley (1953), com o olhar da antropologia social – ciência da pequena comunidade – e pelas “observações minuciosas da vida diária” é que o pesquisador-investigador consegue adquirir um “conhecimento profundo e detalhado (...) sobre o pequeno grupo demográfico que estuda.” A convivência foi também importante para que um diálogo e um vínculo mais profundo fosse estabelecido, o que permitiu a realização de conversas mais livres e espontâneas, mas não menos relevantes para o presente estudo.

A realização das entrevistas semiestruturadas não foi tarefa fácil, pois necessitou de prévia articulação e autorização dos moradores e do ICMBio a fim de propiciar tanto a aprovação e o desenvolvimento da pesquisa como situações de contato, confiança e abertura, tanto informais como formais.



Dia a dia na RESEX do Riozinho do Anfrísio

Cabe salientar que o primeiro campo da pesquisa permitiu um mergulho fundamental na realidade dos ribeirinhos o que possibilitou levantar informações mais consistentes sobre a perspectiva desses sujeitos acerca dos impactos de Belo Monte. Em alguns casos, a técnica de história oral foi uma ferramenta relevante, pois auxiliou na busca dos conhecimentos e singularidades dos entrevistados, especialmente quando eram mais idosos ou muito tímidos.

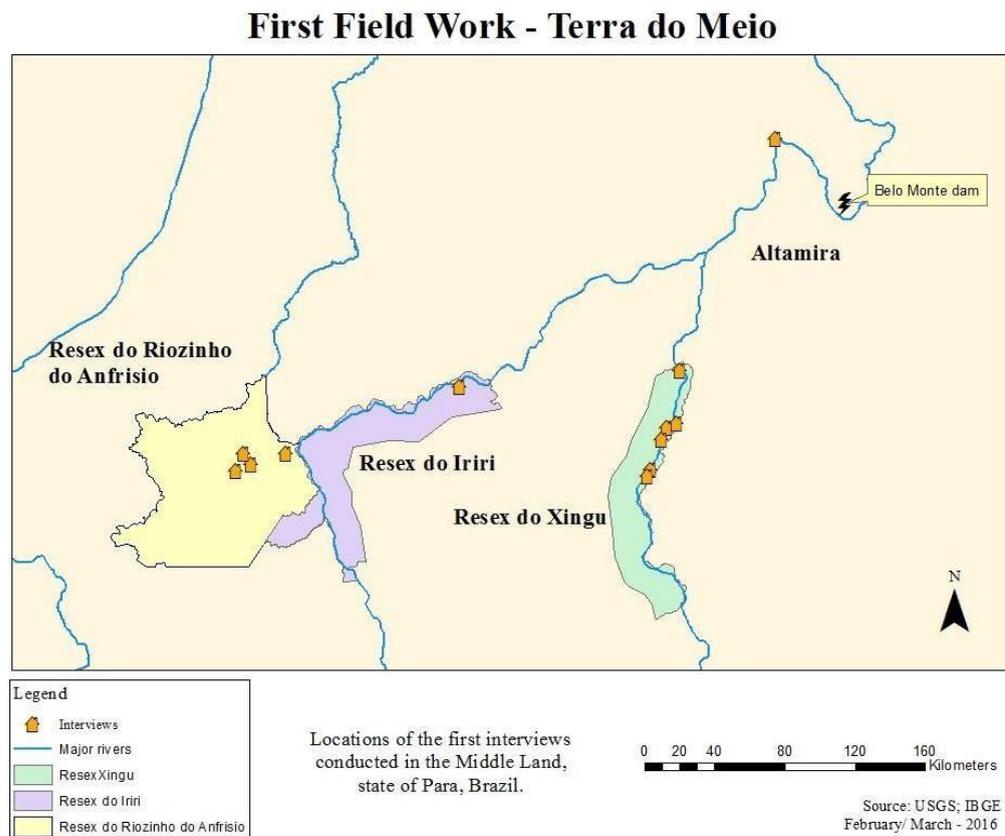
Para a compreensão do espaço, do tempo e das práticas cotidianas que organizam as configurações territoriais das famílias ribeirinhas em questão, outra técnica foi utilizada para chegar a atores centrais (ribeirinhos e não ribeirinhos). “Snowball” ou “Bola de Neve” é uma ferramenta metodológica para pesquisas qualitativas que exigem mais abertura, flexibilidade, capacidade de observação e interação com o grupo pesquisado (Minayo, 2000). Dessa forma, o contato de voluntários a serem entrevistados aconteceu por essa técnica de “cadeia de referências”, o que possibilitou as observações de campo e a realização de entrevistas semiestruturadas.

Foram 100 entrevistas realizadas, sendo noventa com ribeirinhos moradores das RESEXs e 10 com atores locais-chave. Assim que os entrevistados eram contatados, as orientações e esclarecimentos quanto à pesquisa era realizada com auxílio da entrega do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido⁶⁶ (TCLE). O TCLE foi elaborado com objetivo de estabelecer uma comum concordância entre o responsável pela pesquisa e os entrevistados e, apesar de ter sido um documento importante em campo oferecendo certa credibilidade à pesquisa num ambiente repleto de pessoas desconfiadas com a academia, por outro lado,

⁶⁶ Em respeito à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

também representou um desafio que deve ser mencionado.

Diante do alto índice de analfabetismo na Terra do Meio, o TCLE - gerou constrangimento, já que a maioria dos entrevistados não teria condições de ler o documento e muitas vezes nem de assinar. Dessa forma, como solução encontrada para a ausência de assinaturas nos TCLEs, foram incluídas as atas das assembleias gerais organizadas pela Associação de Moradores de cada RESEX – AMOMEX⁶⁷, AMORERI e AMORA⁶⁸ em que conste a devida aprovação. O pedido de inclusão da pesquisa como ponto de pauta da reunião foi realizado e os respectivos gestores, presidentes das associações, aprovaram a continuidade da pesquisa. No mapa abaixo, pode-se observar as localidades onde as primeiras entrevistas de campo foram realizadas.



Primeiro mapa elaborado pela autora durante seu intercâmbio em MSU, 2016.

⁶⁷ Criada em 2007, antes da criação da RESEX. Para detalhes, ver: <http://uc.socioambiental.org/uc/5803>

⁶⁸ Criada em 28 de março de 2003 (ICMBio, 2010).

Como se pode notar, a distância entre as UCs é considerável e as famílias encontram-se dispersas pelo território, o que influenciou a metodologia empregada no segundo trabalho de campo que será detalhada a seguir.

3.2.2 A reserva extrativista do Iriri

Uma nova autorização⁶⁹ para dar continuidade à pesquisa nas RESEXs da Terra do Meio foi submetida ao ICMBio no início de maio de 2017, logo após a entrega do relatório sobre o primeiro campo de pesquisa e elaborado no sistema eletrônico do governo - SISBIO, de acordo com as orientações fornecidas pelos gestores no escritório do ICMBio de Altamira. Nesta etapa, a ida às RESEXs contou com o apoio logístico do ICMBio, assim como de outros pesquisadores da UFPA Belém e Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) envolvidos com o projeto “Monitoramento Participativo da Caça e Pesca na Terra do Meio”. A troca de conhecimento com a equipe de pesquisadores envolvida nesta etapa foi muito construtiva e este apoio inicial foi fundamental para a mobilização de um número maior de moradores para as reuniões de devolutiva da pesquisa, já que as comunidades são pequenas e dispersas por um território bem amplo e com pouca infraestrutura.



Ida para a RESEX do Iriri com equipe da UFPA e do ICMBio

As primeiras atividades planejadas durante este segundo campo foram as reuniões de devolutivas sobre o primeiro campo de pesquisa. Conforme havia me comprometido com os moradores entrevistados anteriormente, o retorno sobre os resultados preliminares da pesquisa foi realizado, com a finalidade de explicar também quais seriam os próximos passos. De 27 de maio a 02 de junho de 2017, foram realizadas cinco reuniões em diferentes localidades: Rio Novo, Manelito e São Francisco na RESEX do Iriri; e Morro do Anfrísio e Boa Saúde na RESEX

⁶⁹ N° da autorização/licença: 52829.

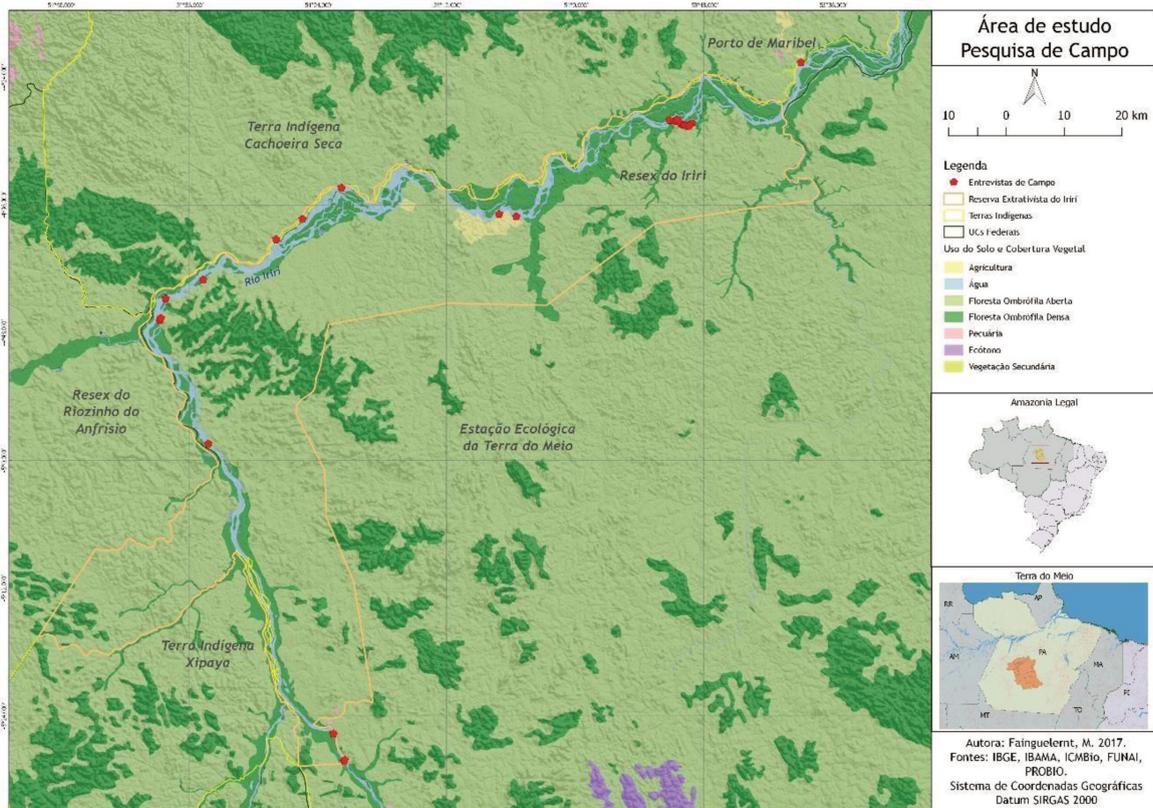
do Riozinho do Anfrísio.



Devolutiva da pesquisa no Morro do Anfrísio e atividade com as crianças na Boa Saúde RESEX do Riozinho do Anfrísio

Na segunda etapa, contando com apoio da AMORERI, fui até o Triunfo, localidade que faz divisa com a ESEC da Terra do Meio e a TI Xipaya. Ao longo deste percurso, foram visitadas inúmeras localidades e o levantamento de setores e pontos de pesca no Iriri foi realizado com apoio de moradores. Nesta etapa, a maior parte das entrevistas foi realizada durante a atividade diária dos ribeirinhos e, nesse sentido, destaca-se a ida aos pontos de pesca para conseguir conversar com os pescadores que, durante a época que os regatões deixam os isopores com gelo (antigamente se pescava no sal), eles não param de trabalhar.

Conforme se verifica no mapa abaixo, a localização geográfica e o formato da RESEX do Iriri implica quatro territórios vizinhos, a RESEX do Riozinho do Anfrísio que se inicia justamente onde o afluente Riozinho do Anfrísio encontra o rio Iriri, a oeste também está a TI Xipaya, a norte a TI Cachoeira Seca e a leste a sul a ESEC Terra do Meio.



Mapa da área de estudo elaborado pela autora em 2017 com software Q-GIS.



Entrevistas realizadas com pescadores no rio Iriri

A terceira etapa teve início com a quinta reunião de retorno sobre o primeiro campo da pesquisa e, em seguida, um grupo focal foi conduzido na comunidade de São Francisco na RESEX do Iriri. O ponto principal de debate nesta reunião foi o projeto de Assistência Técnica à Pesca nas RESEXs, incluído como uma condicionante 2.24 na LO de Belo Monte em 2015 e ainda se encontra em negociação (até hoje) em 2018.

Há uma carta assinada pelas três associações das RESEXs - AMORERI, AMORA e AMOMEX – escrita com suporte do ISA em 2016 - que ressalta como os ribeirinhos da Terra do Meio já percebem os impactos de Belo Monte, além de apontar propostas sobre o que consideram prioridade para a elaboração deste projeto. Em particular, dentre as três RESEXs, as populações do Iriri têm a pesca como principal atividade econômica e são os mais diretamente interessados no assunto, além de perceberem como uma oportunidade de melhorar suas condições de vida. Na carta entregue à NESÁ, os moradores afirmam que querem investir em outras cadeias produtivas para que a pressão sob o pescado possa diminuir. Esta preocupação ficou também evidenciada nas entrevistas realizadas com os pescadores na Terra do Meio.

Os participantes do grupo focal foram provocados a refletir a respeito desta condicionante e os argumentos sobre alterações na cadeia produtiva e, especificamente, na redução da comercialização do pescado das RESEXs foram destacados pelos ribeirinhos: (i) após a construção da barragem, o recurso pesqueiro foi acumulado na Volta Grande do Xingu como, por exemplo, o Tucunaré (um peixe considerado “de primeira”, o que significa ter bom valor comercial), o que fez com que muitos pescadores da região fossem “mariscar” (pescar) nessa área com mais facilidade e rapidez e vendessem o peixe em Altamira e cidades próximas por um preço mais barato⁷⁰ do que o que vem das RESEXs; (ii) o deslocamento compulsório relacionado à construção de Belo Monte que removeu ribeirinhos da “beirada” (várzea) do rio Xingu em Altamira acarretou a perda de consumidores do Pacu oriundo das RESEXs, já que, essa população depois que foi morar nos novos bairros construídos pela NESÁ - Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs)⁷¹ - não compra o peixe como faziam anteriormente e acabam preferindo os peixes de tanque mais baratos vendidos nos mercados próximos; (iii) a NESÁ beneficiou os indígenas vizinhos das Resex - TI Cachoeira Seca) que contam com suporte notável (gelo e caminhão, por exemplo) para a pesca e vendem por um preço

⁷⁰ Como, por exemplo, 5 a 7 reais o kg do Tucunaré, dependendo do tamanho.

⁷¹ São cinco RUCs em Altamira - Jatobá, Água Azul, Laranjeiras, São Joaquim e Casa Nova – que abrigam mais de quinze mil moradores (Souza et al 2016).

melhor para a empresa contratada pela NESA (DBCavalli).



Grupo focal realizado na comunidade de São Francisco – RESEX do Iriri

O objetivo após esta etapa, foi acompanhar os desembarques pesqueiros no porto de Maribel⁶⁶, localizado na Terra Indígena (TI) Cachoeira Seca. Cabe destacar que a proximidade espacial entre a Resex do Iriri e a TI Cachoeira Seca foi importante para a escolha desta UC como foco do segundo campo, já que esta TI, além de abrigar o porto de Maribel, representa – durante a seca - a única conexão terrestre das populações tradicionais do alto Iriri e do Riozinho do Anfrísio para as cidades médias da região.

Durante as duas visitas ao porto, foi possível realizar entrevistas semiestruturadas tanto com ribeirinhos como com indígenas e representantes de empresas contratadas pela NESA que atuam no mosaico. Esta etapa permitiu o acompanhamento do monitoramento do recurso pesqueiro da Terra do Meio realizado pela NESA, através da empresa contratada Tractbel Engie. A Quality Max, uma outra empresa contratada pela NESA, é a responsável por monitorar, registrar e informar à DB Cavalli, o desembarque pesqueiro realizado pelos indígenas e ribeirinhos aos atravessadores de Altamira e Santarém, para, posteriormente, transmitir as informações coletadas à Tractbel para então chegar à NESA. São estas as duas empresas que estão envolvidas na avaliação de impacto da barragem de Belo Monte, no que diz respeito ao pescado oriundo das APs da Terra do Meio.



Desembarque pesqueiro no porto de Maribel, TI Cachoeira Seca

Os últimos dias do campo foram na cidade de Altamira e quatro atividades merecem destaque por terem contribuído para a pesquisa: (i) observação participante do GT pesca organizado pela NESA; (ii) entrevista com o responsável pelo projeto de assistência à pesca da NESA; (iii) conversa informal com representantes da NESA e do Ministério da Pesca.



Atividades com *stakeholders* desenvolvidas na cidade de Altamira

3.3. Brasília

Durante o mês de outubro de 2017, foi realizado o terceiro trabalho de campo, porém, desta vez, na capital do Brasil. A ida à cidade de Brasília teve três objetivos: (i) acompanhar a negociação da condicionante 2.24 da LO de Belo Monte relacionada à assistência à pesca nas RESEXs da Terra do Meio; (ii) compreender o processo de redefinição do plano de compensação ambiental (CA) de Belo Monte, que até então tramitava entre dois órgãos governamentais, o Ibama e o ICMBio; (iii) participar do evento “Xingu +”, promovido pela

ONG ISA. Durante este período, seis entrevistas abertas foram realizadas com órgãos governamentais chave, sendo que três ocorreram no Ibama, duas no ICMBio e uma reunião com o procurador Felício Pontes do Ministério Público Federal (MPF).



Foto na sede do IBAMA com assessor das RESEXs - Brasília, 2017.

Durante o evento organizado pelo ISA, diversos stakeholders da bacia do Xingu estavam presentes e a observação participante foi fundamental.



Evento Xingu + realizado de 18 e 20 de outubro em Brasília, outubro de 2017

3.4. Desafios da pesquisa de campo na Terra do Meio

Por fim, alguns desafios enfrentados durante a pesquisa na Terra do Meio devem ser ressaltados. A resistência das populações ribeirinhas a pesquisadores foi notória desde o princípio. O processo de articulação com as lideranças das RESEXs - mesmo contando com apoio dos gestores do ICMBio e também do assessor das associações - não foi fácil, muito

menos simples ou rápido.

A comunicação com os presidentes das associações - AMOMEX, AMORERI e AMORA – ocorreu, principalmente, via rádio e todos expressaram um descontentamento com a falta de retorno de pesquisas que foram realizadas anteriormente em seus territórios. Por um lado, compreendiam que o isolamento das RESEXs e a dispersão geográfica das comunidades dificultavam o retorno, por outro, continuavam insatisfeitos com a falta de informação e o silêncio após a coleta de dados. Uma pesquisa nessa região exige tanto tempo, como recursos financeiros, longas distâncias são percorridas e o preço do combustível é a parte mais pesada neste orçamento. Outra questão é que a infraestrutura é concentrada nos chamados polos, onde normalmente também se localizam as escolas. Assim, quando é necessário pernoitar fora desses locais, não é certo que o(a) pesquisador(a) contará com qualquer infraestrutura, sendo necessário estar preparado para lidar, por exemplo, com equipamentos que não necessitem de energia elétrica. Outra questão é que, o fato de o reconhecimento dos impactos das RESEXs ainda estar em curso impõe outros desafios: um relativo à dinâmica dos processos ligados à problemática e muita dificuldade para acompanhar eventuais mudanças no curso dos fatos. Um outro desafio relevante é relacionado ao tempo político das ações, já que pesquisas acadêmicas podem contribuir diretamente com conteúdo técnico e análise que subsidiem ações no território.

Cabe aqui, também, destacar as ações do ISA, já que sua narrativa é encontrada em diversos documentos assinados pelas associações das RESEXs, sendo seu suporte técnico às RESEXs evidente ao longo dos três campos de pesquisa. A atuação da ONG em diferentes dimensões do modo de vida dos ribeirinhos faz com que ocupem o papel de principal *stakeholder* (externo e não governamental) que atua nessas APs.

CAPÍTULO 4 - TERRITORIALIDADE EM FOCO

Resumo

Este trabalho envolve um debate teórico sobre a noção de territorialidade em geografia e antropologia e, através de uma revisão da literatura, contribui para uma discussão acerca das lacunas, semelhanças e consequências do uso desta noção, associada ao conceito de território, para entender as interações homem-ambiente. Essa discussão ocorre dentro do contexto de debate das subáreas ecologia humana, ecologia cultural e ecologia política. Tais usos servem para destacar os limites e as oportunidades oferecidas pela noção de territorialidade para contribuir com o entendimento de questões complexas sobre a distribuição espacial da população em um contexto socioambiental.

Introdução

O objetivo deste capítulo é, a partir de um diálogo entre a antropologia e a geografia, analisar as implicações, possibilidades e limitações das abordagens da noção de territorialidade que - apesar de ser assunto controverso - pode contribuir com o debate sobre interações homem-ambiente. Nesse sentido, pretende-se discutir as consequências analíticas da utilização (ou não) da territorialidade, como também destacar de que maneira uma perspectiva interdisciplinar - coligando o que cada literatura contribui para esta noção - poderia enriquecer discussões socioambientais, tendo como contexto principal de inspiração as pesquisas sobre interações homem-ambiente (HEI) na Amazônia brasileira.

Apesar dos estudos sobre HEI terem se expandido em meados do século XX e, particularmente, terem surgido no escopo da geografia e da antropologia (B.L. Turner II & Robbins, 2008 sintetizam a literatura HEI vindo das duas disciplinas), não há ampla literatura a respeito da aplicação da noção de territorialidade em estudos sobre relação entre sociedade e natureza, o que parece ser um descuido de ambas as disciplinas.

A aproximação - particularmente - entre antropólogos e geógrafos começou nos anos 40 e 50, e tornou-se mais frequente a partir dos anos 60, quando etnógrafos começaram a ter que cooperar com especialistas de outras áreas do conhecimento, a fim de compartilhar conceitos, técnicas e investigações empíricas:

Both disciplines were focusing on resource description, techniques for appropriating those resources, the social organization of food production, distribution and consumption, the extent to which groups achieve complete utilization of resources, what the selective factors which intervene to limit complete utilization re, and why some crops are grown and not others (ELLEN, p.70, 1982).

A noção de territorialidade ocupa papel fundamental para a geografia, no entanto não é exclusivo desta disciplina, sendo também discutido em outras áreas do conhecimento como sociologia, economia, ciência política e antropologia. No presente estudo, o diálogo entre

a antropologia e a geografia foi amplamente analisado, especialmente aquele que se desenvolveu a partir das subáreas mais conhecidas como ecologias - humana, cultural e política, já que foi justamente onde a noção de territorialidade, apesar de controversa, esteve mais presente.

Similares interesses de pesquisa e objetivos de investigação sobre a distribuição espacial de recursos e a organização espacial de indivíduos, grupos, comunidades ou populações (Dyson-Hudson and Smith, 2013) contribuíram para aproximar a geografia e a antropologia. Por esse ângulo, a ecologia humana foi uma subárea que surgiu dentro do escopo da geografia com a proposta de examinar adaptações da sociedade ao ambiente. Foi amplamente utilizada com foco em riscos naturais (White, 1974) ou na interação entre cultura humana e ambiente. Inicialmente, teve objetivo relacionado a análises de sistemas, mas logo em seguida se expandiu para uma variedade de análises holísticas sobre questões entre homem-ambiente (Turner, B. L. II and Robbins, 2008).

Uma interpretação mais ampla da ecologia humana⁷² também surgiu dentro da antropologia, em parte como resposta contra a abordagem da ecologia cultural. Esta foi simultaneamente definida e utilizada por Julian Steward (na antropologia) e por Carl Sauer (na geografia) - e mais tarde, também, por Karl Butzer and David Stoddart- porém Steward que criou o termo em 1938.

Cabe aqui ressaltar o livro *Human Adaptability* que, em 1978, apresentou uma discussão mais profunda acerca da ecologia humana em geral, resumida alguns anos depois no livro *A Ecologia Humana das Populações da Amazônia*, em que Emilio Moran (1990, English edition 1993) discute a integração do conhecimento sobre a diversidade de comportamentos das populações humanas com os ecossistemas dentro do qual tais populações estão inseridas. Tal abordagem ecológica surgiu na década de 1960 após a contribuição da obra *Fundamentos da Ecologia* (1953) de Odum que propôs o ecossistema como unidade básica da ecologia – influenciando diretamente a ecologia humana (Moran, 1984).

Já a ecologia cultural aborda tanto a relação funcional entre cultura e ambiente quanto uma perspectiva sistemática do comportamento ambiental e tomada de decisão (Turner, B.L. II & Robbins, 2008). Com uma abordagem um pouco diferente da antropologia, esta também foi

⁷² Harold Brookfield and Billie Lee Turner II were cultural ecologists later on in the late 70's and early 80's. Few geographers or anthropologists today self-identify as cultural ecologists but more as political ecologists, and sustainability science specialists. Archeologists, however, continue to find cultural ecology useful.

uma das subáreas abordadas pelos geógrafos – principalmente a partir de 1970 – e inicialmente com ênfase em se distinguir de uma perspectiva relacionada à tradição da paisagem cultural e sinalizar sua afinidade com uma análise sistêmica e análises empíricas que relacionavam ambiente físico e atividades humanas (Turner, B. L. II, 1989).

Diversos aspectos foram levantados a partir de reflexões acerca da tomada de decisão e ciência comportamental. Interesses similares surgiram na antropologia, levando à integração de abordagens, o que constituiu na ecologia cultural não (ou menos) funcionalista (Turner, B. L. II & Robbins, 2008). Conforme aponta Little (1996), a ecologia cultural produziu diferentes subdivisões dentro da antropologia como: (i) etnoecologia (Conklin, 1954); (ii) ecologia neofuncionalista (Rappaport, 1968, Vayda), (iii) ecologia humana (Moran, 1990, 1978), (iv) ecologia processual (Bennett, 1993), (v) ecologia espiritual (Kinsley, 1995; Sponsel, 2012) e (vi) ecologia política (Schmink; Wood, 1987⁷³; Sheridan, 1996).

Sobre origens dos métodos e conceitos especificamente da ecologia cultural destaca-se Steward (1938, 1955), que foi quem mais delimitou o campo de interações homem-ambiente dentro da antropologia.

Steward steered “cultural ecology” towards a concern with how single systems change through time and how the causal relationships within that system can actually lead to change (MORAN, p.09, 1984).

Netting (1977) fez contribuições relevantes nessa área da ecologia cultural com foco em populações de caçadores-coletores, pescadores, pastores e horticultores (Begossi, 1993). No entanto, diversas críticas sobre esse paradigma fizeram com que diversos antropólogos se aproximassem de um “*more explicit biological paradigm*” que, a partir de Geertz (1963), passou a considerar o ecossistema como unidade de análise (Moran, 1984). Essa abordagem foi considerada falha por, entre outros autores, Geertz⁷⁴ (1963 apud Moran 1984) que aponta a organização para subsistência como mais importante do que outras variáveis ou aspectos da relação entre sociedade e natureza.

Vayda and Rappaport (1968 apud Moran 1984) também criticaram o conceito de Steward de “*culture core*”, pois consideraram que foi dado um peso indevido ou excessivo à cultura como unidade de análise primordial na análise, em vez de priorizar o ecossistema que

⁷³ Consultar Blaikie and Brookfield (1987) para mais informações sobre political ecology.

⁷⁴ Geertz no seu livro “Agricultural Involution: The Process of Agricultural Change in Indonésia” (1963) introduz o conceito de ecossistema, mas depois rejeita-o quando se torna mais pós-moderno e anti-empírico. Em ‘The Balinese Cockfight’ (1972), Geertz analisa a briga de galos em Bali na tentativa de compreender a cultura e a sociedade balinesa e, pela primeira vez, elabora a *primacy of symbolic culture over material dimensions*.

seria a unidade mais inclusiva e predeterminante. A chamada “ecologia sem política” apontada como presente na ecologia humana durante os anos 1960 foi criticada (Walker, 2011) por colocar um peso demasiado em processos adaptativos (Vayda e Walters, 1999) em detrimento de aspectos políticos e sociais das interações entre humanos e ambiente.

A ecologia política surgiu no escopo da geografia como um campo dominante de pesquisa sobre a relação homem-ambiente, segundo Walker (2011):

emergiu pela primeira vez nos anos 1970 (a primeira utilização do termo remonta a Wolf, 1972) foi definido como a confluência da ecologia cultural (Steward, 1955) – que ligou as estratégias humanas de sucesso ecológico à adaptação cultural – com a ecologia comunitária, a cibernética e a teoria dos sistemas (ODUM, 1970; BATESON, 1972) (WALKER, p. 02, 2011).

Cabe aqui destacar que Black (1989) analisa a contribuição de Blaikie and Brookfield (1987) a partir do livro ‘*Land degradation and society*’, já que os autores ‘*aim to shift attention away from inherent natural conditions and social characteristics, arguing instead that a 'chain of explanation' should be constructed, in which relationships between farmers and the physical environment are considered in their 'historical, political and economic context'* (Blaikie and Brookfield, apud Black, 1989).

No contexto da American Association of Geographers (AAG), Robbins and Turner foram responsáveis pela mudança no nome da *section of cultural ecology* para *cultural and political ecology*. Para Zimmerer (2000), a ecologia política é uma subárea que se baseia na “fusão dos processos biogeofísicos com processos geralmente denominados como sociais” (Zimmerer, p. 153, 2000). Apesar de atualmente se dividir entre ecologia analítica e normativa, surgiu com objetivo comum de investigar principalmente:

access to and control over resources; marginality; integration of scales of analysis; the effects of integration into international markets; the centrality of livelihood issues; ambiguities in property rights and the importance of informal claims to resource use and access; the importance of local histories, meanings, culture, and ‘micropolitics’ in resource use; the disenfranchisement of legitimate local users and uses; the effects of limited state capacity; and the imbrications of all these with colonial and postcolonial legacies and dynamics (MCCARTHY, p. 1283, 2002).

Analisaremos a seguir com mais detalhes dentro de cada área do conhecimento como a noção de territorialidade vem sendo debatida, partindo da noção explicitada acima de que a ecologia, como subárea, contribuiu e ainda colabora para um debate interdisciplinar entre a geografia e a antropologia.

4.1 Sob a luz espacial da geografia

Numa linguagem oriunda da geografia humana, a territorialidade⁷⁵ pode ser melhor entendida como uma estratégia e um comportamento espacial para controlar, usar e influenciar pessoas, coisas e recursos (Sack,1980). Portanto, sob esta perspectiva esta noção encontra-se intimamente relacionada à forma como as pessoas usam a terra e como organizam sua vida espacialmente. Territorialidade, assim, é uma componente chave para o enfoque geográfico, derivado do conceito de território (Haesbaert, 2009), expressa a lógica complexa de como a sociedade e o espaço estão interconectados por meio de usos territoriais (Sack, 1986). Neste sentido, Raffestin (1993) destaca a importante e complexa noção de tempo articulada nesta interação entre sociedade e espaço e criada por práticas da vida cotidiana e relações simétricas e dissimétricas (Raffestin, 1977) e transmultiescalares (Saquet, 2015). O que também permite olhar para o território como um espaço construído por e a partir das relações de poder espacialmente delimitadas (Souza, 1995).

A partir do arcabouço teórico que compreende território como um conceito híbrido, fruto da dinâmica socioespacial (Saquet, 2015) dialética, territorialidade apresenta dimensões tanto materiais como simbólicas da identidade e da diferenciação espacial (Raffestin, 1984). Cabe destacar que a dimensão mais abstrata se relaciona à identidade cultural, uma forma específica de se apropriar do espaço (Haesbaert, 1997), assim como também de expressar sua forma de exercer poder (Arendt, 1994).

⁷⁵ Sack (1986) aponta que muitos estudos sobre territorialidade foram realizados com foco no comportamento animal e não humano.



Diagrama elaborado pela autora com referência em Raffestin, 1993.

Nesse sentido, o caráter multidimensional da territorialidade é notado a partir dessas noções de subjetividade, singularidade e identidade que são associadas à materialidade da construção e do domínio sob um determinado território. Cabe destacar Lefebvre (1991) que apresenta uma análise que enfatiza a noção sobre o espaço vivido, percebido e criado, dialogando com o espaço socialmente construído (Adebanwi, 2007 apud Yembilah et al 2013), onde o sentimento de pertencimento toma forma e se expressa através do modo de vida e da territorialidade.

Saquet (2015) destaca dimensões simbólicas e concretas da noção de territorialidade que envolvem tanto aspectos sociais e identitários, como formas de apropriação do espaço geográfico, comportamentos, desejos, demandas e relações de poder (o que inclui acesso a mediadores materiais como técnicas, tecnologias, instrumentos e máquinas). Caberia ressaltar que mesmo abordando a questão do sentimento de pertencimento, a geografia o faz predominantemente na perspectiva de um grupo ou coletivo social, sendo a noção de indivíduo, um enfoque mais presente nos debates da etnografia e, portanto, no escopo da antropologia.

A geógrafa Bertha Becker (2010) ressalta algumas dimensões fundamentais acerca da territorialidade: (i) abrange a noção de controle (Sack, 1986), limite e apropriação na medida em que relaciona a forma de apropriação do espaço e suas diferentes práticas (Raffestin, 1980); (ii) atua e articula diferentes escalas, desde a local, pessoal e mais cotidiana até a mais complexa e ampla, que destaca a relação de desencaixe⁷⁶ entre o local e o global (Giddens, 1991); (iii)

⁷⁶Pode-se dizer que a questão ambiental na Amazônia está imersa nos mecanismos de desencaixe descritos por Giddens (1991), já que não está mais presa às atividades sociais dos contextos

dialoga com identidade e cultura à medida que trata da noção de direitos territoriais para o debate; (iv) por fim, nos remete à noção de poder e, portanto, disputas e conflitos entre lógicas e formas distintas de conceber o espaço e seus recursos. De acordo com o geógrafo Milton Santos (1994):

O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para os quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais (SANTOS, 1994, p.71).

Portanto, a interação entre o homem e o espaço que está em jogo, assim como quem controla quem ou o quê, como e por que controla em determinado espaço, e como essa relação se modifica ao longo do tempo seriam as principais preocupações de um geógrafo que trabalha com o conceito de território.

O território nasce de pontos e marcas sobre o solo: ao seu redor se ordena o meio de vida e se enraíza o grupo social, enquanto que em sua periferia, e de maneira viável, o território se atenua progressivamente em espaço secundário, de contornos mais ou menos nítidos. (Bonnemaison 2000, p.128)

Há um esforço empenhado para manutenção e estabelecimento em um determinado espaço, o que resulta em estratégias de acesso a recursos, coisas e pessoas (Sack, 1986). Milton Santos (2000) afirma que o território passa a ser o palco principal de um processo de conflito e prevalência da lógica hegemônica – hegemonzadores e hegemonzados: “O território é a base e a condição para simbiose, produto de uma luta criadora de uma desordem, momentânea ou duradoura, da qual se beneficiam, apenas, os portadores das técnicas hegemônicas (SANTOS, 2000, p. 38)”.

Contudo, Raffestin (1980) sinaliza que, apesar de espaço e território serem indissociáveis, não são sinônimos e o espaço seria anterior ao território, que surge a partir da ação e do “espaço vivido” e relacional. Para Souza (2013), existem diferentes tipos de territórios, como por exemplo, os dissidentes (espaços submetidos a uma lógica separatista ou subversiva), móveis (navios de guerra que ocupam áreas no mar) e cíclicos (usados por mais de um grupo em diferentes períodos). Ainda a partir da contribuição de localizados. Tal “desencaixe” é responsável, devido ao seu caráter integrador de situações e discursos, por “descolar” as relações sociais dos contextos locais e presenciais, o que emprestaria à modernidade um caráter pós-tradicional, onde a reflexividade social atua diretamente sobre as solidariedades sociais, revendo-as sem oferecer, contudo, garantias de restaurá-las.

Souza (2013), torna-se evidente que o conceito de território ainda carece de

qualificação e refinamento, igualmente ocorre com o conceito de “região”. Grande, pequeno, contíguo, descontínuo, de curta ou longa duração, o território é permeado por “campos de forças” e disputas de poder, e ressalta a dimensão político-social para o primeiro plano de análise, sem negligenciar o substrato material e tangível do espaço (Souza, 2013).

ENFOQUE GEOGRÁFICO SOBRE A TERRITORIALIDADE

- "A territorialidade é processual e relacional ao mesmo tempo" (SAQUET, p. 107-108, 2015).
- "Toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território" (HAESBAERT, 1999).
- "Quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço?" (SOUZA, p.78, 1995).
- "Um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço- tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema". Considerando-se a dinâmica dos fatores envolvidos na relação, seria possível a classificação de vários tipos de territorialidade, desde as mais estáveis às mais instáveis" (RAFFESTIN, p.160, 1993).
- "Como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado" (SACK, p.219, 1986).
- "É um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em territórios nitidamente delimitados, que assumem características distintas e podem ser considerados como exclusivo de quem os ocupa e os define" (SOJA, 1971, p.19).

4.2. Sob o enfoque cultural da antropologia

No escopo da antropologia, a territorialidade é uma noção controversa que se desenvolveu principalmente a partir da antropologia ecológica. Território cultural foi definido por onde mora um grupo étnico com uma cultura própria dentro da qual a mitologia e a cosmologia, constroem uma história acerca dos direitos que eles possuem sobre o ambiente físico.

Território foi abordado inicialmente com foco em caçadores-coletores (King, 1975, 1976 and Peterson, 1975) que, segundo Dyson-Hudson and Smith (1978), não consideraram adequadamente a variedade de padrões de distribuição de recursos nas diferentes formas de organização espacial humana. Dyson-Hudson and Smith (1978) também destacam as variáveis ecológicas que determinam a territorialidade a partir da reflexão sobre comportamento ecológico de espécies humanas e demonstram a relação que esta noção tem na antropologia⁷⁷ com estudos anteriores sobre territorialidades animais. Para Acheson-Gardner (2003), territorialidade é decorrente do equilíbrio entre diferentes tipos de forças competitivas e mereceria mais atenção dos antropólogos, já que não vem sendo suficientemente debatida.

Outra linha de pesquisa na antropologia busca explicar a territorialidade humana em termos de densidade populacional e limitações de recursos naturais (Dyson-Hudson and Smith, 1978), claramente influenciada pelos conceitos da biologia e da antropologia física.

Begossi⁷⁸ (1993) destaca que Netting (1977) sistematizou conceitos e debates na área de ecologia cultural, destacando-se as populações de caçadores-coletores, pescadores, pastores e horticultores. Porém, antes disso, e ainda inserida numa abordagem da antropologia ecológica e sistêmica deve-se ressaltar a contribuição de Rappaport (1968) sobre o ritual e território do povo Maring (Tsembaga, Papua, Nova Guiné) (Begossi (1993), já que o autor define em seu detalhado estudo, as fronteiras do ecossistema utilizando a noção de territorialidade (Moran, 1984 e 1990):

The criterion for establishing the boundaries of local ecosystems in what was a continuous biotic association, it is important to note, was human territoriality. (RAPPAPORT, p.373, 1984).

Nesse sentido, o domínio de operações regulatórias é que definiriam o ecossistema, entendido nesse caso como sinônimo de território. No entanto, dois problemas sobre a definição de fronteiras do ecossistema se apresentam:

How do ecosystem boundaries change through time and how do shifts in boundary definition relate to internal and external structural or functional relations? (MORAN, p.19, 1984).

De acordo com Moran (1983), ecossistema é conceitualmente importante mesmo

⁷⁷ Existe uma importante subárea na antropologia chamada antropologia física (antropologia biológica, ou bio antropológica), que tem como objetivo estudar a evolução do homem. Muitos pesquisadores realizando seus estudos sobre macacos e outros pré-humanos, examinaram detalhadamente o território sob uma perspectiva física, biológica e natural. Tal contribuição acabou influenciando outros antropólogos com enfoque ecológico. Dyson-hudson e Smith, por exemplo, são physical antropólogos, assim como a origem do conceito de adaptação.

⁷⁸ Begossi e bióloga e tem enfoque em ecologia humana que - desde Odum - formou uma importante subárea, mesmo sendo uma minoria na biologia com este enfoque, foi a partir daí que a ecologia passou a ser uma ciência não só biológica, mas também humana.

apresentando dificuldades como unidade de análise, como problemas relacionados às fronteiras, à complexidade e contextualização das interações entre humanos – como indivíduos ou grupos. Além disso, um ecossistema pode ser analisado em diferentes escalas e níveis, desde pequenos sistemas que ocupam apenas uma parcela de territórios de grupos locais até a biosfera (Rappaport, 1984):⁷⁹

A demarcated portion of the biosphere that includes living organisms and non-living substances interacting to produce a systemic exchange of materials among the living components and between the living components and the nonliving substances (RAPPAPORT, p. 225, 1984).

Entretanto, existem vulnerabilidades da abordagem em ecossistemas, quando, por exemplo, se pretende analisar uma grande região, pois a limitação imposta pelo nível da pequena escala se torna mais visível, já que não se pode generalizar informações de poucos casos de pequenos ecossistemas para um grande ecossistema ou região. Conforme destaca Moran (1984):

The articulation between micro-and-macro levels of analysis is still undergoing conceptual and methodological development. The disciplinary confines of most investigators (see Bennett, this volume) are responsible for this current state and for a tendency to work within a given level, to the exclusion of others (MORAN, p. 266, 1984).

A partir da revisão de literatura, pode-se afirmar que a noção de territorialidade teria potencial de contribuir no enfrentamento deste desafio exposto acima. No entanto, até hoje ainda não foi amplamente discutido pela ciência antropológica, além de aparecer em alguns poucos estudos de ecologia cultural e política. De acordo com Little (2002), sob o olhar da ecologia política, existe um processo de renovação do uso da noção de territorialidade e na sua análise o antropólogo dialoga com o geógrafo Sack (1986) quando afirma que a territorialidade humana:

4.3. Sob o enfoque cultural da antropologia

No escopo da antropologia, a territorialidade é uma noção controversa que se desenvolveu principalmente a partir da antropologia ecológica. Território cultural foi definido por onde mora um grupo étnico com uma cultura própria dentro da qual a mitologia e a cosmologia, constroem uma história acerca dos direitos que eles possuem sobre o ambiente físico.

⁷⁹ Este trabalho de Rappaport foi publicado originalmente em 1968 e revisado em 1984, principalmente, a partir de sua reflexão final para responder aos críticos do ecossistema como usado por ele.

Território foi abordado inicialmente com foco em caçadores-coletores (King, 1975, 1976 and Peterson, 1975) que, segundo Dyson-Hudson and Smith (1978), não consideraram adequadamente a variedade de padrões de distribuição de recursos nas diferentes formas de organização espacial humana. Dyson-Hudson and Smith (1978) também destacam as variáveis ecológicas que determinam a territorialidade a partir da reflexão sobre comportamento ecológico de espécies humanas e demonstram a relação que esta noção tem na antropologia⁸⁰ com estudos anteriores sobre territorialidades animais. Para Acheson-Gardner (2003), territorialidade é decorrente do equilíbrio entre diferentes tipos de forças competitivas e mereceria mais atenção dos antropólogos, já que não vem sendo suficientemente debatida. Outra linha de pesquisa na antropologia busca explicar a territorialidade humana em termos de densidade populacional e limitações de recursos naturais (Dyson-Hudson and Smith, 1978), claramente influenciada pelos conceitos da biologia e da antropologia física.

Begossi⁸¹ (1993) destaca que Netting (1977) sistematizou conceitos e debates na área de ecologia cultural, destacando-se as populações de caçadores-coletores, pescadores, pastores e horticultores. Porém, antes disso, e ainda inserida numa abordagem da antropologia ecológica e sistêmica deve-se ressaltar a contribuição de Rappaport (1968) sobre o ritual e território do povo Maring (Tsembaga, Papua, Nova Guiné) (Begossi (1993), já que o autor define em seu detalhado estudo, as fronteiras do ecossistema utilizando a noção de territorialidade (Moran, 1984 e 1990):

The criterion for establishing the boundaries of local ecosystems in what was a continuous biotic association, it is important to note, was human territoriality. (RAPPAPORT, p.373, 1984).

Nesse sentido, o domínio de operações regulatórias é que definiriam o ecossistema, entendido nesse caso como sinônimo de território. No entanto, dois problemas sobre a definição de fronteiras do ecossistema se apresentam:

How do ecosystem boundaries change through time and how do shifts in boundary definition relate to internal and external structural or functional relations? (MORAN, p.19, 1984).

De acordo com Moran (1983), ecossistema é conceitualmente importante mesmo

⁸⁰ Existe uma importante subárea na antropologia chamada antropologia física (antropologia biológica, ou bio antropológica), que tem como objetivo estudar a evolução do homem. Muitos pesquisadores realizando seus estudos sobre macacos e outros pré-humanos, examinaram detalhadamente o território sob uma perspectiva física, biológica e natural. Tal contribuição acabou influenciando outros antropólogos com enfoque ecológico. Dyson-hudson e Smith, por exemplo, são physical antropólogos, assim como a origem do conceito de adaptação.

⁸¹ Begossi e bióloga e tem enfoque em ecologia humana que - desde Odum - formou uma importante subárea, mesmo sendo uma minoria na biologia com este enfoque, foi a partir daí que a ecologia passou a ser uma ciência não só biológica, mas também humana.

apresentando dificuldades como unidade de análise, como problemas relacionados às fronteiras, à complexidade e contextualização das interações entre humanos – como indivíduos ou grupos. Além disso, um ecossistema pode ser analisado em diferentes escalas e níveis, desde pequenos sistemas que ocupam apenas uma parcela de territórios de grupos locais até a biosfera (Rappaport, 1984).⁸²

A demarcated portion of the biosphere that includes living organisms and non-living substances interacting to produce a systemic exchange of materials among the living components and between the living components and the nonliving substances (RAPPAPORT, p. 225, 1984).

Entretanto, existem vulnerabilidades da abordagem em ecossistemas, quando, por exemplo, se pretende analisar uma grande região, pois a limitação imposta pelo nível da pequena escala se torna mais visível, já que não se pode generalizar informações de poucos casos de pequenos ecossistemas para um grande ecossistema ou região. Conforme destaca Moran (1984):

The articulation between micro-and-macro levels of analysis is still undergoing conceptual and methodological development. The disciplinary confines of most investigators (see Bennett, this volume) are responsible for this current state and for a tendency to work within a given level, to the exclusion of others (MORAN, p. 266, 1984).

A partir da revisão de literatura, pode-se afirmar que a noção de territorialidade teria potencial de contribuir no enfrentamento deste desafio exposto acima. No entanto, até hoje ainda não foi amplamente discutido pela ciência antropológica, além de aparecer em alguns poucos estudos de ecologia cultural e política. De acordo com Little (2002), sob o olhar da ecologia política, existe um processo de renovação do uso da noção de territorialidade e na sua análise o antropólogo dialoga com o geógrafo Sack (1986) quando afirma que a territorialidade humana:

is defined as the collective effort of a social group to identify with, occupy, use, and establish control over the specific parcel of their biophysical environment that serves as their homeland or territory (LITTLE, p.04, 1953).

Para Little (2002), a multiplicidade de expressões da territorialidade faz com que a análise antropológica da territorialidade necessite de abordagens etnográficas para entender as formas específicas dessa diversidade de territórios e o autor também chama a atenção para o conceito de cosmografia (Little, 2001) utilizada por um “grupo social para estabelecer e manter seu território”.

A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos

⁸² Este trabalho de Rappaport foi publicado originalmente em 1968 e revisado em 1984, principalmente, a partir de sua reflexão final para responder aos críticos do ecossistema como usado por ele.

que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (LITTLE, p. 04, 2002).

Moran (1990) aponta que os grupos utilizam o poder do mito e a cosmologia para garantir seu território. No Rio Negro, por exemplo, o mito da cobra grande explica a ordem, a organização, o direito à localização física e o uso de recursos naturais num determinado território de um grupo social (Moran, 1991). No quadro abaixo ressaltam-se algumas definições sobre territorialidade encontradas na revisão de literatura antropológica realizada para a elaboração do presente estudo.

TERRITORIALIDADE SOB ENFOQUE ANTROPOLÓGICO

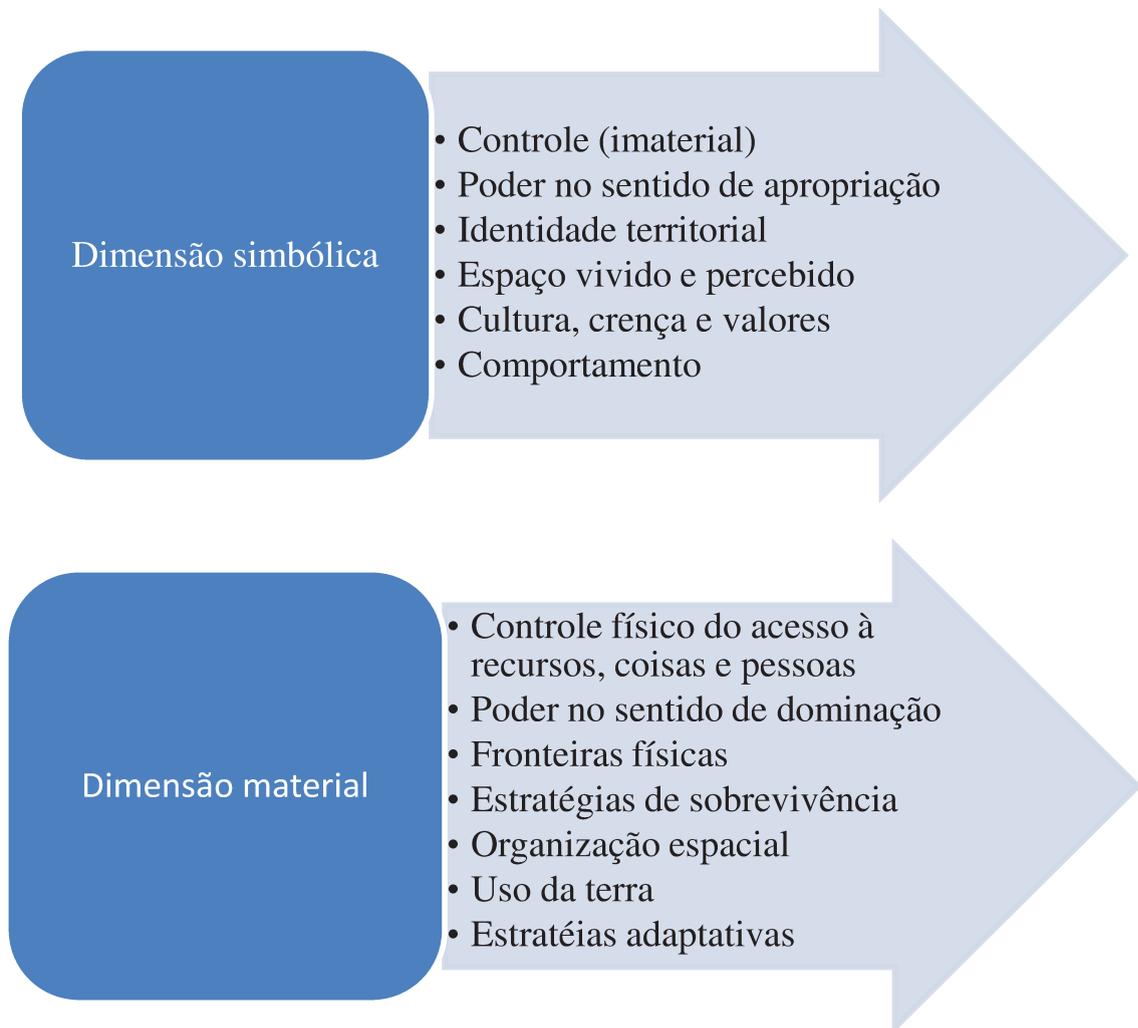
- "Esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-o, assim, em seu território" (LITTLE, p.03, 2002).
- 'The criterion for establishing the boundaries of local ecosystems in what was a continuous biotic association, it is important to note, was human territoriality'. (RAPPAPORT, p.373, 1984).
- 'The maintenance of an area 'within which the resident controls or restricts use of one or more environmental resources' (CASHDAN, p.47, 1983).
- 'Is a subset of resource-defense strategies, and resource defense is in turn an aspect of subsistence strategies' (DYSON-HUDSON and SMITH, p. 36, 1978).

Considerações finais

Considerando a territorialidade noção-chave para analisar interações homem-ambiente, o diagrama abaixo aponta algumas características que foram selecionadas como relevantes para a presente reflexão, e ilumina tanto dimensões simbólicas como concretas, ambas intrínsecas à noção de territorialidade quando acompanhada de seu sentido sócio-histórico relacional (Haesbaert, 2007).



No quadro abaixo, pretende-se mostrar com mais clareza o que constitui tanto a dimensão simbólica (ou imaterial) como a dimensão concreta (ou material) da territorialidade humana, incluindo reflexões oriundas tanto da geografia como da antropologia:

Tabela sobre dimensões da territorialidade⁸³

Mas, afinal, quais são as variáveis que compõem as diferentes dimensões da territorialidade e como a territorialidade se transforma ao longo do tempo? Nesse sentido, cabe ressaltar que Acheson-Gardner (2002) apontam a importância do impacto da tecnologia no território e na territorialidade:

Technology is linked in important ways to the generation of territories. Whether territories develop or not depends on how resources are exploited (Netting, 1996). Eggertsson (1993:110) and Begossi (2001), among other have recognized that shifts in technology can affect territorial claims by changing the competition for resources, making possible the exploitation of new resources, or by making it possible to exploit

⁸³ As reflexões realizadas por Haesbaert (2007) contribuíram na elaboração deste quadro.

existing resources in new places or at different costs (ACHESON- GARDNER, p.3, 2002).

Sem dúvida, as variáveis mudam de acordo com diferentes níveis de complexidade, contextos, níveis e escalas de análise. De toda forma, sem a pretensão de esgotar a discussão iniciada neste estudo, é possível ressaltar algumas questões que se tornam evidentes a partir da revisão de literatura apresentada e que transformam ou incidem mais diretamente na territorialidade: (1) tecnologia (como comunicação e mobilidade espacial); (2) mudança de uso do solo; (3) demarcação de territórios; (4) remoção compulsória; (5) urbanização; (6) mudança de cobertura do solo (como por exemplo, desmatamento); (7) novos atores-relações sociais políticas e/ou econômicas; (8) novos arranjos institucionais; (9) mudanças no consumo; (10) mudança temporal, externa ou induzida internamente.

Conforme exposto, a discussão teórica ainda carece de atenção, tanto sob enfoque da antropologia como da geografia. A noção de territorialidade na Antropologia foi mais discutida dentro da antropologia ecológica e, portanto, aparece associada a ecossistema como unidade de análise (Rappaport, 1984) ou com uma abordagem da ecologia política (Little, 2002) na qual o diálogo com a geografia se torna mais evidente a partir de ideias de Sack (1986), por exemplo. No entanto, ainda reproduz limites encontrados na própria abordagem geográfica de territorialidade, como o fato de maior ênfase no teor político em detrimento de outras dimensões.

Conforme analisado, um diálogo interdisciplinar entre a geografia e a antropologia se desenvolveu por meio das discussões de suas subáreas relacionadas à ecologia humana, cultural ou política. Um diálogo interdisciplinar mais profundo entre as duas ciências poderia contribuir no desenvolvimento e aprofundamento da discussão acerca da noção de territorialidade no contexto de pesquisas sobre interações homem- ambiente.

A contribuição antropológica tem sido mais voltada a evocações etnograficamente detalhadas sobre as sensibilidades do espaço, porém ainda ignorando ricos debates realizados por geógrafos sobre o tema da territorialidade. Tanto a geografia, como a antropologia apresentam uma discussão articulada a respeito da noção de controle, usos espaciais e proteção de recursos existentes no território. No entanto, a geografia poderia ter um diálogo mais profundo com a etnografia, pois o enfoque cultural é de pequenas escalas de análise, o que enriqueceria as representações dos significados culturais das práticas espaciais (Oslender, 2002 apud Moore 1998:347).

Tendo em vista que o território ganhou lugar de destaque nas discussões sobre

desenvolvimento sustentável durante os últimos anos, é responsabilidade dos acadêmicos desfazer distorções ou confusões que essa “moda” possa ter gerado (Brandao, 2009). Analisar a territorialidade humana pode criar visibilidade às reivindicações de populações que há muito tempo tentam se estabelecer em seus territórios e afirmar seus direitos. Muitas das disputas territoriais ainda existentes na região amazônica envolvem povos tradicionais (como indígenas, ribeirinhos e quilombolas), colonos, madeireiros, garimpeiros e ambientalistas e apontam para uma urgência social e para a necessidade de maior envolvimento e empenho acadêmico e científico em busca de soluções dessas situações de conflito (Little, 1953).

Nesse sentido, durante o último século, diversas pesquisas sobre interação homem-ambiente surgiram e têm contribuído de forma abrangente com o desenvolvimento de pesquisas sobre a ciência da sustentabilidade. Dentro desse contexto, pode-se ressaltar Land-Change Science (LCS) e a Political Ecology (PE), temas que, apesar de serem autônomos, são complementares na construção dessa ciência (Turner, B.L. II & Robbins, 2008). A *Social-ecological systems (SES) framework* (Ostrom, 2009), particularmente, tem realizado importantes avanços sobre análises nesta área. No entanto, *Human-Environment interactions (HEI) research* continua instigando a construção de uma abordagem interdisciplinar, colaborativa robusta e acurada entre diferentes áreas do conhecimento no intuito de avançar na construção de caminhos mais sustentáveis e justos em um mundo que se está em constante transformação (Moran, 2010 apud Brondizio, p.392, 2013).

Por fim, buscou-se discutir a noção de territorialidade como construção social e a partir de suas múltiplas dimensões – física-material, político, simbólico-cultural, econômico e ecológica – com a proposta de analisar suas implicações, possibilidades e limitações analíticas tanto na Antropologia como na Geografia. A partir da discussão fundamentada em renomados teóricos, pode-se afirmar que a geografia ainda apresenta uma lacuna relacionada ao não aprofundamento da discussão sobre cultura e etnia em *small scales* quando trata das *human-environment interactions* e territorialidade. Por outro lado, a antropologia ainda parece tentar equilibrar as dimensões simbólicas e concretas, objetivo que seria beneficiado se considerasse mais as discussões sobre território e territorialidade já realizadas por geógrafos ao longo dos últimos anos.

De toda forma, podem-se destacar algumas similaridades encontradas entre a abordagem antropológica e a geográfica a partir da noção de territorialidade. Ambas as áreas consideram a complexidade da organização espacial a partir de interações homem-ambiente e relacionam territorialidade à específicas estratégias de subsistência, comportamento espacial e formas de vivenciar seja o ecossistema, o ambiente ou o espaço, onde criam específicos modos

de vida. A relação da territorialidade com conflito, competição por acesso a recursos e defesa de direitos relacionados à identidade territorial também aparecem claramente em ambas as disciplinas.

Quanto às divergências na abordagem do conceito, a escala local é privilegiada em estudos da antropologia ecológica (com exceção da ecologia política de escalas e ecologia política regional), o que, conseqüentemente pode originar um *gap* em relação ao entendimento de mudanças espaciais ocorridas ao longo do tempo devido a não articulação ou mesmo desconsideração de outras escalas de análise. O geógrafo J. McCarthy faz uma distinção na abordagem entre “primeiro” e “terceiro” mundo:

Political ecology cases in Third World contexts, by contrast, typically focus on a 'local' scale: the scale of villages and surrounding areas. Even cross-national comparisons often still concentrate on this scale (MCCARTHY, p.1286, 2002).

Ao analisar os pontos comuns, lacunas e contradições relacionados a territorialidade cabe destacar que a escala e conceito fundamental. A territorialidade não é nem totalmente tangível nem invisível, nem apenas concreta, nem somente simbólica, e sim um conceito híbrido que demanda diálogo entre diferentes áreas do conhecimento para ser entendido com profundidade, já que abarca tanto questões relacionadas a poder, fronteira, controle, acesso, uso, como reprodução social, identidade cultural, modo de vida e direitos sobre o meio físico e cultural.

Por fim, cabe salientar que com a presente reflexão desenvolvida não se pretende esgotar a discussão, mas procura-se contribuir para a compreensão da importância de uma abordagem interdisciplinar acerca da territorialidade para que futuras pesquisas sobre as relações entre sociedade e natureza não negligenciem relevantes implicações do conceito.

CAPÍTULO 5 - A IDENTIDADE DAS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS: MUITO ALÉM DO ESTEREÓTIPO DO CABOCLO NA AMAZÔNIA

Resumo

Este capítulo tem início com uma reflexão teórica sobre a identidade ribeirinha, considerando a complexidade dos processos de colonização, miscigenação e as transformações socioeconômicas que acompanham a trajetória das populações ribeirinhas na região. Com o objetivo de ir além do véu de estigmatizações que ainda existe sobre a identidade das populações ribeirinhas, este trabalho apresenta a dimensão controversa da identidade cabocla a partir de um quadro teórico da literatura antropológica e, em seguida, discute o legado da exploração do período de borracha associado à criação da identidade seringueira e ribeirinha. O capítulo está dividido em duas sessões principais, primeiro apresenta a discussão na literatura sobre o uso do termo caboclo na antropologia para, em seguida, refletir sobre o processo de construção da identidade ribeirinha associada à ciclos econômicos importantes na região.

Introdução

O objetivo deste capítulo é analisar os processos históricos que envolvem a formação da identidade das populações ribeirinhas na Amazônia brasileira. Na primeira parte do artigo, a discussão tem foco no uso do termo caboclo, apresentando seu caráter controverso a partir de uma lente antropológica. A identidade é concebida num contexto de formação histórica de relações e como um componente e um patrimônio do território (Saquet, 2009). Nesse sentido, a presente reflexão envolve diferentes temporalidades, momentos de transformação da região, processos de colonização e miscigenação ao longo dos últimos séculos e a história econômica que articula diferentes escalas:

External ties increased with the improvements in transportation and communication technologies and the expansion of regional, national and international markets. The market-oriented economy practiced largely with traditional resource-management practices serves to make the ribeirinho model an alternate model of rural development and environmental management for the region (HIRAOKA, p. 169, 1999).

Tais populações da região amazônica ainda permanecem encobertas por um véu de mitos, preconceitos, estereótipos e rótulos que não contribuem para sua visibilidade e reconhecimento como parte importante da história amazônica. A marginalidade de grande parte da população ribeirinha em estudos antropológicos também é notável pela falta de interesse que essas populações têm tido em pesquisas acadêmicas. Existem importantes estudos realizados sob enfoque da ecologia histórica na região e que já discutiam o caboclo ou ribeirinho, como as pesquisas de Warren Dean (1987) e William Balee (2009) e a contribuição fundamental de renomados antropólogos como Wagley (1953), Galvão (1955), Moran (1974), Ross (1978), Parker (1985), Moreira Neto (1988), Chibnik (1994), Harris (1998) e Nugent (2006), mas que mesmo assim manteve-se a invisibilidade desta população.

Recognizing the significance of caboclo societies requires that they be considered as societies within this context of historical change, and therefore subject to the same dynamic which has incorporated other ‘peripheries’ of the domain of capitalist politico-economic systems (BRONDIZIO & SIQUEIRA, 1997; MURRIETA et al., 1992; PACE, 1998; SCHMINK, 2003 apud ADAMS et al., 2006).

5.1. Quem é o ribeirinho tradicional?

A construção de uma identidade amazônica é assunto altamente complexo (Balee, 2009) e, para Adams et al. (2009), apesar da base da discussão na antropologia continuar sendo Charles Wagley (1953) e Eduardo Galvão (1955) - a partir de uma abordagem “*Stewardian cultural ecology and the Boasian culturalism*” - a conjuntura da região tem se tornado mais difícil de compreender após drásticas mudanças ocorridas nos últimos trinta anos:

A proliferation of class distinctions, the strangulations of the political structure of patronage by the expansion of the capital, the growth of the urban contingent of the caboclo population, the impact of the transport network and increased deforestation are just some of the phenomena observed in recent times (ADAMS et al., p. 04, 2009).

Os principais antropólogos americanos que escreveram sobre caboclos foram Wagley, Moran e Parker e a reflexão foi inspirada na ecologia humana e cultural com base nos estudos de autores como Betty Meggers e Julian Steward (Harris, 1998). No entanto, apesar de muitos autores estarem de acordo em relação à complexidade envolvida, não existe consenso entre os antropólogos a respeito do melhor termo para se referir a cada grupo étnico pertencente, à região amazônica. Os critérios utilizados para determinar a identidade étnica variam de um lugar para outro e, frequentemente, envolvem traços culturais, língua, religião, origem histórica e aparência física (Chibnik, 1994). Sobre os caboclos:

They ostensibly have little ‘culture’, and their way of life is the direct result of the history of European colonialism and the consequent destruction of indigenous Amerindian societies begun in the 16th century. Historically, there has been no collective identity expressed amongst the peasantries in the region, even though they occupy structurally similar positions. Instead, allegiances are definitively local: patron-client relationships, residential kindreds and communal associations. Despite the ‘globalization’ of Amazonia, there has been an historically unprecedented flourishing of regional social practices and ‘cultural’ forms, which are ethnographically fascinating (HARRIS, p.83/84, 1998).

Parker (1985) e Moran (1974) também concordam que “caboclo” se refere a um grupo cultural dentro das populações tradicionais na Amazônia, sendo resultado de miscigenação de etnias (branco, negro e indígena). Contudo, tal categorização ainda é imprecisa e existem poucas pesquisas antropológicas sobre sociedades não indígenas amazônicas (Nugent, 2006). Ainda segundo Nugent (2006), as transformações socioeconômicas globais

associadas seriam mais importantes do que os atributos culturais para se compreender o caboclo (Harris, 1998):

As muitas diversidades de formas de amazoneidade – possibilidades caboclas – são uma proteção contra a tendência de reificação de uma categoria estereotipada e intermediária de caboclo, residindo vagamente entre o índio precariamente situado e o cidadão plenamente modernizado no futuro (NUGENT, p. 43, 2006).

De acordo com a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (2009), há uma importância intrínseca a cada cultura e o processo de construção de conhecimento, que foi acumulado ao longo de gerações e gerações, seria um precioso guia para se compreender o modo de vida dessas populações amazônicas e manter a convivência dos diversos sistemas de conhecimentos.

O sistema caboclo foi considerado por Moran (1974) como o mais importante no contexto sociopolítico e ambiental na América pós-conquista na Amazônia brasileira. O autor denominou de “*tupinization*” o processo histórico que resultou da miscigenação do branco com o índio, dando origem a esse “tipo cultural”. Parker (1985) já utilizou o termo “*caboclization*” (Harris, 1998) que, segundo Adams et al., (2009), apresentaria um reconhecimento maior acerca da importância da história na formação dessas sociedades. Entretanto, *caboclo* é um termo repleto de controvérsias, Nugent (1993) preferiu utilizar “*historical peasantry*”, destacando a invisibilidade deste grupo durante os anos 60 e 70. Já pelo enfoque da antropologia cultural, William Balee (2009) utiliza o termo “*folk*” para se referir às populações ribeirinhas, enquanto Harris (2009) faz referência ao caboclo como sociedades não-índigenas. Brondizio (2008) mantém o termo caboclo em seu livro “*The amazonian caboclo and the Açaí palm*”, no entanto ressalta que visa a manter o sentido de Netting (1993), ou seja, caboclo visto como “*smallholder*” ou “*small-scale farmer*”. Segundo Little (1953):

The Caboclos were a loosely organized group whose collective identity was often structured around river basins. Rivers have historically been the principal means of transport for caboclos and, since most *colocações* are located along rivers, neighborly bonds are established as one travels on the river in fulfilling one’s daily chores or as one travels by boat to the city, nearby markets, soccer games, or dances (LITTLE, p.176, 1953).

Diferente de Parker - que considera que a sociedade cabocla surgiu antes da revolta da Cabanagem⁸⁴ (1835-1840) – apesar de reconhecer que o termo caboclo foi usado desdeo

⁸⁴ Para mais informações, ver página 80 na Tese de Cristina Adams (2002) referenciada ao final deste estudo. ⁷⁷ Revolta popular que ocorreu na província do Grão Pará de 1835 a 1840 e foi liderada por cabanos ou tapuios, (moradores de casas simples na “beirada” dos rios) que lutavam por reconhecimento diante do então governo. Foi um movimento anticolonial

século XVII de maneira pejorativa e como sinônimo de *tapuio*. Para Little (2001) foi a partir da “Cabanagem”⁸⁵ que se iniciou um processo mais evidente de reconhecimento desta categoria social na Amazônia. A definição sobre *tapuio* mostra o encontro entre o índio e o caboclo na região:

O *tapuio* pode ser definido como membro de um grupo indígena que perdeu socialmente o domínio instrumental e normativo de sua cultura aborígine, substituindo-a por elementos de uma ou várias outras tradições culturais, que se misturam aos traços residuais da língua e da cultura originais (MOREIRA NETO⁸⁶, p.79, 1988).

De acordo com Wagley (1985), o termo caboclo expressa uma cultura, um estilo de vida e uma posição na hierarquia socioeconômica amazônica (Wagley, apud Little p.26, 2001). Mas, afinal, quais são as “fronteiras” de uma sociedade e uma cultura ribeirinha? De que maneira os ribeirinhos se encaixam ou não em tais categorizações? Segundo Chibnik (1994), as fronteiras entre diferentes sociedades não são claras e grupos étnicos não são imutáveis. Não se definem ou denominam de acordo com os “*outsiders*”, existindo divergência sobre a classificação étnica de muitos indivíduos. No caso das populações ribeirinhas tais fronteiras parecem ainda mais confusas, porque ainda carece de detalhes em sua definição, visibilidade e reconhecimento como sociedade.

A história dos ribeirinhos se relaciona à história tanto dos tapuios, dos índios como dos caboclos, o que ao longo do tempo reuniu características que os identificam como grupo social e cultural, e seu modo de vida e territorialidade cria e mantém uma rede que os entrelaça através de relações sociais construídas, desenvolvidas, organizadas e distribuídas no espaço. Para Chibnik (1994), tal conexão pode ser explicada pelas “*webs of kinship*”, laços sociais construídos ao longo do tempo que envolvem padrinhos, afilhados, amigos, parentes mais próximos ou mais distantes. O autor descreve o modo de vida dos ribeirinhos em meados do século XX numa comunidade do Peru e destaca similaridades com o modo de vida na Amazônia brasileira.

Nonetheless, ribereño communities can hardly be regarded as models of sustainable, equitable, Amazonian development. Infant mortality is very high, with about 15 of every 100 children dying before the age of two. Villages lack electricity and running water. Latrines and out-houses are uncommon. Most children end their education with primary school. The most desired consumer goods – radios, boat motors, and sewing machines – are owned by only a minority of households. Many ribereños have shown their dissatisfaction with rural economic opportunities, public health facilities, and schools by migrating permanently to Iquitos, the only sizable city in the region (CHIBNIK, p. 10, 1994).

⁸⁵ de extrema relevância na história da Amazônia brasileira que se opôs ao processo de dominação em curso.

⁸⁶ Carlos A. Moreira Neto escreveu importante livro sobre a questão indígena chamado “Índios no Brasil: de 1750 a 1850” que, portanto, aborda o período da Cabanagem, o próprio autor chamou de “século do extermínio”.

Há muitos anos, essas populações se localizam, principalmente, nas “beiradas” dos rios – muitos se auto denominavam “caboclos da beira” (Wagley, 1977) ou “beiradeiros” como alguns ainda hoje se chamam na região (ISA, 2016). Ao discutir a importância da sazonalidade no ritmo de vida das populações ribeirinhas, Harris (1998) afirma que, apesar do paradigma dominante sobre análises de camponeses ribeirinhos ter sido a ecologia cultural (Moran, 1974; Parker, 1978; Wagley, 1976), não tem sido dada a importância devida à sazonalidade nos estudos. Viver nas margens do rio é uma característica marcante que influencia a territorialidade dos ribeirinhos que têm a sua localização geográfica no encontro entre a floresta e as vias de águas doces e sua relação com a natureza e os recursos, construída ao longo do tempo. A partir de um enfoque da ecologia cultural:

Ribeirinho society and culture to be formed in a linear sequence, which reaches a climax (‘solidification’ is Parker’s word), leading inexorably to its demise. This kind of perception of history is too neat, as Eric Wolf (1982) has shown: ribeirinho histories should be resituated across and in relation to these fluctuations. Following Nugent, and recent ethnographic studies, such as Lima-Ayres (1992), Heraldo Maue’s 74 M. Harris (1995) and Acevedo and de Castro (1998) history, from the ribeirinhos point of view, has been a series of upheavals, each of which have left their imprint, often changing radically the social context. Nevertheless, it is often the same families and their descendants who continue working in the new social and economic conditions. The ‘caboclo complex’, as Nugent (1993, p. 205) calls the various peasant economies and histories in the Amazon (riverine, Northeastern and Japanese for example), is a repertoire of petty commodity forms which has emerged in relation to the character of regional development, the most prominent feature of which has been the role of merchant capital (see discussion below) (HARRIS, p.75, 2009).

Para Harris (2006), não se pode afirmar que existe uma cultura cabocla “como se tivesse uma realidade ontológica enquanto rede de crenças e procedimentos com um legado imóvel”. No entanto, segundo Nugent (2006), a marginalidade do “caboclo”⁸⁷ é persistente, por um lado e estereotipada, por outro, é transfigurada ou ainda negada ou “invisibilizada”⁸⁸. De acordo com Richard Pace (1997):

Os caboclos da Amazônia brasileira estão classificados variavelmente como camponeses, extratores, povo rústico, e descendentes miscigenados de povos europeus, indígenas e africanos. Em quase todos os usos se reconhece que é um termo pejorativo e raramente usado para chamar uma pessoa do mesmo nível social. Pouca gente que se identifica como caboclo usa a palavra para se referir a si mesmo, a não ser em condições especiais (PACE, p.81, 1997).

Nesse sentido, Richard Pace (1997) critica a continuidade do uso do termo *caboclo* na antropologia, que para o autor não faz sentido no contexto local de autodenominação, já que

⁸⁷ Nesse artigo, o termo ribeirinho é utilizado por não apresentar a carga pejorativa que o termo caboclo carrega, que associa o termo ao estereótipo de atrasado e marginal que a região teve ao longo de muitos anos. Os estudos sobre sociedades caboclas ainda são marcados pelo trabalho de Charles Wagley e Eduardo Galvão.

⁸⁸ As dimensões do problema acerca da identidade cultural amazônica foram tratadas de maneira aprofundada no livro “Sociedades Caboclas Amazônicas – Modernidade e Invisibilidade” (Adams et al, 2006).

o termo vem associado a uma demasiada carga negativa e pejorativa que se perpetua ao longo da trajetória da região. Pace utiliza três argumentos relevantes para se compreender o mal uso do termo: (i) as populações rotuladas como caboclas não foram devidamente estudadas e compreendidas; (ii) pesquisadores e cientistas na Amazônia pegaram o termo emprestado das populações brasileiras urbanas de classe média que são preconceituosas em relação às populações rurais; (iii) os antropólogos usam o termo a fim de alimentar uma noção de “*exotic other*” na tentativa de aumentar o valor da pesquisa etnográfica.

Nugent (1981) iniciou importante crítica à abordagem da ecologia cultural quando apontou que os maiores obstáculos ao desenvolvimento de formações sociais na região amazônica são decorrentes de transformações históricas, sendo os camponeses históricos da Amazônia (caboclos), resultado de um tipo específico de organização social (Harris, 1998). Já Harris (2006) destacou o caráter ambivalente ou mesmo paradoxal do caboclo que apresenta certa hibridez relacionada aos aspectos modernos e tradicionais do seu modo de vida na Amazônia brasileira. Para o autor, a flexibilidade do ribeirinho se dá pela sua capacidade de se acomodar, reorganizar e reproduzir a partir das diversas transformações na região. Nesse sentido, a elaboração acerca de um mundo moderno não pode estar separada da elaboração de um olhar antropológico sobre o caboclo (Harris, 1998).

O caboclo, segundo ao autor em sua abordagem sobre processos adaptativos, é resultado do campesinato amazônico:

Os caboclos são modernos em sua renovação constante do passado no presente; uma estratégia que provou ser um sucesso reprodutivo e que foi decisiva para a adaptação dos camponeses às condições econômicas e políticas da Amazônia (HARRIS, p.81, 2006.).

Diversos estereótipos perpetuam a utilização de termos pejorativos que sugerem que os ribeirinhos são povos primitivos, inferiores, passivos e atrasados, iluminando uma “visão de fora e pouco realista” a respeito dessa sociedade. No entanto, será que por mesclar diferentes dimensões, lógicas, conceitos, histórias, escalas, culturas e não conseguirmos defini-los numa “moldura conhecida”, ainda não compreendemos com profundidade sua identidade?

Desta forma, a discussão apresentada pretende refletir sobre limites e possibilidades do conceito de caboclo sob a luz dos estudos antropológicos, diante da noção de que a realidade da região amazônica está inserida num contexto mais amplo de transformações sociais e econômicas que articulam diferentes escalas (Harris, 1998). Cabe aqui elucidar a próxima parte deste estudo, onde a reflexão tem foco no processo de construção da identidade amazônica associada aos ciclos da borracha e aos seringueiros.

5.1.1. De onde as sociedades não indígenas vêm?

“Evidentemente, como diz Euclides da Cunha, raro é o seringueiro que tem a sorte de se libertar” (WAGLEY, p.106, 1977).

Diversos autores revisitam artigos do jornalista Euclides da Cunha⁸⁹ com o objetivo de discutir a identidade do seringueiro e expressar a situação a que estavam expostos os “*rubber tappers*” na região Amazônica. A borracha começou a ser valorizada porque a qualidade, o rendimento e a abundância que era encontrada no Brasil era “extraordinária”. No entanto, apenas começou a ter valor comercial na primeira parte do século XIX: “The Brazilian city of Belem, for example, exported 450,000 pairs of rubbers shoes in 1839 (Dean 1987:9)” (CHIBNIK, p. 39, 1994).”

De acordo com Mauro Barbosa de Almeida (2004), o primeiro “*boom*” da borracha ocorreu pouco antes da Primeira Guerra Mundial, (1914-1918) e o segundo ciclo foi durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando o país começou a produzir de 20 a 30 mil toneladas por ano. Para Wagley (1977), a realidade amazônica se transformou quando começou a existir uma forte competição em relação à economia regional baseada no extrativismo do látex (*Hevea brasiliensis*⁹⁰) em 1912 e tanto os comerciantes rurais, como os seringueiros, se tornaram vulneráveis diante da competitiva borrachados ingleses que começaram a comercializar a partir de plantações em países do Oriente, como Sri Lanka, Malásia e Indonésia.

As sementes da *Hevea brasiliensis* que viriam a desencadear numa violenta alteração no mercado da borracha, cerca de 20 anos depois, teriam sido contrabandeadas do Brasil pelo inglês Henry Wickham, tendo as plantas que brotaram passado por um período de adaptação no Jardim Botânico de Kew, na Inglaterra, antes de serem transportadas para Ceilão, Java e Sumatra, onde deram origem a enormes seringais (BUENO, p.42, 2012).

Muitos seringueiros voltaram para o estado do Ceará nesse período e outros estabeleceram-se nas terras dos comerciantes como pequenos lavradores e poucos supriam sua existência continuando a extrair borracha e outros produtos, como a Castanha do Pará que tinha melhor preço. Somente durante a II Guerra Mundial (1939-1945), uma nova fase – conhecida como segundo ciclo da borracha - foi inaugurada no vale amazônico e muitos nordestinos migraram novamente para a região, processo que contou com significativo incentivo do governo

⁸⁹ Euclides da Cunha teve uma experiência profunda na região amazônica no início do século XX, para mais detalhes, ler: CUNHA, Euclides da. À margem da história. São Paulo: Martin Claret, 2006.

⁹⁰ Conforme aponta Warren Dean: *Hevea Brasiliensis* was not the only kind of rubber gathered in the wild in Brazil. It was also obtained from other species of *Hevea*, notably *H. Guianensis* and *H. Benthamiana*, locally called *Seringa Itauba* and *Seringa Chicote* (Dean, p.38, 1987).

brasileiro. Durante esse período, o país se tornou o maior exportador de borracha para os Estados Unidos, processo que contou com a exploração de milhares de seringueiros que eram justamente nordestinos recrutados pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia (SEMTA) que migraram influenciados pelas propagandas que Getúlio Vargas realizou, consciente da importância estratégica da Amazônia para o país.

Conforme aponta Wagley (1977), um dos desafios relacionados a esse período foi que os nordestinos que migravam para a região não possuíam o conhecimento do território nem a experiência do “caboclo amazonida” para abrir novas estradas e conhecer e dominar a floresta, o que representou um obstáculo à manutenção das atividades extrativistas.

O termo seringueiro não define apenas uma condição de trabalho, mas um tipo de inserção no mundo, marcada por um ambiente particular, a floresta, que faz deles os bichos seringueiros na acepção dos seus patrões (O'DWYER, p.18, 1998).

A relação entre os patrões (seringalistas, aviadores ou comerciantes locais) e o caboclo foi marcada por exploração, endividamento e dependência e, dessa forma, a perda de relações de parentesco, de território e de laços afetivos e sociais têm peso significativo na história da construção da identidade deste grupo social (O'Dwyer, 1998). Na época da borracha, tais laços eram baseados na relação hierárquica com seringalistas e patrões, principalmente, e o processo de perda de relações de origem causadas por processos de desterritorialização e migração foi notável. Ainda conforme O'Dwyer (1998), as relações de trabalho entorno da extração da borracha eram coercitivas e desiguais:

O pagamento de renda imposto pelo patrão em troca da exploração das estradas de seringueiras não tem qualquer evidência escrita. Em lugar do contrato legal, as relações entre trabalhadores e patrões estão baseadas em um sistema de obrigações em termos de dívida, sendo qualquer infração ao compromisso por parte do seringueiro passível de punição. Esse tipo de dependência pessoal aos patrões gera antagonismos e tensões e vem sendo desde muito contestada pelos seringueiros. O uso de mecanismo de força por parte dos patrões é concebido pelos próprios agentes sociais que sofrem esses constrangimentos como uma forma de escravidão (...) A dependência dos seringueiros em face dos patrões em virtude do endividamento, reduzidos que eram a condição de sujeitos sujeitados, configurou-se em um obstáculo efetivo para que se opusessem ao poder discricionário dos patrões, através de formas autônomas de organização social, e para a conformação de um discurso coletivo de resistência à dominação (O'DWYER, p.41 e 42, 1998).

Segundo Little (1953), esse antigo sistema de aviamento durante os anos de *boom* da borracha⁹¹ se constituiu como o maior obstáculo à organização política dos caboclos enquanto grupo social, cujo o funcionamento é baseado na relação entre crédito e dívida para

⁹¹ Hevea brasiliensis is a species typical of the climax stage of the Amazon rain forest. Like nearly all such species, it was found not in groves or clusters, but scattered widely in the forest, commonly only two or three trees to a hectare. The hopeful tapper had first to locate the trees and then clear trails to connect them. This task might take six or seven months, during which time little or no tapping could be done” (DEAN, p.36, 1987).

garantir o acesso às mercadorias e produtos florestais (McGrath,1999). Nesse sentido, a “figura” do patrão assombra essas populações até os dias de hoje, pois durante muitos anos controlaram a vida pública e a maior parte das relações políticas e econômicas do caboclo com o “*outside world*” (Little, p.176, 1953).

A essas relações marcadas pela exploração e dependência somava-se a questão da “propriedade” de terra, ou seja, quem detinha do controle da terra que controlava a maior parte da vida dos seringueiros (Wagley, 1977), o que evidencia a falta de autonomia em relação ao território e acesso aos recursos. Para Paul Little (2002), existe uma importância histórica na luta dessas comunidades pelo seu território, sua identidade e seus direitos.

Sobre o sistema seringal, as condições sociais eram consideradas indignas – muitas situações eram similares com a escravidão e os seringueiros foram abandonados pelos poderes públicos e vivenciaram diversas situações de tensão e conflito com os seringalistas na Amazônia brasileira (O’Dwyer, 1998). Dessa forma, a dominação existente na migração de nordestinos para a Amazônia se reproduziu a partir deste sistema baseado no “trabalho compulsório fundado na dívida, num processo marcado pela reclusão social” (Esteves, p.43,2010).

Chibnik (1994) destaca a relação entre seringueiros, patrões e regatões (“river traders”) chamando a atenção para o início da cadeia de bens e mercadorias em crédito e o pagamento de dívidas:

Because rubber tappers spent much of their time dispersed in the forest, they also had to obtain food and other necessities from the patron’s store. All these goods were provided in advance in return for the promised delivery of rubber. This was the final link in a long chain of credits and debits. The river traders, or regatones, provided the patrons with goods on credit in exchange for rubber (CHIBNIK, p. 41, 1994).

Atualmente, o regatão ainda possui um papel relevante na Amazônia já que ainda possibilita o acesso de ribeirinhos que moram mais isolados aos bens e mercadorias da cidade, além de muitas vezes serem também compradores de peixes, intermediando a entrega aos comerciantes urbanos. De acordo com Chibnik (1994), Maximo Kuczynski- Godard⁹² - a Loreto doctor – apresenta uma descrição do regatão relevante:

[He] goes from house to house along the river selling or trading essential articles for products of the field or forest; chickens, eggs, manioc, turtles, skins, rubber, and anything the colonist can offer. This of course works out better for the regaton than the colonist. [The regaton] has been compared to a mushroom that goes wherever there is no resistance; he is ubiquitous and imperturbably patient, he knows what he has and what he lacks, he gives credit, he is the life of these regions (...) [He] makes his money providing necessities to all that live in the indescribable solitude of a

⁹² Médico alemão naturalizado peruano que realizou importante trabalho na Amazônia peruana sobre o estado de saúde dos campesinos, indígenas e ribeirinhos. Para mais detalhes, consultar: Kuczynski-Godard MH. La vida en la Amazonía peruana. Observaciones de un médico. Lima: Liberería Internacional del Perú; 1944.

hamlet far from the city, in the midst of the jungle on the bank of a river or stream; his specialty is his knowledge of the people and his lack of altruistic scruples. He is truly an ambulatory store (...)" (CHIBNIK, p. 45, 1994).

Entretanto, apesar de o regatão ter sido tratado pela literatura antropológica – muitas vezes – como uma “figura amazonida cruel” e exploradora, ainda se faz necessário refletir sobre de que forma é percebido hoje pelas comunidades locais da região e qual a sua importância para os moradores mais isolados. A antropóloga Eliane O’Dwyer (1998) descreve o início do processo de “ruptura com as formas tradicionais de dominação”, chamando a atenção para o desenvolvimento dos “instrumentos de libertação” (O’Dwyer, p. 64, 1988).

Tais instrumentos são fundamentais para que atualmente novas formas de resistência e contestação possam existir na região amazônica, no entanto, desafios ainda hoje enfrentados por ribeirinhos demonstram a relevância da construção de formas mais justas e autônomas de sobrevivência. O antropólogo Mauro de Almeida (2004) chama a atenção para o não reconhecimento desses povos no cenário nacional até a década de 1970:

Começaram a se articular como um movimento agrário no início dos anos de 1980, e na década seguinte conseguiram reconhecimento nacional, obtendo a implantação das primeiras reservas extrativistas após o assassinato de Chico Mendes. Assim, em vinte anos, os camponeses da floresta passaram da invisibilidade à posição de paradigma de desenvolvimento sustentável com participação popular (ALMEIDA, p.33, 2004).

Foi a partir dos anos 80, que a luta dos povos da Amazônia começou a ganhar destaque e um marco na história da região foi a formação do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) em 1985, quando os extrativistas começaram a romper com a cena política vigorada até então O CNS – que pode ser concebido como representante dos “povos da floresta” (Esteves, 2010) teve um papel central no desenvolvimento do processo de luta por direitos:

O Conselho Nacional dos Seringueiros, formado no Acre a partir do movimento dos seringueiros do rio Purus, livre do sistema tradicional de exploração nos seringais devido à falência da empresa seringalista na década de 70, desfruta de maior autonomia social, organizando-se para resistir à entrada de capitais interessados nos desmatamentos e na transformação da floresta em pastagens, que promovem a expulsão dos seringueiros. Esta entidade, ao estender, sobretudo em 1988, sua representação até o rio Juruá, estabelece as condições necessárias à mobilização dos trabalhadores (O’DWYER, p.42, 1998).

Foi nesse contexto político que as RESEXs foram demandadas como forma de desenvolvimento regional com a garantia do território extrativista ocupado pelos caboclos há anos. Conforme aponta Esteves (2010), foi a partir desse momento que o extrativista na Amazônia começou a ter seu modo de vida sustentável respeitado, podendo ser considerado um “guardião” dos ecossistemas da região. Um processo de mudança significativa na forma de valorizar o meio ambiente e o conhecimento tradicional das populações locais na Amazônia se

intensificou a partir de 1990, logo após o assassinato do líder seringueiro Chico Mendes em Xapuri no Acre (1988), no mesmo ano da promulgação da Constituição Federal Brasileira.

Os ribeirinhos hoje se encontram em diferentes situações territoriais na região amazônica brasileira: populações que vivem nos centros urbanos ou em suas periferias próximas; populações que se encontram “isoladas” geograficamente e que moram em ilhas ou em áreas distantes de qualquer conexão mais estreita com a realidade urbana; populações moradoras de Unidades de Conservação (UCs) de uso sustentável; ribeirinhos que moram “sobrepostos” dentro de UCs de uso integral ou Terras Indígenas. Sobre essa quarta situação e o desafio das sobreposições e direitos territoriais na Amazônia brasileira, o antropólogo Mauro de Almeida (2012) contribui com a seguinte reflexão:

Os diferentes limites colocados aos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais podem ser assim resumidos: mineração em terras indígenas, identidades coletivas ilegítimas, golpes sucessivos contra a Convenção 169, engessamento do Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, Ação de Inconstitucionalidade do Decreto 4887, de novembro de 2003 ou glaciação do Art.68 do ADCT. Complementarmente, pode-se mencionar a incapacidade governamental de regularização fundiária das unidades de conservação, sobretudo das Reservas Extrativistas, e ainda as dificuldades operacionais de dirimir as sobreposições: seja de unidades de conservação e terras indígenas e também de terras de quilombos, seja de áreas reservadas para uso militar e terras tradicionalmente ocupadas por comunidades quilombolas e ribeirinhas (ALMEIDA, p.69, 2012).

A regularização fundiária na região ainda é um desafio constante tanto para Unidades de Conservação de Proteção Integral como as de Uso Sustentável. Atualmente, esta questão ainda é um desafio na Terra do Meio, área prioritária para a conservação da sociobiodiversidade no estado do Pará, o que dificulta o ordenamento, gestão territorial e criação de políticas públicas condizentes com a realidade do mosaico de unidades de conservação existentes. Nesse sentido, a compreensão da identidade amazônica, em particular, das populações ribeirinhas, envolve contexto histórico e territorial complexo e demanda melhor definição acerca das populações tradicionais.

Considerações Finais

Apesar de mais estudos e pesquisas sobre populações tradicionais na região amazônica terem surgido a partir de 1990, ainda existe uma lacuna científica a respeito das populações ribeirinhas que foram historicamente invisibilizadas. A partir da revisão da literatura realizada, pode-se afirmar que processos de perda de um legado social e cultural marcam a identidade ribeirinha com o “peso” da negação, vulnerabilidade, exploração,

invisibilidade e esquecimento. Nesse sentido, lamentavelmente, as populações ribeirinhas ainda enfrentam o que Euclides da Cunha (1999) chamou de “terra sem história” (Weinstein, 2002).

Ainda é necessário avançar no entendimento da identidade da sociedade ribeirinha e o porquê desse grupo cultural permanecer invisível diante de grande parte das políticas públicas brasileiras, fato que é evidenciado pelos desafios ainda atuais comuns à maior parte das comunidades rurais na região amazônica – o que Charles Wagley (1977) já havia ressaltado no início do século passado – como, por exemplo, a dificuldade de acesso à saúde e à educação básica, a situação econômica precária, a péssima situação sanitária, a falta de coleta de lixo adequada etc.

Pode-se tentar promover modificações em uma comunidade e nos membros que a constituem, através das escolas, centros de saúde, ou vários outros meios administrativos, mas se tais medidas estiverem em desacordo com os padrões de comportamento e com valores predominantes no cotidiano da família, terão pouca probabilidade de êxito (WAGLEY, p.187, 1977).

Assim, se não conhecermos com profundidade os valores, a cultura, o modo de vida e a territorialidade dessas populações, não será possível estimular programas e projetos que visem à melhoria da sua qualidade de vida. Cabe aqui incluirmos a reflexão sobre pertencimento, identidade, subjetividade e trocas simbólicas (Tuan, 1980) dos ribeirinhos, considerando a margem (beirada) do rio como seu *lugar*:

Os lugares são centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação. A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplitude, da liberdade e da ameaça do espaço e vice-versa (TUAN, p. 127, 1980).

Para se definir a identidade do ribeirinho, ainda é preciso “atravessar” o véu de estereótipos socialmente construídos sobre o caboclo e o seringueiro, que não é nem tão tradicional, nem tão romântico, nem tão isolado, nem tão “bom selvagem”, nem tão invisível como parece (Cunha e Almeida, 2001). No Brasil, os ribeirinhos estão dentro da categoria de povos e comunidades tradicionais que, a partir de revisões mais recentes da legislação ambiental que regula as áreas protegidas, foram incluídas como habitantes da categoria de UCs de uso sustentável, as RESEXs. Apesar de representar um avanço significativo para integração entre conservação da biodiversidade e população local na formulação de políticas públicas, ainda é assunto controverso entender quais seriam as fronteiras deste chamado “aspecto tradicional” e quais são exatamente os grupos sociais que se encaixam nessa definição, sem que – para isso – tenhamos que simplificar a complexidade intrínseca das diferentes situações e do modo de vida das populações locais na Amazônia brasileira (Lima, 1999).

Desta forma, ainda permanece a questão: por que é tão difícil refletir sobre as

populações ribeirinhas fora ou além de um estereótipo ou rótulo? A mistura é intrínseca ao ribeirinho, seja entre a região nordeste e a região amazônica, o branco e o índio, o seringueiro com o colono, o caboclo com o aviador, a borracha com o peixe, a cidade com a roça, as plantas medicinais com a fila do hospital, a canoa com a televisão, o tradicional com o moderno.

Esta questão envolve uma reflexão mais profunda dos acadêmicos que poderia contribuir para o processo em curso de construção da autonomia, da visibilidade às demandas e do reconhecimento dos direitos e das especificidades dessas populações tão importantes para se construir um desenvolvimento sustentável na região. Nesse sentido, apesar de parecer ser mais difícil de compreender as populações ribeirinhas do que outros grupos tradicionais da região, ainda se faz necessário desenvolver investigações que contribuam para a explicação de quais são as lógicas, marcas, fronteiras e diferenças dos ribeirinhos em comparação a outros grupos sociais existentes na Amazônia brasileira.

CAPÍTULO 6 - FRONTEIRAS DA (IN)VISIBILIDADE RIBEIRINHA NA TERRA DO MEIO

Resumo

O objetivo deste capítulo é analisar os impactos da usina hidrelétrica de Belo Monte, a partir da visão das populações das reservas extrativistas da Terra do Meio no estado do Pará. A primeira parte pretende destacar a espacialidade dessas populações, para então articular o arcabouço teórico da tese - voltado à noção de territorialidade na literatura da antropologia e da geografia - com os dados oriundos das pesquisas de campo. A segunda parte, visa a compreender os impactos de Belo Monte, a partir da visão dos ribeirinhos. Em particular, a análise ressalta tanto as dimensões presentes e entrelaçadas na visão das populações, como as contradições relacionadas à exclusão das reservas extrativistas como territórios atingidos pela usina.

Introdução

Na primeira parte deste capítulo, a territorialidade das populações ribeirinhas das reservas extrativistas (RESEXs) do mosaico de áreas protegidas (APs) da Terra do Meio será caracterizada a fim de articular o arcabouço teórico – apresentado no capítulo 4 - com as informações oriundas do campo. Tanto a observação participante, entrevistas semiestruturadas, reuniões com *stakeholders*, como a leitura de documentos oficiais relacionados à problemática foram fundamentais nesta etapa do estudo.

A segunda parte deste capítulo analisa as entrevistas semiestruturadas realizadas com os ribeirinhos das RESEXs. Os dados desta parte são primários e oriundos, principalmente, de três momentos distintos em campo⁹³. O primeiro, mais exploratório, foi quando as três RESEXs do mosaico foram visitadas. O segundo foi, especificamente, voltado aos ribeirinhos da RESEX do Iriri e o terceiro foi realizado em Brasília com objetivo de entrevistar representantes de órgãos governamentais envolvidos na problemática.

6.1. A territorialidade das populações ribeirinhas na Terra do Meio

“Pesquisadora, você tem terra natal, eu tenho é rio natal”⁹⁴

Associado ao conceito de território está a noção de territorialidade, considerada por Raffestin (1977, apud Saquet 2015) como uma “problemática social, complexa e relacional” que envolve dimensões tanto materiais como simbólicas da identidade e da diferenciação

⁹³ O capítulo 3 detalha as atividades realizadas nos três campos de pesquisa realizados.

⁹⁴ Fala de um ribeirinho entrevistado da RESEX do Riozinho do Anfrísio durante campo exploratório em 2016.

espacial (Soja, 1971, apud Saquet, 2015). Desta forma, a territorialidade é oriunda de um conceito híbrido e fruto da dinâmica socioespacial (Saquet, 2015). Para Santos (1994), é o seu uso - e não os territórios fixos em si - que o colocam como importante objeto de análise. O objetivo aqui é articular o arcabouço teórico acerca desta noção, os dados obtidos durante as pesquisas de campo, oriundos, principalmente, de observação participante e das entrevistas semiestruturadas com *stakeholders* - com as informações contidas em documentos oficiais, assim como os planos de manejo das RESEXs.

Esta primeira parte do capítulo pretende destacar a importância da territorialidade nas identidades “tradicionais” (Diegues, 2000) existentes na Terra do Meio. O território articula dimensões naturais e socioculturais e a noção de territorialidade está associada justamente ao que fornece vida, o que significa não conceber as UCs e TIs como “containers fixos” e sim considerando os fluxos sociais emaranhados que acompanham o tempo dos rios. Em particular, esta reflexão tem foco no modo específico em que as populações ribeirinhas das RESEXs da Terra do Meio, experienciam e organizam seus territórios.

Neste sentido, cabe mencionar que, apesar deste recorte espacial específico da pesquisa com enfoque nas RESEXs, a territorialidade (Saquet, 2015) ribeirinha na Terra do Meio foi considerada complexa em sua forma e dinâmica espacial, já que entrelaça escalas, mistura a lógica do espaço rural com a do urbano, forma uma trama de relações costurada por movimentos flexíveis que “borram” os limites fixos desenhados pelas fronteiras entre as distintas APs do mosaico.

O poder do laço territorial revela que o espaço é investido de valores não somente materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos (Bonnemaizon & Cambrezy, p.10, 1996).

Conforme foi explicitado no capítulo 4, a lente geográfica para a territorialidade ilumina a dialética socioespacial (Lefebvre, 2006), a dimensão política e a relação sociedade-espaço-tempo (Raffestin, 1993). Os espaços tanto reagem à sociedade como são organizados pela territorialidade a partir de suas distintas temporalidades (Saquet, 2015). A territorialidade é tanto um comportamento de uma determinada sociedade (Saquet, 2015) que organiza o espaço em múltiplas escalas (Soja, 1971), como também relações de poder que visam controlar, se apropriar e usar o espaço (Sack, 1986).

Conforme afirma Bertha Becker (2005), “a história de ocupação da Amazônia foi um processo repleto de sangue, suor e lágrimas” e, a origem dos ribeirinhos da Terra do Meio se relaciona diretamente à história dos seringueiros que, ao longo do tempo, misturou migrantes nordestinos, índios e outros povos da Amazônia brasileira.

A expressão dessas territorialidades, então, não reside na figura de leis ou títulos, mas

se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território (LITTLE, 2002, p. 86).

Considera-se que os ribeirinhos tenham uma história de vida comum (Almeida, 1988) que carrega um tipo de conhecimento associado e particular, que entrelaça seus territórios que, apesar de dispersos geograficamente, são unidos por uma rede de relações, conexões, modos de vida e cultura. Para Arruda (1999), os ribeirinhos apresentam:

Um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, normalmente, de base sustentável (ARRUDA, p.79, 1999).

Neste sentido, cabe notar que o objetivo deste capítulo é iluminar a espacialidade do modo de vida ribeirinho e ir além da definição dessas populações que consta no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) de Belo Monte:

Aquelas populações tradicionais que se localizam nas margens dos rios, nas águas dos ribeirões, igarapés e riachos, em habitações isoladas umas das outras. Tais populações são capazes de utilizar e conservar, ao mesmo tempo, os recursos naturais de que dependem.

Para compreender – sob enfoque socioespacial - a territorialidade ribeirinha no mosaico de AP da Terra do Meio, destaco algumas questões iniciais: (i) como se deslocam e se comportam socialmente?; (ii) de que forma se organizam no espaço?; (iii) como é o seu modo de vida?; (iv) de que maneira se comunicam?; (v) como se relacionam entre si e com a natureza?; (vi) quais as relações de poder existentes?; (vii) quais interesses e significados constroem seu espaço vivido?; (viii) quais escalas estão envolvidas?; (ix) como é a identidade territorial ribeirinha.

6.1.1. As tramas territoriais na Terra do Meio

As tramas territoriais (Saquet, 2003) criadas pelas populações tradicionais que habitam as diferentes áreas protegidas (APs) da Terra do Meio criam uma dinâmica territorial extremamente complexa. A localização geográfica já influencia bastante, pois a área se situa entre importantes estradas a norte - BR-230 (Transamazônica) e a oeste - BR-163 (rodovia Cuiabá - Santarém), ao sul as Terras Indígenas (TIs) Bau, Men Kragnoti e Kayapó e o rio Xingu e a usina hidrelétrica de Belo Monte a leste. De acordo com Chibnik (1994), os ribeirinhos do Peru vivem em pequenas comunidades dispersas pelo território e, na Terra do Meio, a população se espalha tanto dentro das três RESEXs – Xingu, Iriri e Riozinho do Anfrísio, como em seus territórios vizinhos, APs de outras categorias ambientais, como é o caso dos ribeirinhos

que vivem dentro da TI Cachoeira Seca e da ESEC da Terra do Meio. Assim, atualmente, existem três situações territoriais distintas: (i) moradores de RESEXs; (ii) sobrepostos em Unidades de Conservação (UCs) de proteção integral; (iii) sobrepostos em TIs.

Cabe destacar que a relação entre os ribeirinhos das RESEXs e das TIs da região é de proximidade, existindo relações de amizade e parentesco com indígenas, além de acordos de pesca, venda de farinha e organização de atividades de lazer em conjunto. Um exemplo foi o primeiro “Arraiá dos Beiradeiros” da Terra do Meio organizado no Porto de Maribel, TI Cachoeira Seca, que aconteceu em junho de 2017.



Convite da festa em Maribel



Barco no Iriri levando ribeirinhos para a festa

A configuração dos territórios das populações ribeirinhas apresenta algumas características comuns nas três RESEXs, já que o padrão espacial de dispersão da população e de organização da família e da comunidade é associado às forças históricas e ao recurso estruturante (rio). A intimidade e a ligação profunda com o território e com os recursos naturais são características marcantes de todas as famílias visitadas nas RESEXs e, em geral, os sistemas de subsistência dos ribeirinhos são complexos (Moran, 1974) envolvem tanto caça, agricultura, pesca⁹⁵ e criação de animais de pequeno porte como múltiplas atividades extrativistas (como castanha⁸⁹ e borracha)⁹⁶

⁹⁵ Os peixes mais comuns na dieta dos ribeirinhos entrevistados são: Pacu (preferido pelas famílias da Terra do Meio no dia a dia), Tucunaré, Fidalgo, Pescada, Curimatá e Surubim (pintado). Os peixes maiores sem tanta espinha são os que têm melhor preço e são considerados de “primeira” qualidade para venda, ou seja, mais valorizados nas cidades próximas.

⁹⁶ Peixes que, por meio dos comerciantes fluviais – mais conhecidos regionalmente como regatões - chegam à cidade para que os atravessadores possam revender



Afazeres diários na RESEX do Riozinho do Anfrísio

A população está dispersa em amplo território de conservação e a distribuição espacial das casas é decorrente de históricas relações de parentesco, compadrio e vizinhança. A localização das casas no “beiradão” – em sua maioria com telhado feito de palha de babaçu – por exemplo, se relaciona ao antigo sistema de colocações (Almeida, 1988) e o ciclo econômico da borracha na Amazônia.

Despite the historical connections with the outside world, ribereño villages are selfcontained in some ways. Villages grow or catch almost everything they eat, and they build their houses, furniture, and boats using local materials. Ribereños spend most of their time in their community, and most people find their mates in their own community or one nearby (CHIBNIK, p. 13, 1994).



Casa com telhado de Babaçu na RESEX do Iriri

Giral (onde ribeirinhos lavam louça dentro de casa)

O “beiradão” (como a população local chama a margem do rio) do Xingu, Iriri e Riozinho do Anfrísio é a feição fluvial onde as casas dos ribeirinhos (ou beiradeiros) são construídas, o que sugere a várzea como (micro) “território de referência” (Raffestin, 2003)

dessas populações. A agricultura de subsistência – ou roça -que contém produtos⁹⁷ fundamentais para a alimentação diária do ribeirinho, fica, normalmente, próxima das casas e tendem a respeitar as normas estabelecidas nos planos de manejo das RESEXs.

Após a criação das RESEXs na Terra do Meio - durante a primeira década dos anos 2000- foram feitas algumas mudanças na localização das casas a fim de regularizar a situação territorial, sendo preciso que famílias se adequem aos limites estabelecidos pelo Governo, o que gera desafios às populações locais relacionados à sua territorialidade. De acordo com o plano de manejo da Resex do Xingu (2012):

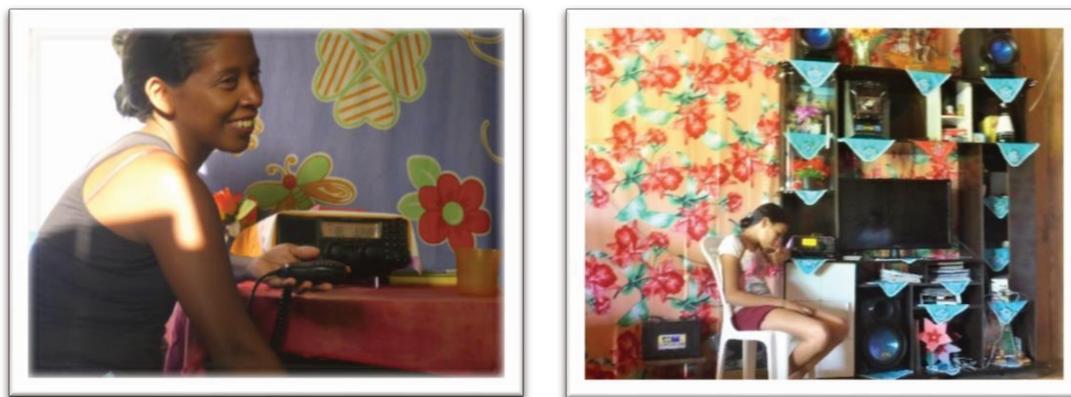
A distribuição atual das moradias dentro da área da RESEX é resultado do modelo de ocupação tradicional e do histórico de colonização da região, acentuado pela diminuição da população, devida à falta de opções econômicas dos últimos anos e às pressões dos grileiros para os ribeirinhos saírem da região (ICMBIO, p. 61, 2012).

Uma mudança de casa imposta pelo ICMBio, pode significar um distanciamento do ribeirinho de seu “pique de castanha”, familiares ou do seu ponto de pesca. Isso irá implicar – por exemplo - mais tempo e/ou dinheiro para gasolina para realizar atividades importantes à sua subsistência. Esse é um dos motivos de ainda existir resistência por parte de algumas famílias ribeirinhas que se encontram sobrepostas nos limites entre as APs do mosaico, por exemplo a ESEC da Terra do Meio ou no PARNA da Serra do Pardo.

Atualmente, as escolas funcionam como um fator de atração populacional, já que a proximidade com a escola significa menos tempo de deslocamento e portanto, menos gasto com combustível para o transporte. A escola, muitas vezes, se localiza em um “polo” da Resex que é um local que conta com mais infraestrutura, como, por exemplo, gerador para iluminação noturna ou rádio que possibilita melhor comunicação (nem todas as comunidades têm este meio de comunicação).

A importância do rádio é notável e ainda hoje representa a principal forma de comunicação nas RESEXs do mosaico em questão. Casamento, namoro, companhia, fofoca, distração, informação, tudo acontece via rádio. Pelo rádio é que se tem notícias dos amigos queridos, dos parentes doentes, das caronas possíveis à cidade de Altamira, e também é como se pede e se oferece ajuda em situação de emergência. Dessa forma, os moradores afirmam que o rádio foi uma mudança positiva nas RESEXs, facilitando muito a comunicação e a vida deles, em geral.

⁹⁷ A agricultura de subsistência é chamada pelos moradores locais de “roça” e contém basicamente os seguintes alimentos: jerimum caboclo, abóbora, inhame, batata, macaxeira, abacaxi, abacate, maxixe, cacau.



O rádio na sala de duas casas de ribeirinhos respectivamente na RESEX do Riozinho do Anfrísio e na RESEX do Iriri

Os territórios de conservação em questão são UCs isoladas e, além da cidade de Altamira (próxima à Volta Grande do Xingu, onde a barragem principal de Belo Monte foi construída), existem cinco outras que têm influência na territorialidade dos ribeirinhos da Terra do Meio. Uruará, por exemplo, é uma das cidades mais importantes para a dinâmica territorial relacionada à pesca, já que é via o porto de Maribel (localizado na TI Cachoeira Seca) onde existe acesso à rodovia Transiriri, Transamazônica e também à cidade de Altamira durante o período de seca. Conforme aponta o Plano de Manejo da Resex do Iriri (2010):

Além dos regatões, existem outros fluxos de comercialização na RESEX do Rio Iriri. Um deles é o de peixe das localidades Rio Novo e Boa Esperança diretamente para o Porto da Maribel no Baixo Iriri. O comprador vem de Uruará para buscar a produção e entregar o gelo, inclusive na época do inverno, quando a maioria dos regatões passa direto pela região. Este atravessador comercializa peixe com moradores de todo o Baixo Iriri, chegando a vir pessoas que moram a três horas de distância da Maribel. Além disso, a Maribel abriga uma mercearia, à qual os moradores recorrem para a compra de alguns produtos industrializados quando não têm peixe para vender e/ou trocar. Também existe um fluxo de venda de produtos, normalmente farinha e animais de pequeno porte (galinha e pato), diretamente para o garimpo Madalena. Porém este é realizado por poucos, normalmente do Médio e do Alto Iriri (ICMBIO, p.110, 2010).

A distância é uma variável que merece destaque aqui, pois é sentida de uma forma diferente pelas populações ribeirinhas das RESEXs por várias razões. Por exemplo, por morarem isoladas dos centros urbanos e dependerem de vários serviços e mercadorias, estão acostumados a percorrer muitos quilômetros num rio de difícil navegação. Nesse contexto, cabe notar que o ribeirinho sabe lidar muito bem com imprevistos que aparecem numa viagem pelas águas do rio, pois conhecem profundamente as soluções necessárias para as voadeiras, barcos e canoas.

O ritmo do modo de vida também é mais lento do que nos centros urbanos, além de totalmente influenciado pelos recursos naturais. O rio faz parte das atividades domésticas diárias das mulheres que o utilizam tanto para lavar roupas, como para tomar banho (de roupa), lavar louça e brincar com os filhos.



Mãe e filha lavando roupa no rio Iriri.



Criança ribeirinha no rio Iriri

A população da região norte do Brasil, em geral, chama de inverno⁹⁸ o período que chove e verão o período mais seco e são completamente ligados à variação de nível de água - período da vazante e da cheia. No clima equatorial da região amazônica, uma tradição é parar de trabalhar na hora do almoço, pois é praticamente inviável dedicar a qualquer atividade sob o sol, sendo momento perfeito para o cochilo do ribeirinho em sua rede na sombra ou um momento de tomar um banho de rio com as crianças.

Os três planos de manejo⁹⁹ das RESEXs mostram lacunas de conhecimentos científicos sobre esses territórios de conservação, no entanto, apresentam uma pequena parte do documento intitulada “*Territorialidade e Sazonalidade*”. Não à toa, a sazonalidade marca sim a territorialidade ribeirinha e merece destaque nesta análise, já que o rio é o recurso natural (e móvel) estruturante da territorialidade ribeirinha e, portanto, fundamental a toda organização socioespacial dessas populações.

O rio Xingu tem duas épocas bem distintas: a cheia e a vazante e o modo de vida ribeirinho é totalmente vinculado à adaptação das mudanças nas feições fluviais e variações do nível de água. O rio representa acesso de várias formas, em múltiplas escalas e dimensões. O rio viabiliza o acesso aos recursos pesqueiros (seja para subsistência e/ou venda), como também à realização de atividades de lazer com a família, além disso, é a “estrada” que possibilita visitar os parentes e amigos em outras comunidades, levar os filhos à escola ou comprar mercadorias e remédios na cidade mais próxima.

⁹⁸ Exatamente o oposto do que se chama inverno e verão em outras regiões do Brasil.

⁹⁹ O plano de Manejo da RESEX do Riozinho do Anfrísio foi publicado em 2010, a da RESEX do Xingu em 2012 e do Iriri 2010.

Neste sentido, o rio representa mobilidade espacial, é a principal via de locomoção¹⁰⁰ e fornece a principal fonte de proteína. Portanto, o rio influencia significativamente toda a organização, movimento e as temporalidades que permeiam as práticas cotidianas nas RESEXs no mosaico da Terra do Meio como um todo.

O território funda-se neste movimento, na diversidade e na unidade, nas desigualdades e diferenças, como afirmamos em Saquet (2003/2001). O território significa identidade, entendida como produto de interações recíprocas, de territorialidades, no âmbito das relações que acontecem entre a sociedade e a natureza. O território significa identidade, entendida como produto de interações recíprocas, de territorialidades, no âmbito das relações que acontecem entre a sociedade e a natureza (SA-QUET, p.71, 2007).

O extrativismo e a pesca (que antes se conservava no sal e hoje o regatão transporta gelo no isopor, o que possibilita melhor conservação e a possibilidade de percorrer longas distâncias) se destacam no modo de vida e na estruturação das relações sociais entre os ribeirinhos deste mosaico. De acordo com o Plano de Manejo do Iriri (2010):

Dentre as áreas avaliadas no diagnóstico ambiental - ictiofauna e pesca – que integram os estudos de impacto ambiental da usina hidrelétrica de Belo Monte, a região do Iriri foi a que apresentou o maior número de espécies exclusivas (setenta e três espécies) (ICMBIO, p. 53, 2010).

De acordo com Mauricio Torres (2008), um dos pesquisadores que colaboraram na elaboração do plano de manejo da RESEX do Iriri (2010), o modo tradicional de apropriação do território se torna evidente a partir da relação do ribeirinho com os castanhais e do valor e respeito ao trabalho relacionado ao reconhecimento de uma propriedade, entendida aqui como controle de uma porção do espaço. Nas RESEXs, um “pique de castanha” – muitas vezes – é adquirido por herança ou pela primeira pessoa a chegar ao castanhal, a que “zela” e trabalha na área (ou seja, abre os “piques” e limpa a “estrada”) é considerada proprietária. Dessa forma, se destaca o trabalho e o uso do solo como marcas da propriedade individual nas RESEXs, ainda que existam hoje em dia tanto piques de castanha coletivos como piques individuais e sobrepostos em outras categorias de APs na Terra do Meio:

Meu pique de castanha é na Terra Indígena, cachoeira seca. No Carajaí tem um pique de castanha coletivo, hoje em dia tem uns vinte piques lá (...) (entrevistado em 2017 na Resex do Iriri)

Paul Little (2002) ressalta que a origem desta forma de apropriação do território ribeirinho tem relação com a história dos seringueiros:

No plano fundiário, o que marca os grupos extrativistas da Amazônia é a apropriação

¹⁰⁰ Muitas vezes, ribeirinhos dessa região se referem ao rio como uma estrada, ou seja, como a principal via de deslocamento que permite acesso.

familiar e social dos recursos naturais, onde as “colocações” são exploradas por famílias, os recursos de caça e pesca são tratados na esfera coletiva e a coleta dos recursos destinados ao mercado é feita segundo normas de usufruto coletivamente estabelecidas (LITTLE, p.09, 2002).

Os limites de uso e propriedade individuais utilizados nas comunidades ribeirinhas são flexíveis e têm relação com a territorialidade dos mesmos no período marcado pelos seringais, quando mais importava a quantidade de seringueiras, as horas de deslocamento até elas e rios e igarapés que as dividiam do que hectares (Allegretti, 1994).

Em geral, as famílias ribeirinhas praticam mais de uma atividade extrativista para garantir sua subsistência e existe uma notável variedade de atividades produtivas que se adaptam à sazonalidade do rio e ao regime de chuvas da região.



Sr. Zézão¹⁰¹ com mantas de látex



Roça na casa de Sr. Herculano¹⁰²

Dentre as três RESEXs da Terra do Meio, a RESEX do Riozinho do Anfrísio se destaca na coleta da Castanha, Copaíba e Babaçu e a RESEX do Iriri tem a pesca como principal atividade econômica.

¹⁰¹ Morador da localidade da Volta da Pedra na RESEX do Xingu.

¹⁰² Fotos tiradas na RESEX do Xingu, 2016.



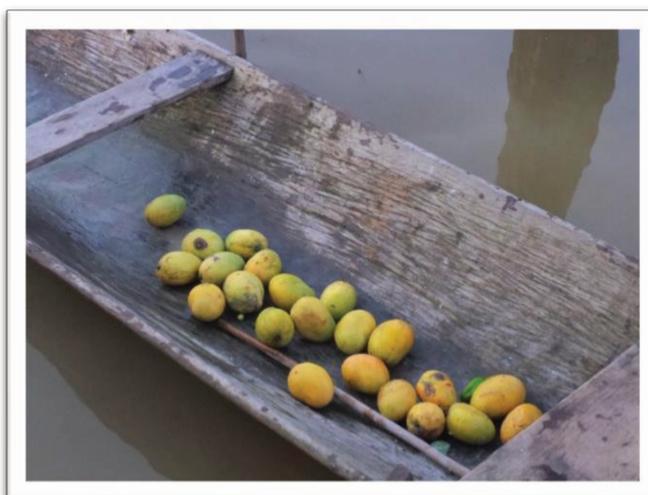
Raimundo¹⁰³ com Tucunaré.



Dadinho¹⁰⁴ no paiol de Castanha

De acordo com o plano de manejo das RESEXs, o processamento da farinha de mandioca também tem destaque e ocupa um lugar central em todas as RESEXs, tanto para a subsistência, como para comercialização, que acontece, normalmente, com os índios vizinhos e também em mercados das cidades próximas. Muitas comunidades hoje contam com casas de farinha construídas com apoio de projetos do ICMBio, conforme mostra a foto abaixo.

As frutas também fazem parte do dia a dia ribeirinho e da fartura de alimentos nas RESEXs.



Cajuí e manga na RESEX do Rizinho do Anfrísio

Faz-se necessário destacar a importância da caça¹⁰⁵ na alimentação diária do

¹⁰³ Morador da RESEX do Xingu.

¹⁰⁴ Morador da localidade de Bom Jardim na RESEX do Riozinho do Anfrísio

¹⁰⁵ As principais carnes de caças identificadas a partir das entrevistas foram: paca, capivara, porcão, anta, cutia, veado.

ribeirinho, pois apesar de sua indiscutível relevância por ser a principal fonte proteica consumida (Adams et al., 2005), a origem da proteína na dieta alimentar ribeirinha não conta apenas com o peixe.

Os animais de caça e quelônios são extremamente apreciados pelos ribeirinhos por constituírem uma ruptura na monotonia alimentar do cardápio diário, em geral constituído por peixe (SILVA, 2007).

A partir da análise das entrevistas, ficou evidente que as famílias detêm um rico “conhecimento tradicional” (Diegues, 1996), tanto sobre o que cada animal come e em que época, como sobre qual o melhor período e local para caçar. Os ribeirinhos afirmam que de maio a agosto, durante a vazante do rio, é a melhor época do ano para a atividade e o porcão, conforme mostra as fotos abaixo é um dos pratos preferidos das famílias das RESEXs.



Porcão na RESEX do Xingu



“Varal” com carne de Porcão na RESEX do Iriri

Os ribeirinhos detêm um domínio profundo sobre quando e onde terão melhor acesso aos recursos pesqueiros e a pesca acontece em territórios específicos (pontos de pesca) que – segundo plano de manejo - são acordados social e informalmente. As diversas atividades produtivas realizadas pelas famílias ribeirinhas do mosaico da Terra do Meio originam um calendário complexo adaptado à dinâmica fluvial e repleto de conhecimento tradicional que envolve tanto noções acerca da geomorfologia fluvial e da localização dos recursos naturais, como da época de reprodução e hábitos de espécies (Diegues, 2004).

As principais atividades que integram o modo de vida do ribeirinho nas RESEXs estão elencadas no quadro¹⁰⁶ abaixo com a proposta de contribuir ao entendimento da relação dos ribeirinhos com os recursos naturais que são utilizados ao longo de um ciclo anual, relacionados aos períodos de cheia e vazante do rio ao longo do ano.

¹⁰⁶ Este quadro foi inspirado no livro “Os Nuer” escrito por E.E. Evans-Pritchard.

Na região amazônica, existem duas estações principais – época das chuvas (inverno amazônico) e época da seca (verão) e duas secundárias – vazante e cheia do rio que determinam a possibilidade de realizar certas atividades:

A quebra da castanha acontece a partir de janeiro, e vai até o início de abril, isso quando é um bom ano. Normalmente, fico de 8h as 15hs no pique¹⁰⁷. De abril a junho, na vazante dos rios, quem tem roça vai fazer farinha pra vender pro regatão. A partir de junho, eu fico só na pesca (o patrão exige Pescada, Fidalgo, Tucunaré e Surubim).

Tabela 2 - Calendário ribeirinho de atividades extrativistas

RELAÇÕES ECOLÓGICAS E ATIVIDADES EXTRATIVISTAS DOS RIBEIRINHOS DAS RESEXES DA TERRA DO MEIO											
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
CHUVAS ¹⁰⁸ (INVERNO) ¹⁰⁹										CHUVAS (INVERNO)	
					PESCA ¹¹⁰						
SEGURO DEFESO ¹¹¹										SEGURO DEFESO	
					VAZANTE DOS RIOS						
BABAÇU E FARINHA ¹¹²											
					CAÇA						
								PLANTAR ¹¹³			
DESOVA TUCUNARÉ										DESOVA TUCUNARÉ	
			CHEIA DOS RIOS								
CASTANHA											
								ESTIAGEM			

¹⁰⁷ Estrada de castanha que tem acesso normalmente por igarapés.

¹⁰⁸ Os períodos elencados não devem ser considerados com rigidez, pois não são exatos, existem variações, como, por exemplo, neste ano a época das chuvas demorou e conseqüentemente a cheia do rio também. (auge).

¹⁰⁹ Segundo os moradores, março e abril são os meses mais característicos do inverno

¹¹⁰ Não significa que não se pesque nos outros meses do ano, porém esses são considerados os melhores meses de pescar para os ribeirinhos.

¹¹¹ No ano de 2016, o Seguro Defeso de pescadores das Resex foi suspenso.

¹¹² Com a chegada de outros tipos de óleo (como de soja ou de girassol) da cidade, a produção do óleo de Babaçu caiu bastante, mas algumas famílias mantêm o hábito de cozinhar algumas carnes de caça com o óleo – como a paca por exemplo. De qualquer maneira, o trabalho com a farinha de mandioca e o babaçu pode ser feito durante o ano inteiro.

¹¹³ O processo de plantio na “Roça” inclui um período para “brocar” e limpar o terreno – junho/julho, depois um período para queimar – agosto/setembro e finalmente se planta em setembro/outubro.

Desde 2011, o projeto “Rede de Cantinas da Terra do Meio”¹¹⁴ foi criado com o objetivo de incentivar tanto as atividades extrativistas, como de diversificar a produção das populações tradicionais. São 22 cantinas espalhadas pelas APs da Terra do Meio, sendo 11 nas RESEXs. As cantinas são voltadas para a comercialização da produção local e os antigos “Barracões da Borracha” foram inspiração para o desenvolvimento do projeto.

Quem coordena a cantina é chamado na Terra do Meio de “cantineiro”, figura responsável pela prestação de contas e administração do “capital de giro”. No início, as cantinas aceitavam apenas produção extrativista - castanha, copaíba e borracha, principalmente - em troca de mercadorias oriundas da cidade – como arroz, sabão, óleo e gás. A maioria das cantinas das RESEXs já aceita dinheiro, no entanto, muitos ribeirinhos não consideram o preço justo e preferem manter a troca de mercadorias pela sua produção extrativista. Apesar dos avanços relatados, a fala de um morador da RESEX do Riozinho do Anfrísio entrevistado expressa o desejo de melhorias em relação ao sistema:

O cantineiro não carrega nada, nem se mexe. Os ribeirinhos que devem levar os produtos e que gastam o seu combustível. O litro de gasolina na cantina é R\$ 5,59 e com o regatão R\$ 5,50. Algumas pessoas se beneficiam pela cantina, mas e as que trabalham com o peixe e o roçado?

Os ribeirinhos da Terra do Meio estão vivendo dentro de uma complexa teia social e econômica que inclui a relação com empresas e outras escalas de análise, para além da local. Existem contratos com empresas, tanto brasileiras como de fora do país e, para acompanhar esta relação, os ribeirinhos contam com o apoio do Instituto Socioambiental (ISA), do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLOA), Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).



Fotos tiradas na mini usina de produtos extrativistas em Rio Novo – RESEX do Iriri

¹¹⁴ Ver mais detalhes na reportagem: <http://amazonia.org.br/2018/10/extrativistas-movimentam-economia-em-areas-protegidas-no-rio-xingu/>

A empresa suíça Firmenich é a compradora do óleo de copaíba para utilização em cosméticos desde 2011, a empresa brasileira Mercur, compradora da borracha desde 2010, a empresa brasileira Wickbold compra castanha para a produção de pães desde 2015¹¹⁵. A partir de observações durante o campo, foi possível verificar novas oportunidades, como a empresa chamada “Ativa” interessada na compra do Mesocarpo (massa retirada do coco do babaçu). Segundo pesquisa¹¹⁶ realizada pelo IMAFLORA, o aspecto financeiro foi o principal elemento percebido e melhorado com o desenvolvimento do projeto das cantinas e toneladas de farinha de babaçu já foram vendidas para as merendas de escolas de municípios na região de Altamira.

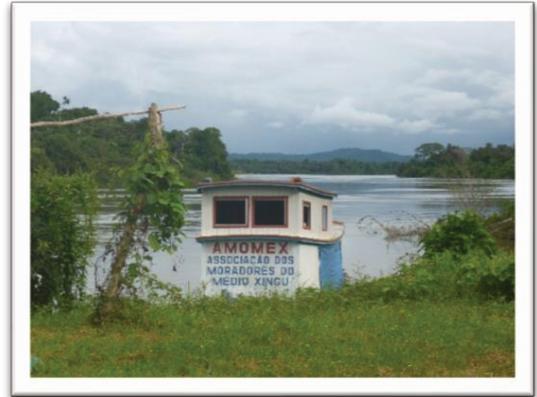
Apesar de ainda não atender todos os moradores nas RESEXs por conta das longas distâncias, a existência das cantinas representa um avanço na construção da autonomia das populações ribeirinhas em relação ao regatão (e ao histórico sistema de aviamento). Estes comerciantes fluviais amazônicos, mais conhecidos como regatões, ainda são muito importantes por comprar produtos e levar mercadorias rios acima na região e, principalmente, para as famílias das RESEXs que têm a atividade pesqueira como sua principal fonte de renda, podendo trocar mantimentos por peixe. Os regatões também eram chamados de “comissários volantes” durante o início da ocupação europeia na região, base do comércio lucrativo e ilegal na Amazônia (MacLachan, 1972, apud McGrath, 1999):

O regatão tem uma história longa e controvertida na Amazônia: de um lado, é visto como um pioneiro heroico, trazendo a civilização para produtores isolados na floresta (Goulart, 1968); de outro, como um atravessador sem escrúpulos, explorando os pobres da zona rural roubando comerciantes locais em seus negócios (Pena, 1973). Mas, apesar das diferenças de opinião, ninguém tem dúvida da importância do regatão para a sociedade e a economia amazônica. Junto com o caboclo e seu patrão, ele formava a base do sistema de aviamento e o nexa da luta para controlar o excedente que o sistema produzia (McGRATH, D., p.57, 1999).

Ainda sobre a autonomia dos ribeirinhos, a atuação das associações demoradores–AMOMEX, AMORERI e AMORA – merece destaque, pois resulta de um amadurecimento no processo organizativo dessas populações que estão dispersas num território de dinâmica extremamente complexa com diversas lideranças.

¹¹⁵ Informações coletadas em campo e complementada com a leitura da reportagem do dia 15 de fevereiro de 2016 no site: <http://amazonia.org.br/2016/02/ribeirinhos-e-indigenas-formam-alianca-para-fortalecer-a-economia-da-floresta-amazonica/>

¹¹⁶ Pesquisa publicada em Boletim do Imaflora divulgado em fevereiro de 2016.



Herculano (presidente da AMOMEX) com seus filhos em sua casa na RESEX do Xingu

CAPÍTULO 7 - MEDIDAS DE MITIGAÇÃO E COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NA TERRA DO MEIO

Resumo

Este capítulo¹¹⁷ analisa, em particular, as contradições relacionadas à exclusão das reservas extrativistas da Terra do Meio – um conjunto de áreas protegidas no estado do Pará - como territórios atingidos pelos impactos da usina hidrelétrica de Belo Monte. Pretende-se compreender a relação entre a distribuição espacial de “benefícios” decorrentes das medidas de mitigação e compensação ambiental, ou seja, de que forma a sobreposição da categoria que define “atingidos” pelos impactos de Belo Monte e a categorização e hierarquização de áreas protegidas afetou os ribeirinhos da Terra do Meio. O objetivo mais amplo foi dar visibilidade às reservas extrativistas do Xingu, do Iriri e do Riozinho do Anfrísio - e contribuir para a discussão sobre impactos de grandes projetos de infraestrutura em áreas protegidas, a fim de destacar novos desafios à governança ambiental na região amazônica brasileira.

Introdução

Na região amazônica brasileira, os impactos de grandes projetos de infraestrutura em áreas protegidas se inserem em debate sobre “*parks-with-people, conservation-with-development, and sustainable development*” (Zimmerer, 2000). Este capítulo tem como objetivo problematizar categorias espaciais, ambientais e socioculturais envolvidas nos impactos da usina hidrelétrica (UHE) de Belo Monte no mosaico¹¹⁸ de áreas protegidas (APs) da Terra do Meio para compreender o não reconhecimento das Reservas Extrativistas (RESEXs) - Xingu, Iriri e Riozinho do Anfrísio – como territórios atingidos.

A UHE Belo Monte é considerada a terceira maior do mundo e está localizada no rio Xingu¹¹⁹ no estado do Pará, um estado marcado tanto pela existência de múltiplas APs e presença de diversos povos e comunidades tradicionais, como pela concentração de recursos naturais e impactos de grandes projetos de infraestrutura. A Terra do Meio é um mosaico¹²⁰ que integra o chamado corredor da sociobiodiversidade do Xingu e abriga 10 APs, dentre as quais, três são TIs - TI Cachoeira Seca, TI Xipayá e TI Kuruaya. Dentre as UCs o mosaico é formado por diferentes tipos: existem cinco federais, sendo três UCs de uso sustentável - Resex do Xingu, Resex do Iriri, Resex do Riozinho do Anfrísio, duas UCs de proteção integral - Parque Nacional

¹¹⁷ Este capítulo envolve a discussão elaborada no artigo que será enviado para a revista *Environment and Society* e que contou com a colaboração do Prof. Dr. Fabio de Castro, supervisor da doutoranda durante seu intercâmbio no CEDLA – University of Amsterdam.

¹¹⁸ A Terra do Meio não é um Mosaico reconhecido pelo governo brasileiro, mesmo assim, neste estudo utilizei a palavra mosaico para me referir a este conjunto de diferentes APs entre o rio Iriri e rio Xingu.

¹¹⁹ A cidade de Altamira foi um dos polos de desenvolvimento durante a colonização da Amazônia e se situa justamente onde a Rodovia Transamazônica encontra o Xingu, importante e cachoeiras (Cummings, 1995).

¹²⁰ Cabe salientar que “o reconhecimento de um mosaico se dá quando existir um conjunto de UC próximas, justapostas ou sobrepostas, pertencentes a diferentes esferas de governo ou não.” MMA.

da Serra do Pardo e Estação Ecológica da Terra do Meio, e duas UCs estaduais – APA Triunfo do Xingu e FES do Iriri.

De maneira geral, as estratégias de conservação na região tem se desenvolvido a partir da criação e manutenção de APs e, no Brasil, incluem territórios indígenas (TIs)¹²¹, territórios quilombolas¹²² e Unidades de Conservação (UCs) que cobrem cerca de vinte e cinco por cento do território nacional (CNUC/MMA, 2011) e se concentram na região amazônica. Nesse aspecto, se comparado a outros países, o Brasil tem um modelo diferenciado de conservação, já que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC¹²³), criado em 2000, fortaleceu o papel das UCs e instituiu a categoria de UC de uso sustentável.

O argumento central deste capítulo é que, apesar dos avanços da legislação ambiental brasileira e do reconhecimento das populações ribeirinhas e seus direitos territoriais, formas de comensuração e categorização – espacial, sociocultural e ambiental - a partir de uma lógica tecnocrata e técnica dos atores estatais e privados, mediada por relações assimétricas de poder e conhecimento (Foucault, 1980) - tendem a gerar desigualdade na definição de “atingidos” por grandes UHEs na região amazônica.

Em particular, pretende-se compreender as contradições das medidas de mitigação e compensação ambiental (CA) da usina na Terra do Meio, analisadas no capítulo anterior (6) e evidenciadas através do olhar dos ribeirinhos das RESEXs sobre os impactos da usina, a partir da análise da sobreposição de categorias que envolvem as APs e as áreas de influência dos impactos de Belo Monte que define os territórios atingidos pelos impactos da UHE.

Cabe destacar que as três categorizações - ambiental, sociocultural e espacial, envolvidas na presente reflexão foram estabelecidas por “*stakeholders outsiders*”. Nesse sentido, destaca-se, especialmente, os órgãos governamentais responsáveis por APs na Amazônia brasileira - o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

As medidas de mitigação e compensação ambiental de Belo Monte são concebidas como mecanismos governamentais (Agrawal, 2005) e discursivos que visam a “incluir, visibilizar e beneficiar” os sujeitos ambientais, populações tradicionais da Terra do Meio, envolvidos na problemática. Especificamente, no contexto deste estudo, existem duas questões

¹²¹ A Constituição Brasileira de 1988 garantiu a proteção para as populações indígenas e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) reconheceu o direito dessas populações de explorar recursos naturais em seus territórios (Boher, 2008).

¹²² Decreto Federal Nº 4.8878.

¹²³ Lei 9.985 de 2000. Ver em <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>

que orientam a reflexão: (i) quais as implicações da categorização e hierarquização de APs na exclusão das RESEXs como territórios atingidos por Belo Monte (ii) e por que as RESEXs não se encaixam em nenhuma categoria passível de ser beneficiada pelos impactos da UHE.

7.1. Categorizações de áreas protegidas na Amazônia brasileira

Os sistemas de categorizações e classificações são fundamentais para orientar qualquer atividade de pesquisa acadêmica ou não. Agrupar semelhanças que uniformizam espaços de acordo com um determinado objetivo e criar diferenças e fronteiras podem contribuir na gestão e organização espacial. No entanto, cabe notar que as classificações são realizações humanas (Bowker and Star, 2000, apud Turnhout, 2018) que representam a “realidade” com limitações/lacunas e expressam uma escolha e um objetivo.

The choice of scale necessarily draws boundaries through ecological and social landscapes, which leads to exclusions and inclusions. (...) For that reason, a large part of conservation is about inscribing social boundaries on the landscape and, in so doing, defining spatial scales of political institutions. Either through rule setting, institution building, technology introduction, or education, conservationists are often interested in changing human-environment relationships in a very spatially defined way. This is most obvious in the case of protected area management, where social boundaries that are insert (TURNER, M.D., p.169, 2006).

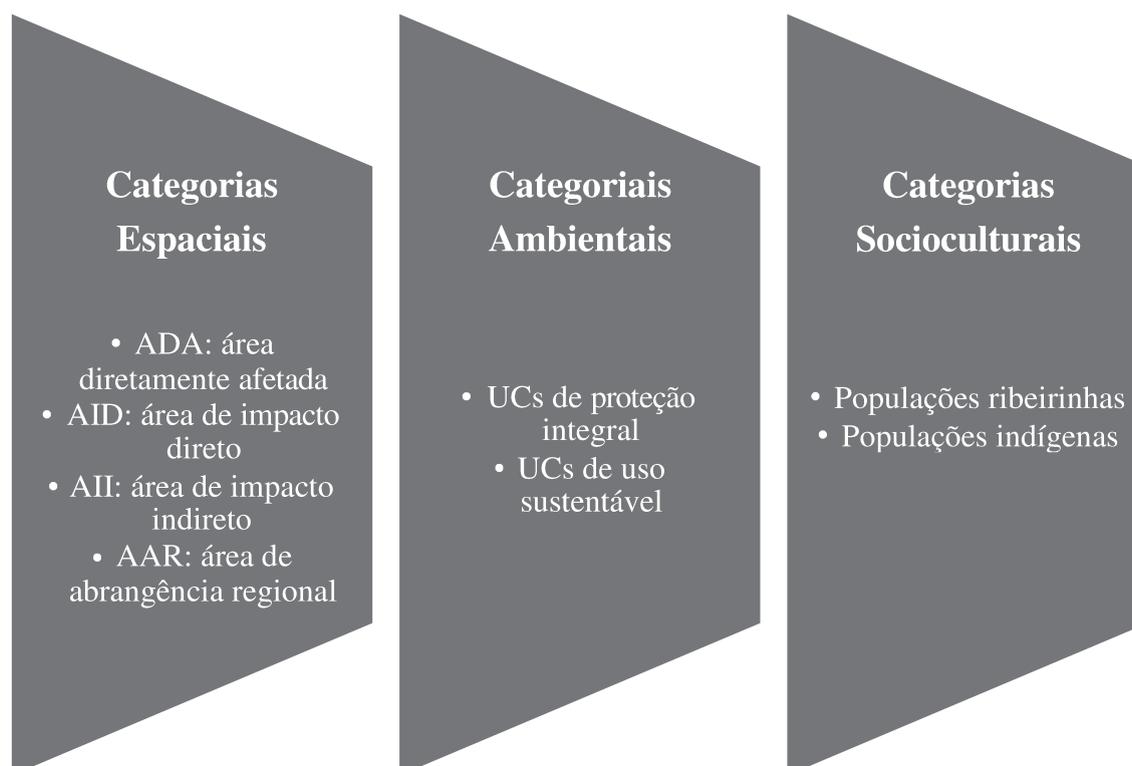
No contexto de construção de grandes UHEs na Amazônia, ocorre um processo de sobreposição das categorizações que acarreta em processos de inclusão e exclusão de territórios e, conseqüentemente, afetam populações tradicionais de maneiras diferentes.

A categorização ligada à dimensão sociocultural na Amazônia inclui as populações ribeirinhas¹²⁴ numa categoria mais ampla chamada no Brasil de “Povos e Comunidades Tradicionais”. No entanto, existem poucas pesquisas antropológicas sobre sociedades não indígenas amazônicas e “ribeirinho” é uma categoria imprecisa e estereotipada (Nugent, 2006), resultado de uma miscigenação de etnias - branco, negro e indígena (Parker, 1985). Já a categorização relacionada à dimensão ambiental encaixa as Reservas Extrativistas (RESEXs) como UC de usos sustentável. Cabe destacar o único trecho do Relatório de Impacto Ambiental (Rima) da UHE Belo Monte que faz referência aos ribeirinhos das RESEXs em questão:

Populações tradicionais ribeirinhas – cerca de 350 famílias – moram nas Reservas Extrativistas (RESEXs) do Rio Iriri, do Riozinho do Anfrísio, Verde para Sempre e do Médio Xingu, às margens dos rios Xingu, Iriri e Curuá. Essas populações têm seu modo de vida dependente do rio, de onde tiram seu sustento, utilizando e conservando, ao mesmo tempo, os recursos naturais dos quais dependem” (RIMA, p.44, data).

¹²⁴ A discussão teórica sobre as populações ribeirinhas foi abordada com mais profundidade o capítulo 5.

A categoria espacial em questão considera toda a bacia hidrográfica do rio Xingu como a Área de Abrangência Regional (AAR) dos impactos da UHE de Belo Monte, o que inclui o mosaico da Terra do Meio.



No contexto de construção de grandes UHEs e consequentes plano de CA na região amazônica, a categorização ambiental ligada às UCs define, a partir de lógicas conservacionistas, hierarquias que priorizam as de proteção integral em detrimento das de uso sustentável. No presente estudo, a análise se desenvolveu a partir do plano de CA de Belo Monte na Terra do Meio que demonstra que, apesar dos avanços significativos no reconhecimento de direitos territoriais de populações ribeirinhas, existe um processo em curso de reprodução da invisibilidade dessas populações.

As categorizações de UCs também estão associadas à noção de “*measurementality*”¹²⁵ (Dean, 1999; Foucault, 1991 apud Turnhout, 2018) que, assim como “*environmentality*”, se origina a partir da noção de “*governmentality*” que aponta as relações de

¹²⁵ Para Turnhout (2018), a plataforma IPBES ilustra bem a “*measurementality*”, pois orienta uma perspectiva econômica acerca da biodiversidade e se fundamenta no atual paradigma neoliberal.

poder, conhecimentos e instituições (Agrawal, 2005) que permeiam as formas de discursos tecnocráticos que orientam a conservação (Igoe, 2004) na Amazônia. Segundo Turnhout (2018), este conceito de ‘*measurementality*’ significa a ‘*art of neoliberal governance*’ que reduz e divide o ambiente em unidades padronizadas, comensuráveis e intercambiáveis. Tal estratégia pode ser entendida em contexto mais amplo de decomodificação da natureza e sendo também um bom exemplo do que Büscher and Dressler (2007) denominam de “*discursive blur*”.

Ambas contradições que serão discutidas neste capítulo relacionam-se à categorização e hierarquização de APs e estão associadas às tecnologias governamentais que criam identidades ambientais (Agrawal, 2005) na Terra do Meio. Além da análise das entrevistas semiestruturadas realizadas com os ribeirinhos e com outros *stakeholders*, a leitura de documentos elaborados tanto pelas associações de moradores das RESEXs como por órgãos governamentais envolvidos na problemática foi fundamental.

A primeira contradição está ligada, especificamente, à categoria de Povos e Comunidades Tradicionais” (que inclui os ribeirinhos e os indígenas) e ao reconhecimento da TI Cachoeira Seca como território impactado diretamente pela UHE, apesar de - assim como as três RESEXs da Terra do Meio - se localizarem geograficamente distantes da barragem. Não é por acaso que “*traditional people*” seja considerado por muitos estudiosos da área como um conceito abrangente e se faz necessário aqui, problematizar a criação e apropriação das categorias envolvidas (Carneiro da Cunha e Almeida, 2000). A associação do papel dos povos tradicionais com a conservação ambiental foi um processo intencional que reposicionou estes grupos sociais no contexto da região amazônica a partir do status de importantes aliados:

They are ready for a trade-off: in return for control of the territory, they commit themselves to providing environmental services (CARNEIRO DA CUNHA E ALMEIDA, p.317, 2000).

A segunda contradição se refere à sobreposição da categoria espacial que mantém a Terra do Meio fora das áreas de impacto direto e indireto da usina com a categoria ambiental ligada às diferentes UCs da Terra do Meio. A análise ilumina a lógica conservacionista que ainda sustenta e conduz o processo de decisão sobre alocação dos recursos de compensação ambiental (CA) de grandes projetos de infraestrutura que, ao hierarquizar as UCs, mantém a categoria de UC de proteção integral como prioritária, excluindo as RESEXs como territórios que poderiam ser beneficiados por tais recursos.

Cabe notar que na Amazônia existem diferentes instituições que atuam como *key stakeholders* e que muitas vezes não dialogam entre si e têm diferentes objetivos e motivações:

In Brazil, numerous co-management system initiatives have been developed since the 1990s, as part of a strong environmental movement and institutional change

(Hochstetler and Keck 2007). In the Amazon, this process started with designing extractive reserves as part of alliances between international organizations and local NGOs (Brown and Purcell; Brown and Rosendo 2004), followed by a more active role of the state in providing new legal mechanisms to promote state and nonstate partnerships (Hochstetler and Keck 2007) (CASTRO, p.229, 2013).

No mosaico de APs da Terra do Meio os “*multistakeholders*” (Pellow, 2000) no contexto de impactos de Belo Monte podem ser resumidos pelas seguintes instituições: Associações de Moradores das RESEXs (AMOMEX, AMORERI e AMORA), Norte Energia (empresa responsável por Belo Monte), ICMBio (órgão governamental gestor das RESEXs), FUNAI (órgão que representa os indígenas), IBAMA (órgão responsável pela fiscalização e licenciamento) e o ISA (ONG que atua tanto nas TIs e como nas UCs do mosaico e apoia diversos projetos importantes).

7.2. O controverso plano de compensação ambiental de Belo Monte

No Brasil, a CA¹²⁶ tem como objetivo compensar impactos não mitigáveis de grandes obras de infraestrutura pela destinação de recursos financeiros à manutenção e criação de UCs¹²⁷, ou seja, visa a fortalecer o SNUC. No entanto, segundo a legislação ambiental, os recursos de CA devem beneficiar – prioritariamente - as UCs de proteção integral. A segunda contradição se refere à alocação de recursos de CA de Belo Monte e evidencia a hierarquização de APs na região amazônica sob uma lógica conservacionista. A implementação e gestão¹²⁸ de APs cria critérios, categorias, hierarquias e sobreposições que, no contexto de impactos de grandes UHEs, acarretam tanto processos de inclusão como de exclusão de territórios e populações.

Dessa forma, as UCs de Uso Sustentável somente se tornam “elegíveis” a alocar recursos de CA sob condições bem específicas: (i) se estiverem localizadas dentro da ADA dos

¹²⁶ Dois órgãos governamentais foram criados e são os responsáveis pela CA de maneira mais direta, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente (MMA), existe a Câmara Federal de Compensação Ambiental – CFCA¹²⁸ – criada (Portaria MMA nº 416, de 3 de novembro de 2010) com objetivo principal de supervisionar e orientar o cumprimento da legislação federal. No entanto, o plano de destinação de recursos é realizado por outro órgão, o Comitê de Compensação Ambiental Federal – CCAF, a partir de uma ordem de prioridade definida no art. 33 do decreto 4340/02.

¹²⁷ Conforme aponta o artigo 36 da Lei 9.985/2000, que instituiu o SNUC, orientado pelo princípio do poluidor-pagador.

¹²⁸ A administração de APs envolve novas instituições e práticas políticas (Morsello, 1999: 140 apud Ferreira, 2004) e, no Brasil, a governança envolve cinco instituições principais: Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Fundação Cultural Palmares (FCP), Instituto Chico Mendes para a Conservação e Biodiversidade (ICMBio) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) (Castro et al., 2012).

impactos da obra; (ii) caso o EIA-Rima reconheça impacto em sua zona de amortecimento¹²⁹. Segundo a resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), caso não exista uma UC atingida pelo grande empreendimento, os recursos serão aplicados na criação ou manutenção de UCs de proteção integral no mesmo bioma da região onde a obra será construída, o que justificaria a alocação do recurso em qualquer UC da Amazônia. Porém, fronteiras políticas não são neutras e sim imersas nas condições e dinâmicas sociais, o que implica intrinsecamente relações de poder (Novak, 2011).

Desde 2011, os Conselhos Deliberativos¹³⁰ das RESEXs – em parceria com *stakeholders* (pesquisadores de universidades federais e representantes dos órgãos governamentais e não governamentais) enviaram documentos aos responsáveis pela CA no governo com o objetivo de alcançar algum reconhecimento quanto aos impactos de Belo Monte¹³¹. Nestes documentos, os ribeirinhos moradores das RESEXs do Riozinho do Anfrísio, do Iriri e do Xingu chamam a atenção, principalmente, para: (i) Impactos na pesca¹³² – conflitos por áreas e pressão; (ii) impactos na renda – diminuição do poder de compra dos moradores das RESEXs; (iii) impactos no atendimento à saúde - devido ao aumento populacional em Altamira; (iv) desestruturação de laços sociais e familiares em Altamira – o que dificulta aos ribeirinhos das RESEXs terem uma “casa de apoio” quando estão na cidade e; (v) aumento de atividades madeireiras ilegais – impactos decorrentes na caça, áreas de extrativismo e medo em relação a possíveis invasões e conflitos.

No entanto, o primeiro plano apresentado pelo Comitê de Compensação Ambiental Federal (CCAF) não incluiu as RESEXs e destinou 72% dos recursos totais (equivalente a 92 milhões de reais) para o o Parque Nacional (PARNA) do Juruena no estado de Mato Grosso - fora da bacia hidrográfica do Xingu e, portanto fora da AAR dos impactos de Belo Monte. Cabe notar que esta UC de proteção integral está localizada a mais de 800 km da barragem principal, além de ser uma das UCs que mais recebe recursos do Programa de Áreas Protegidas da

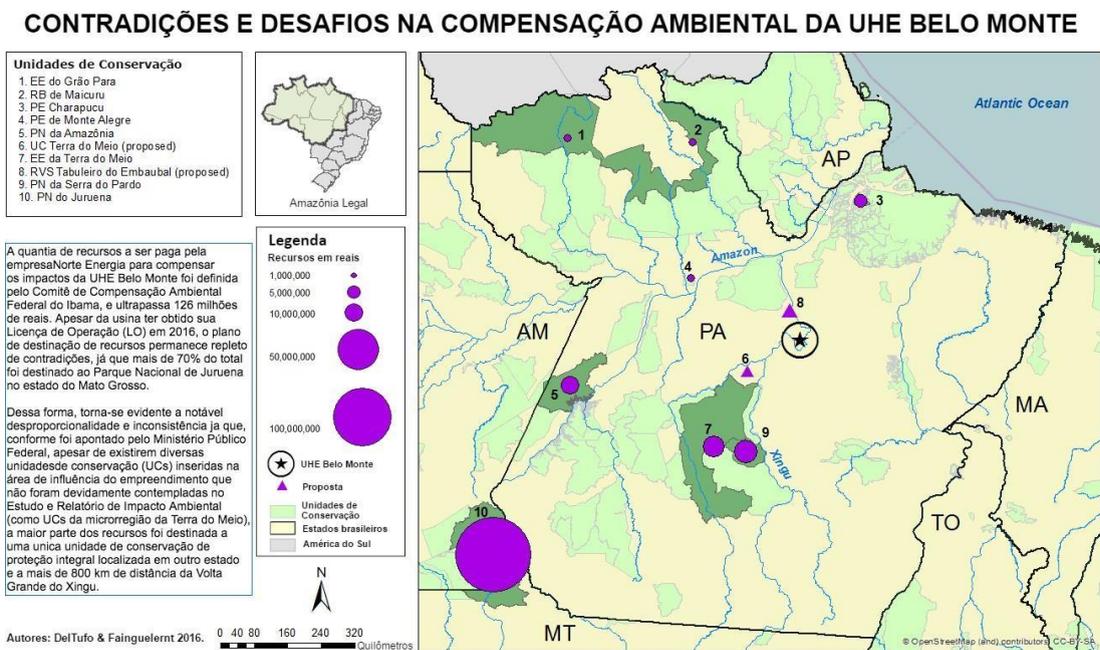
¹²⁹ Segundo o Art. 2º, inciso XVIII, do SNUC (BRASIL, 2000): zona de amortecimento é o entorno de uma unidade de conservação, que foi definida com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.

¹³⁰ Órgão responsável pela administração da RESEX é formado por representantes do primeiro e terceiro setor, além das lideranças das populações tradicionais residentes na área protegida.

¹³¹ Em junho de 2015, após diversas denúncias realizadas por ribeirinhos, a procuradora Thais Santi organizou uma inspeção, coordenada pelo MPF, que contou com a participação tanto de representantes do Ibama, Funai, CNDH, ICMBio, DPU, e DPE, como pesquisadores da Unicamp, USP e UFPA. Para ver na íntegra o documento: http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2015/arquivos/Relatorio_inspecao_ribeirinhos_Belo_Monte_junho_2015.pdf

¹³² Ver documento do IBAMA que fornece à última licença necessária à Belo Monte – Licença de Operação (LO) – em que apresenta todas as condicionantes a serem cumpridas (Nº 1317/2015), já que existe uma condicionante relacionada a assistência a pesca nas RESEXs que foi incluída.

Amazônia (ARPA¹³³). Nota-se no mapa abaixo que apenas duas UCs da Terra do Meio foram incluídas no plano original de CA de Belo Monte: ESEC da Terra do Meio e PARNA da Serra do Pardo.



Mapa sobre o primeiro plano de CA de Belo Monte, 2016.

As UCs da bacia hidrográfica do Xingu receberam apenas 34 milhões de reais e devido à tamanha desproporcionalidade, o Ministério Público Federal (MPF) impetrou uma Ação Civil Pública (ACP¹³⁴) no dia 05 de abril de 2016 contra NESA, IBAMA e o ICMBio. Para a procuradora Thais Santi¹³⁵:

Esse desvio na destinação dos recursos da compensação ambiental é reflexo da invisibilidade dos grupos ribeirinhos que habitam os rios da região no processo de licenciamento ambiental e é resultado da omissão do ICMBio em reconhecer que as Unidades de Conservação do médio Xingu são impactadas por Belo Monte.

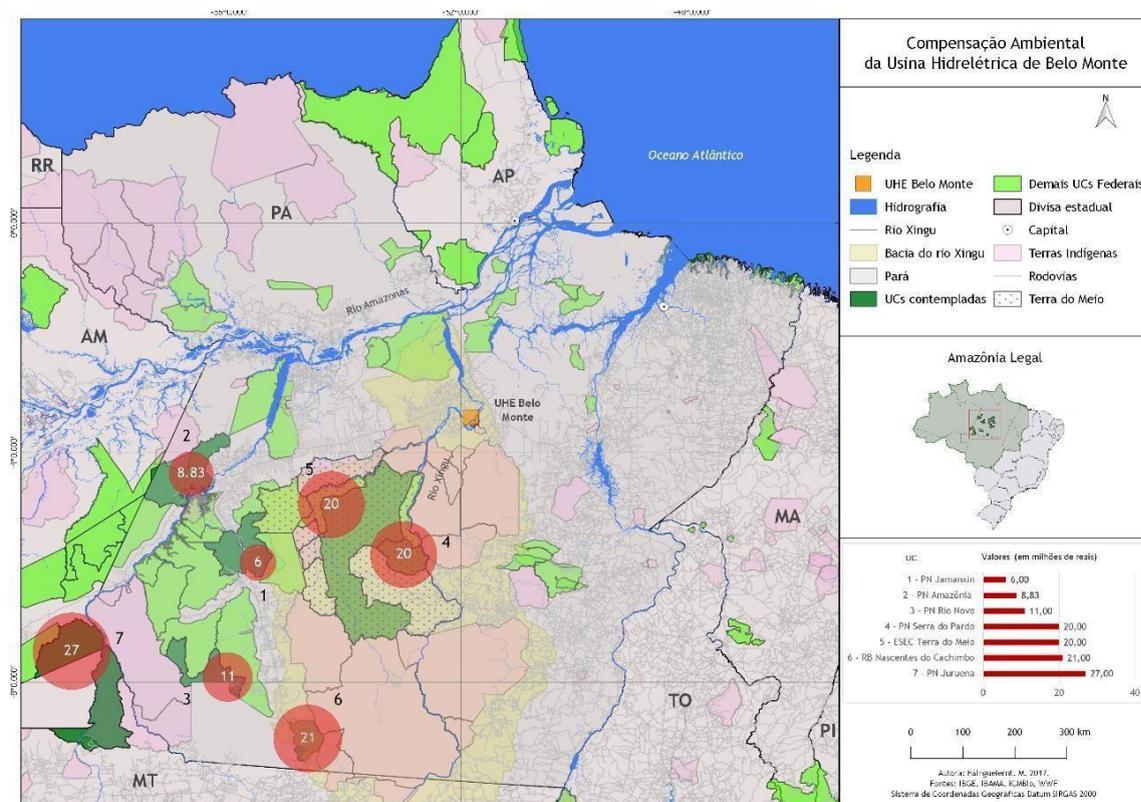
Destaca-se que esta ACP foi uma incisiva tentativa de contribuir para o processo de reconhecimento das RESEXs da Terra do Meio como territórios impactados, no entanto nenhuma alteração foi feita nesse sentido. Em abril de 2016, o IBAMA e o ICMBio foram

¹³³ Mais informações: <http://www.mma.gov.br/mma-em-numeros/programa-arpa>

¹³⁴ Verificar ACP em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2016/liminar-belo-monte-compensacao-ambiental.pdf/view>

¹³⁵ Reportagem sobre polêmica: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/justica-decide-que-compensacao-de-belo-monte-deve-ficar-no-xingu>

obrigados a apresentar uma proposta de redesignação dos recursos da CA de Belo Monte, assumindo a contradição apontada pelo MPF de alocação de maior parte dos recursos para o PARNA do Juruena e a responsabilidade por priorizar devidamente as onze UCs da bacia hidrográfica do Xingu. Assim, o segundo plano teve como objetivo redistribuir os recursos de CA e as UCs de proteção integral da Terra do Meio já contempladas no plano anterior passaram a receber uma quantia maior que pode ser observada em detalhes no mapa abaixo:



Mapa do segundo plano de CA de Belo Monte, 2017.

Ainda sobre a desigual e hierárquica distribuição de “benefícios” entre UCs no mosaico, destaca-se o documento intitulado Informação Técnica¹³⁶ (IT), no qual, além do IBAMA propor que a ESEC Terra do Meio (segunda maior UC de proteção integral do país e, neste caso, mais próxima à Belo Monte) – seja beneficiária dos recursos de CA, o documento propõe a inclusão de outras categorias de UCs da Terra do Meio como territórios que poderiam alocar recursos de CA da usina. Os analistas ambientais envolvidos salientaram possíveis vulnerabilidades decorrentes da UHE no mosaico – como invasão de terras e regularização fundiária – e fazem referência ao “bloco de UCs da Terra do Meio” como um dos maiores

¹³⁶ IT N 51/2011 foi assinado em 28 de julho de 2011.

corredores de biodiversidade do mundo. Nota-se ao final do documento, a perspectiva evidentemente ligada à gestão compartilhada e integrada que acompanha o posicionamento exposto, assim como uma lente preservacionista no que diz respeito à sociobiodiversidade na região amazônica.

Apesar de todas as evidências e informações contidas nos documentos e relatadas em entrevistas com atores-chave, informações sobre CA foram escassas durante as pesquisas de campo realizadas nas RESEXs. Fora os presidentes das associações que estavam mais bem informados, quase nenhum ribeirinho estava acompanhando de perto esta polêmica acerca dos planos de CA de Belo Monte.

Por um lado, diante da significativa contribuição das UCs para a redução e contenção do desmatamento no Brasil e a falta de financiamento de UCs um dos grandes desafios enfrentados pelas UCs (Geluda et al. 2015), destaca-se a importância da CA como mecanismo capaz de fortalecer o SNUC e, portanto, a conservação da biodiversidade no Brasil. No entanto, além da execução dos recursos financeiros oriundos de CA ainda se configurar como um desafio aos órgãos gestores e empreendedores, o processo de decisão acerca dos recursos da CA ainda carece de transparência sobre os critérios de elegibilidade de UCs, como também participação de outros setores da sociedade no processo de decisão sobre a distribuição espacial dos recursos de CA, realizado até hoje apenas no âmbito governamental.

7.3. As medidas de mitigação do outro lado do rio Iriri

Para discutir a contradição relacionada à dimensão sociocultural (ou étnica), será problematizada a sobreposição entre a categorização espacial que define quais territórios são atingidos por Belo Monte e as categorizações que envolvem os territórios de populações tradicionais na Terra do Meio. Destaca-se que a FUNAI exigiu no EIA-RIMA de Belo Monte uma parte específica a respeito dos impactos em TIs, o que deu origem ao Plano Básico Ambiental de Componente Indígena (PBA-CI). Assim, a despeito de todo o mosaico integrar a área de abrangência regional (AAR) da usina (conforme mostrou o capítulo 2), a única AP que foi considerada diretamente impactada pela UHE no mosaico foi a TI Cachoeira Seca. A análise das entrevistas realizadas com moradores das RESEXs, mostra que quando ribeirinhos se comparam às populações indígenas em relação aos impactos de Belo Monte, estes se sentem excluídos, e no dizer deles: “A Norte Energia só olhou para os lados dos índios e do mesmo jeito a usina atinge a gente, porque é tudo perto, moramos na beiradinha do mesmo rio e fomos esquecidos.”

Apesar de um entrevistado afirmar que “ribeirinho é tipo índio e tem direito pela lei”, existe uma diferença significativa no Brasil quanto ao tratamento entre as diferentes populações tradicionais. A construção de uma identidade amazônica é um assunto altamente complexo (Balee, 2009) e os indígenas são grupos culturais que a partir da lei 6.001, promulgada em 1973, se tornaram mais proeminentes do ponto de vista das políticas pública sob tutela de um órgão indigenista (antes da criação da FUNAI).

No entanto, somente com a Constituição Federal de 1988 foi que os índios tiveram o direito de manter sua cultura assegurada. Como povos originários¹³⁷, as populações indígenas apresentam uma identidade étnica diferente culturalmente e, muitas vezes é considerada uma cultura mais pura, expressiva, exótica e atraente do que outras populações tradicionais, o que, muitas vezes, também contribui para uma visão idealizada e/ou romantizada desses povos. Já os seringueiros começaram a se organizar mais em forma de movimento articulado com ONGs ambientalistas nacionais e internacionais e ganharam visibilidade no final de 1988, no estado do Acre, após o assassinato do líder Chico Mendes. Neste período, junto com os grupos indígenas, criaram a “Aliança dos povos da floresta” e em 1990 a primeira RESEX foi criada no Brasil (Carneiro da Cunha e Almeida, 2000).

No contexto específico de Belo Monte, a resistência indígena à usina – que se chamou Kararaô (grito de guerra Kaiapó) até 1989¹³⁸ - foi notável desde os primeiros estudos de aproveitamento hidrelétrico realizados ainda durante o período repressivo e totalitário da ditadura militar no país (1964-1985). Os Kaiapós, desde essa época, se tornaram etnia símbolo da luta contra a construção da UHE e - através de uma rede de articulação com organizações não governamentais e movimentos sociais – além de terem atingido a escala de debate internacional, resistiram à obra por mais de 25 anos, o que não impediu a construção da usina, mas acarretou constrangimentos e mudanças¹³⁹ no projeto original.

O PBA-CI¹⁴⁰ foi elaborado pelo empreendedor e devidamente analisado e aprovado pela FUNAI. Este documento segue a orientação do EIA da usina e, de acordo com os distintos graus de influência dos impactos da UHE definidos, dividiu as TIs em quatro distintos grupos, sendo que a TI Cachoeira Seca foi – apesar de distante da barragem principal - considerada um

¹³⁷ Ver artigo 231 da Constituição Federal de 1988 sobre direito à Terra Indígena.

¹³⁸ Este momento originou uma fotografia que viajou o mundo mostrando a índia Tuíra (Kayapó) na ocasião da conferência encostou seu facão no então presidente da Eletronorte expressando sua luta contra construção da barragem e o nome indígena dado à usina.

¹³⁹ Atualmente, Belo Monte é considerada uma usina a fio d'água, o que significa que ocorreu uma revisão do projeto e uma redução da área de alagamento.

¹⁴⁰ Ver documento “Componente Indígena Processo 08620.2339/00 Parecer nº 01/CGGAM/2012”.

território diretamente atingido pela UHE, apesar de integrar a AAR, como as outras APs da Terra do Meio.

O que justificaria apenas este território ser diretamente atingido por Belo Monte na Terra do Meio? A justificativa espacial ligada à área de influência expõe uma contradição espacial, já que a TI e a RESEX do Iriri compartilham o mesmo rio – Iriri – e estão localizadas na mesma distância em relação à barragem, sendo que a RESEX foi “oficialmente invisível” no conteúdo do EIA de Belo Monte e assim permaneceu até que o IBAMA acrescentasse a condicionante da LO sobre assistência à pesca nas RESEXs em 2015.

Sobre a desarticulação de atores na Terra do Meio, um ribeirinho chamou a atenção para o “tempo político” de se manifestar e lutar pelo reconhecimento de direitos no contexto de impactos de Belo Monte:

As lideranças dizem que o ICMBio não tomou pé da situação como a Funai e acabaram os deixando fora das compensações de Belo Monte. Infelizmente, minha vivência mostra que os impactos da usina chegam a mais de 400 km de distância (entrevistado na Resex do Riozinho do Anfrísio em 2016).

A organização política e capacidade de articulação entre diferentes atores e relações de poder também foi salientada nas entrevistas de campo:

O cacique Raoni desde sempre brigou contra e nós não fizemos nada na época que deveríamos, não sabíamos nem assinar o nome, nem o que era uma associação direito. Indígenas tinham quem brigasse por eles. Tem lei que protege o ribeirinho, mas nós não sabemos disso, não tínhamos o conhecimento para brigar e sermos reconhecidos no PBA (entrevistado da Resex do Iriri em 2016).

Por outro lado, apesar da maioria dos ribeirinhos das RESEXs se compararem com os indígenas vizinhos, colocando os índios em uma posição privilegiada, é necessário destacar que o PBA-CI foi bastante criticado e suas medidas mitigadoras extremamente polêmicas. A atual procuradora do Ministério Público Federal (MPF) do Pará – Thaís Santi, por exemplo, acusou as medidas de acarretarem um “etnocídio”.

Apesar de o ribeirinho, em geral, pescar menos que os indígenas da região estão bem melhores do que eles. A citação abaixo de uma das entrevistas realizadas com ribeirinhos também corrobora com as críticas do MPF e aponta para consequências desastrosas dos “benefícios” oriundos deste pacote de mitigação desenhado pelo PBA- CI:

Os nossos vizinhos indígenas estão parando de plantar, a NESA está dando uma ajuda que não é ajuda. Nós queremos coisas a longo prazo, como investimento em saúde e educação de qualidade... A nossa vida está no rio! (entrevistado na Resex do Iriri em 2017).

No caso dos ribeirinhos da RESEX do Iriri e dos indígenas da TI Cachoeira Seca, a

territorialidade dos indígenas e ribeirinhos da Terra do Meio se entrelaçam e está associada a relações afetivas ou de parentesco, atividades de lazer, venda de farinha e pesca. Estas populações dividem um trecho longo do rio Iriri e mantêm acordos sobre territórios de pesca, a fim de orientar a realização das atividades e evitar conflitos na área.

Além do mesmo rio, indígenas e ribeirinhos na Terra do Meio compartilham o mesmo porto para desembarque pesqueiro – porto de Maribel, áreas de diversão e lazer e o acesso rodovia Transiriri e Transamazônica. A TI Cachoeira Seca fornece a única forma de acesso à cidade de Altamira no período da seca, em que a navegação desse trecho se torna inviável. Nesta área, existe também o desafio de sobreposição de populações ribeirinhas na TI Cachoeira Seca e atores locais apontam para este quadro de maneira contundente, já que se o ribeirinho da RESEX é esquecido na Terra do Meio, o ribeirinho que se encontra sobreposto na TI é invisível perante às políticas públicas (Torres, 2012).

Considerações finais

Analisar a territorialidade humana contribui para a visibilidade do ponto de vista de populações historicamente negligenciadas que lutam por direitos e tentam se estabelecer em seus territórios na Amazônia brasileira. A partir do estudo da territorialidade ribeirinha na Terra do Meio foi possível compreender a visão que têm dos impactos de Belo Monte e também as contradições acarretadas pela sobreposição de categorias – sociocultural, ambiental e espacial – e mecanismos de *environmentality* tornaram-se na Terra do Meio.

Toda relação de poder espacialmente medida é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e seus grupos sociais. E vice-versa: todo processo de identificação social é também uma relação política, anunciada como estratégia em momentos de conflito e/ou negociação (HAESBAERT, p.107, 2004).

A definição do território da usina com a delimitação de distintas áreas de influência de impactos vem se desenvolvendo a partir de uma hierarquia que privilegia aspectos físicos, concretos e abióticos em detrimento de aspectos sociais e culturais. Dessa forma, os estudos de impacto ambiental desconsideram aspectos mais simbólicos das transformações acarretadas por grandes projetos e, portanto, desconsidera também dimensões importantes da territorialidade das populações atingidas.

Ressalta-se que o mosaico se configura em uma escala de análise fundamental para avaliar impactos ambientais de grandes projetos de infraestrutura na região, já que é necessário incluir a complexidade da dinâmica territorial, onde diferentes territorialidades, interesses e

*stakeholders*¹⁴¹ coexistem e se misturam. Por fim, cabe ressaltar o papel da academia e da pesquisa neste contexto de aprimoramento deste instrumento, para também problematizar políticas que apontem para uma “simples” pactuação entre CA e manutenção da lógica de expansão das atividades capitalistas e seus consequentes riscos e impactos concentrados nas populações menos favorecidas.

A partir do estudo de caso dos impactos da UHE Belo Monte na Terra do Meio, este capítulo teve como objetivo dar visibilidade às populações ribeirinhas e refletir sobre os desafios impostos pela política ambiental brasileira para um desenvolvimento mais justo e sustentável na Amazônia. O argumento central é que, apesar dos avanços no reconhecimento da importância das APs na região amazônica, existem implicações de categorias e hierarquias - ambientais, espaciais e socioculturais - que permeiam a construção de grandes UHEs e contribuem para a reprodução da invisibilidade da territorialidade ribeirinha.

¹⁴¹ “Stakeholders in environmental conflicts often include social movement organizations, private sector firms, the state, residents, and workers. (Pellow, p.592, 2000)

CAPÍTULO 8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese utiliza das lentes da geografia e da antropologia para analisar a territorialidade dos ribeirinhos das reservas extrativistas (RESEXs) da Terra do Meio e a visão destas populações sobre os impactos causados pela usina hidrelétrica (UHE) de Belo Monte. Este capítulo resume as principais contribuições da tese e as conclusões da pesquisa que se remetem à reflexão desenvolvida ao longo de todo o trabalho e, portanto, retomam as três questões iniciais: (i) como é a territorialidade dos ribeirinhos das RESEXs da Terra do Meio e de que maneira contribui para o olhar ribeirinho sobre os impactos de Belo Monte; (ii) de que maneira a área de influência dos impactos da usina excluiu as RESEXs como territórios atingidos; (iii) quais as contribuições do estudo à questão ambiental da região amazônica no contexto de redução de impactos de grandes UHEs em áreas protegidas (APs).

No início, após destacar as principais motivações e objetivos que orientaram a elaboração desta tese e introduzir a problemática central da pesquisa, um breve histórico sobre Belo Monte foi apresentado junto a uma reflexão inicial sobre o território de influência dos impactos da UHE. O segundo capítulo também apresentou a categoria espacial relacionada a definição de quem é considerado atingido pela usina e, assim, ofereceu uma base para a reflexão deste estudo que se insere numa discussão mais ampla sobre os impactos de grandes projetos de infraestrutura na região amazônica brasileira.

No capítulo 3, a área de estudo foi caracterizada considerando a complexidade dos territórios e do modo de vida das populações ribeirinhas da Terra do Meio. Importante destacar que este estudo iluminou a relevância da “*meso escala*” - ou da “*escala de mosaico*” - para a análise de impactos de grandes UHEs, já que representa um padrão de configuração territorial regional, pois existem vários outros Mosaicos (reconhecidos pelo governo) ou mosaicos (conjuntos, blocos ou complexos de APs ainda não reconhecidos pelo governo) em áreas de influência de grandes projetos de infraestrutura na Amazônia brasileira.

Apesar da maioria dos ribeirinhos da Terra do Meio se considerar atingido pela usina, as RESEXs foram excluídas das áreas de influência dos impactos e, portanto, impossibilitadas de serem reconhecidas nas medidas de mitigação e compensação ambiental dos impactos da usina. Os ribeirinhos formam um grupo com identidade histórica e contemporânea nas áreas rurais da região que merece tanta atenção e tanto respeito como outras populações tradicionais, já que possuem conhecimento e cultura específicos, além de contribuírem para a contenção do avanço do desmatamento e para a manutenção de um uso

sustentável do território.

Através de uma revisão da literatura tanto na geografia como na antropologia, o capítulo 4 debateu a noção de territorialidade - associada ao conceito de território – e destacou os limites e as oportunidades no seu uso que contribuem para o melhor entendimento das interações homem-ambiente. A territorialidade é uma noção híbrida – discutida por diferentes áreas do conhecimento - que apresenta dimensões tanto concretas como simbólicas que envolvem poder, fronteira, controle, acesso, uso, reprodução social, identidade cultural, modo de vida e direitos. Este capítulo buscou chamar a atenção para a importância de uma abordagem interdisciplinar acerca da territorialidade em futuras pesquisas sobre impactos de UHEs em APs.

O capítulo 5 teve foco na identidade ribeirinha e visou a discutir a questão para além das estigmatizações que acompanham estas populações ao longo de sua história. Para isso, a identidade dos seringueiros e caboclos foi resgatada a fim de explicar o processo de formação desse grupo cultural. Tal reflexão foi fundamental tanto para entender como a territorialidade dos ribeirinhos da Terra do Meio extrapola limites entre categorias socioculturais, espaciais e ambientais como para valorizar a miscigenação entre diferentes etnias (indígenas, negros e brancos) e a mistura entre lógicas (rural e urbana), escalas (micro, meso e macro) e regiões (nordeste e norte do Brasil) como característica fundamental destas populações.

No capítulo 6, o arcabouço teórico apresentado nos dois capítulos anteriores foi utilizado para primeiro, analisar a territorialidade dos ribeirinhos das RESEXs da Terra do Meio e, depois, discutir, em particular, a visão das populações da RESEX do Iriri sobre os impactos de Belo Monte. A lente interdisciplinar adotada contribuiu para uma análise mais profunda tanto da territorialidade como da visão dos ribeirinhos em questão. A compreensão da relação dos ribeirinhos com seus territórios demonstrou como a distribuição demográfica das famílias e comunidades têm relevância para a lógica espacial de captura de recursos naturais fundamentais ao modo de vida deles. Ao mesmo tempo, a tese também demonstra como a territorialidade ribeirinha vem sendo negligenciada em estudos de impactos de grandes projetos na região amazônica.

A pesquisa destacou também que, dentre as dimensões do território e da territorialidade, a dimensão cultural - que se relaciona ao espaço vivido, ao sentimento de pertencimento, à identidade e também à subjetividade dos grupos sociais - foi subdimensionada no contexto de estudo dos impactos de Belo Monte, fato que dificulta a visibilidade das populações ribeirinhas neste contexto de construção de grandes projetos de infraestrutura na região amazônica.

Apesar de em 2015, as RESEXs terem sido incluídas na área de abrangência regional dos impactos da usina e terem conseguido um projeto de assistência à pesca sustentável como condicionante da LO de Belo Monte, pode-se afirmar que as populações ribeirinhas da Terra do Meio foram excluídas da área de influência da UHE e, portanto, tornaram-se invisíveis aos impactos de Belo Monte. A possibilidade de serem ainda “beneficiários” do prometido progresso e desenvolvimento, ao mesmo tempo que é um discurso que seduz as populações locais, em muitos casos, também as desqualificam do direito de atuar como agentes políticos, detentores de direitos e deveres, ou seja, sujeitos com voz e direito de participação ao longo do processo de decisão.

O capítulo 7 partiu da análise da visão dos ribeirinhos sobre impactos de Belo Monte na Terra do Meio para problematizar as contradições que envolvem as categorizações envolvidas na tese - espacial, ambiental e sociocultural. Além de tecer tramas de relações sociais que permeiam as diferentes APs da Terra do Meio, os ribeirinhos se espacializam em diferentes tempos e escalas. O olhar destas populações apontou processos de desigualdades no mosaico como impactos da usina que merecem mais atenção do poder público. Tais contradições expuseram a necessidade de melhor articulação entre os diferentes setores e instituições, o que se tornou evidente a partir das medidas de mitigação e compensação ambiental (CA) da UHE e ilustram tanto a prioridade que populações indígenas possuíram, se comparadas às populações ribeirinhas, como a prioridade que recebem as UCs de proteção integral, se comparadas com UCs de uso sustentável na Terra do Meio.

Na segunda parte do capítulo 7, a dicotomia sociedade-natureza ainda presente na lógica conservacionista que orienta políticas públicas na Amazônia brasileira foi especificamente problematizada a partir do plano de CA de Belo Monte. Além desta tese expor a hierarquia existente entre as diferentes categorias de UCs, o caso ilustra o quanto a dimensão cultural e simbólica do território – relacionada ao espaço vivido pelas populações ribeirinhas - continua sendo negligenciada, apesar dos avanços significativos, com SNUC e outras políticas relacionadas aos direitos territoriais destas populações. Além disso, cabe refletir sobre quão politizadas são tais decisões e quais lógicas vêm reproduzindo processos de exclusão e injustiça socioespacial.

Assim, tais categorizações, sob contexto de impactos de Belo Monte na Terra do Meio, expressam uma concepção de AP como “container” (um espaço físico com fronteiras fixas e enquadramentos estáticos) e a análise da sobreposição destas categorias expõe a “hierarquização escondida” nas políticas públicas envolvidas na problemática e a emergência de novos significados que reconfiguram a relação entre as distintas APs da Terra do Meio.

Considera-se que limites entre APs têm implicações na construção das identidades das populações tradicionais. Nesse sentido, direitos e benefícios às populações e territórios atingidos por grandes projetos estão associados à hierarquia entre identidades étnicas e categorias de UCs que reproduzem invisibilidades e criam novas desigualdades na região amazônica. Lógicas tecnocráticas (Barrow, 2010) e econômicas orientam as políticas públicas no país em geral e medidas de mitigação e CA de Belo Monte não ficam fora desse processo, já que reproduziram invisibilidades identitárias e aprofundaram hierarquias ambientais através de novos significados e desigualdades.

A tese também revelou lacunas entre o planejamento de políticas públicas e a realidade das populações ribeirinhas e a complexidade de seus territórios. Se considerada com profundidade nos estudos de impactos e políticas ambientais, o estudo da territorialidade ribeirinha teria um significativo potencial de minimizar custos e propiciar benefícios mais coerentes com a realidade das populações na região. O planejamento de políticas públicas que acompanha a construção de Belo Monte se mostra deficiente e acarreta um notável despreparo das instituições envolvidas para atender às reais necessidades da população atingida. O caso analisado demonstra também que faltou comunicação entre os níveis federal, estadual e municipal, e o processo de consulta realizada com a população atingida por Belo Monte não foi suficiente para atender a um desenvolvimento regional sustentável.

A UHE em questão não foi um projeto que as populações ribeirinhas da encararam como um evento desejado em nenhum momento, pelo contrário, antes mesmo da construção formavam grupos de resistência e alertavam para os desafios. Neste sentido, cabe destacar o Conselho Ribeirinho do Reservatório de Belo Monte, criado em 2016 na cidade de Altamira, com o objetivo de garantir a participação das comunidades atingidas pela construção do reservatório e também mediar as negociações com empresas e governo ao longo do processo de licenciamento ambiental. Após a construção, as populações locais reafirmam os significativos danos ambientais e econômicos causados por Belo Monte, já que - para os ribeirinhos da Terra do Meio - a UHE não beneficiou em nenhum aspecto sua qualidade de vida, sejam melhorias na saúde, no saneamento básico, no abastecimento de energia, na venda de peixe ou no transporte. Este caso reafirma a manutenção do padrão de exploração dos recursos naturais da região amazônica que já vem sendo apontado há décadas, o qual cria benefícios para região mais rica e industrializada do país e deixa no território local, os custos sociais e danos ambientais destas imensas obras.

Nesse sentido, a tese aponta para a necessidade de enfrentamento de injustiças espaciais, socioculturais e ambientais em contexto de impactos de grandes UHEs em mosaicos

de APs. Afinal, é necessário aprender com os erros já cometidos no contexto de construção de outras UHEs como Tucuruí, Santo Antônio e Jirau e Belo Monte, para não repetir no Tapajós os mesmos problemas. Por fim, a pesquisa oferece contribuições à compreensão da questão ambiental da região, a partir de um olhar interdisciplinar, no contexto de redução de impactos de grandes UHEs e elucida o porquê de as RESEXs em questão poderem ser consideradas como territórios de contradição na Amazônia brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, A. Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia brasileira. In: *Estudos Avançados* 16(45): 2002. p.7-30.

ACHESON-GARDNER. The development of territoriality: the case of the maine lobster industry. AA4." Sent to AA August 26, 2003. Sept 8, 2003.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília. Elementos para análise do RIMA de Belo Monte à luz das conclusões e recomendações do projeto Avaliação de Equidade Ambiental. In: MAGALHÃES, Sônia M. S. Barbosa; HERNANDEZ, Francisco del Moral (org.). Painel de Especialistas - Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Belém, 29 de outubro de 2009. Disponível em:[http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EI A. Pdf](http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EI_A.Pdf)

ADAMS, C. Estratégias adaptativas de duas populações caboclas (Pará) aos ecossistemas de várzea estuarina e estacional – uma análise comparativa. Tese (Doutorado). São Paulo: Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, 2002.

ADAMS, C. et al. *Amazon Peasant Societies in a Changing Environment: Political Ecology, Invisibility and Modernity in the Rainforest*. New York: Springer, 2009.

ADAMS, C. et al. As sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. In: ADAMS, C. et al (org). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2006, p. 15-32.

ADEBANWI, W. Territoriality and the Discourse of Ethnic Groups Clashes.2007 p. 213- 243.

ALLEGRETTI, M. Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ANDERSON, A. (et al.). *O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ALLEGRETTI, M. Extractive Reserves: an alternative for reconciling development and conservation in Amazonia, in A. Anderson (Ed.) *Alternatives to deforestation: steps toward sustainable use of the amazon rain forest*, . New York: Columbia University Press. 1990. p. 252-64.

ALMEIDA, A. Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais”. In: *Conflitos Ambientais no Brasil*. Acselrad, H. (Org.) Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

ALMEIDA, A. Conhecimento tradicional e biodiversidade: normas vigentes e propostas. 1.º vol. Alfredo W.B. de Almeida. Manaus: Programa de Pós-Graduação da Universidade do Amazonas – UEA / Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia / Fundação Ford / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

_____, Alfredo Wagner Berno de. Territórios e Territorialidades Específicas na

Amazônia: Entre a Proteção e o Protecionismo. CADERNO CRH, Salvador, v.25, n. 64, p. 63-71, Jan./Abr. 2012.

ALMEIDA, M. W. B. Rubber tappers of the Upper Juruá River, Brazil: themaking of a forest peasant economy (doctoral thesis). ALMEIDA, M, W, B. As colocações: forma social, sistema tecnológico, unidade de recursos naturais. In: Dossiê - Amazônia: Sociedade e natureza. Mediações, Londrina, v. 17 n.1, p. 121-152, jan. /jun. 2012.

ALMEIDA, M.W. B Quem são os povos da floresta? Povos da Floresta. In: *59ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o progresso Da Ciência. Belém 07 de 2007*. Cadernos SBPC 30. Belém, 2007.

ALMEIDA, M.B. W. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 55, junho 2004. p. 33-52. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a03v1955.pdf>.

_____. Universalização e localismo – Movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. *Reforma Agrária*, ano 19, n.1, p.4-7, abril/jun. 1989.

_____. Terras Tradicionalmente Ocupadas. *R. B. Estudos Urbanos E Regionais*, v.6, n.1 / Maio, 2004.

_____. Direitos à Floresta e Ambientalismo: Seringueiros e suas lutas. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. RBCS, Vol.19 nº 55, 2004.

ANGUELOVSKI, I., & Martínez Alier, J. The “Environmentalism of the Poor” revisited: Territory and place in disconnected glocal struggles. *Ecological Economics*, n.102, p.167–176.2014. doi: 10.1016/j.ecolecon.2014.04.005

ARRUDA, R. "Populações 'Tradicionais' e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação". In: *Anais I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. v. 1 Conferências e Palestras, Curitiba, Brasil, 1997.

BALÉE, W. “The Culture of Amazonian Forest”. *Advances in Economic Botany*, n.7,p.1-21. 1989 (Resource Management in Amazonia: Indigenous and Folk Strategies).

BARROW, C. *How is environmental conflict addressed by SIA? Environmental Impact Assessment Review* 30. 2010. p. 293 –301.

BATISTELLA, M.; MORAN, E. Dimensões humanas do uso e cobertura das terras na Amazônia: uma contribuição do LBA. *Acta Amazônica*, v. 35, n. 2, p. 239-247, 2005.

BECKER, B. *Amazônia – Geopolítica na virada do III milênio*. São Paulo: Garamond, 2006.

BECKER, B. *As Amazônias de Bertha Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica*: v. 1. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

_____. *Amazônia: Nova geografia, nova política regional e nova escala de ação*. IN:

COY & KOLHEPP, G. (org.). *Amazônia sustentável: Desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais*. Ed. Garamond Universitária, Rio de Janeiro, 2005. 332p.

_____, B. Novas territorialidades na amazônia: desafio às políticas públicas. Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi cienc. Hum. v.5 n.1 Belém abr. 2010.

BECKER, H. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. 2a. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

BEGOSSI, A. Áreas, Pontos de Pesca, Pesqueiros e Territórios na Pesca Artesanal. In: BEGOSSI, A. (Org.). *Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia*. São Paulo: Hucitec, 2004.

BEGOSSI, A. Ecologia Humana: Um Enfoque das Relações Homem-Ambiente. *INTER-CIENCIA*. v.18, n.1, p.121-132. Disponível em: <http://www.interciencia.org>. 1993.

_____. Cooperative and Territorial Resources, Brazilian artisanal fisheries. In: Joanna Burger, Elinor Ostrom, Richard B. Norgard, David Policansky, and Bernard D. Goldstein (Ed.) *Protecting the Commons*, p.109-130. Washington, DC: Island Press, 2001.

BENATTI, J. H. Presença humana em unidade de conservação: um impasse científico, jurídico ou político? In: CAPOBIANCO, J. P. R. et al. (orgs). *Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001.

BERNARD, H. R. *Research methods in anthropology: Qualitative and quantitative approaches*. 5 Edition. Altamira press, 2011.

BLACK, R. 'Regional Political Ecology' in Theory and Practice: A Case Study from Northern Portugal. *The Royal Geographical Society*, 1989.

BLOOR, M.; FRANKLAND, J; THOMAS, M.; ROBSON, K. *Focus groups in social research*. Sage Publications, London, 2001.

BOELEN, R.; Hoogesteger, J.; Swyngedouw, E.; Vos, J.; & Wester, P. Hydrosocial territories: a political ecology perspective, *Water International*, v.41, n.1, p.1-14, DOI: 10.1080/02508060.2016.1134898

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Geografia Cultural: um século (3)*, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 83-131.

BRANDÃO, C. Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais. Levando na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: Maria Teresa Franco Ribeiro, Carlos Roberto Sanchez Milani (Orgs). *Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar* / - Salvador: EDUFBA, 2009.

BRANDÃO, C. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Unicamp, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira / Presidência da República. – Brasília: MMA, 2008.

BRASIL. Decreto Federal nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Decreto de 05 de junho de 2003 dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Rio Iriri, no Município de Altamira, no Estado do Pará, e dá outras providências, 2003.

BRASIL. Lei nº 9.985/2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília: MMA/SBF, 2002. 52p.

BRASIL 2000. Lei Federal Nº 9.985 de 18/07/2000. Regulamenta o artigo 225 da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e das outras providências.

BRONDIZIO, E. S. The Amazonian Caboclo and Açai Palm: Forest Farmers in the Global Market. New York: The New York Botanical Garden Press, 2008.

BROWN, J. & PURCELL, M. There is nothing inherent about scale: political ecology, the local trap, and the politics of development in the Brazilian Amazon. *Geoforum*, 2004.

BROWN, K. & ROSENDO, S., Environmentalists, Rubber Tappers and Empowerment: The Politics and Economics of Extractive Reserves. In: *Development and Change*. v. 31. Blackwell publishers: OXFORD, 2000.

BURSZTYN, M. & OVIEDO, A. A Quem Confiamos os Recursos Comuns – Estado, Comunidade ou Mercado? – lições aprendidas com o manejo da pescana Amazônia. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 177-198, jan. /dez. 2003.

BÜSCHER, B. & Dressler, W. Linking Neoprotectionism and Environmental Governance: On the Rapidly Increasing Tensions between Actors in the Environment-Development Nexus. In: *Conservation and Society*. 2007.

BUTTNER, A. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). *Perspectivas da geografia*. São Paulo: DIFEL, 1982.

CAMPBELL, J.; QUINCY, C.; OSSERMAN, J.; PEDERSEN, O. Coding In-depth Semistructured Interviews: Problems of Unitization and Intercoder Reliability and Agreement. In: *Sociological Methods & Research*. v.42, n.3, p. 294-320., 2013.

CAPOBIANCO, R. et al (Eds.) Biodiversidade na Amazônia Brasileira. Avaliação e Ações prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios. p. 184-193. Instituto Socioambiental e Estação Liberdade: São Paulo, 2001.

CASHDAN, E. Territoriality among Human Foragers: Ecological Models and an Application

to Four Bushman Groups. *Current Anthropology* 24:47–66, 1983.

_____. Territoriality. In: D. Levinson and M. Ember, (Eds.) *Encyclopedia of Cultural Anthropology*. New York: Henry Holt and Co, 1995. p. 1301–1305.

CASTRO, E. Dossiê Amazônia: sociedade, fronteiras e políticas. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 25, n. 64, p. 9-16, Jan./ Abr. 2012.

CASTRO, E.; MONTEIRO, R.; CASTRO, C. P. Atores e relações sociais em novas fronteiras na Amazônia. Brasília, DF: Banco Mundial, 2002. Relatório de Pesquisa. Disponível em: <http://www.bancomundial.com/>.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Org.). *Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: CEJUP; UFPA-NAEA, 1997.

CASTRO, F. & FUTEMMA, C. *Governança ambiental no Brasil: entre o socioambientalismo e a economia verde*. Jundiaí: palco editorial, 2015.

CHIBNIK, M. Quasi-Ethnic Groups in Amazonia. In: *Ethnology*, v. 30, n. 2. p. 167-182. University of Pittsburgh- Of the Common wealth System of Higher Education, 1991.

_____. *Risky Rivers*. Tucson: University of Arizona Press, 1994.

CLARK, W. C. & DICKSON, N. M. Sustainability science: The emerging research program. 100(14): 8059–8061. 2003. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC166181/>

CLARK, W. C., LEBEL, L., GALLOPIN, G., JAEGER, J., MABOGUNJE, A., DOWDESWELL, E., HASSAN, M., JUMA, C., KATES, R., CORELL, R. *et al.* In: *Science and Technology for Sustainable Development* (Int. Council for Science, Paris), 2002, p. 12-29.

CLAVAL, P. A cultura ribeirinha na Amazônia: perspectivas geográficas sobre o papel de suas festas e festejos. In: KOZEL, S. et al. *Expedição amazônica: desvendando espaços e representações dos festejos em comunidades amazônicas*. “A festa do boi bumbá”: um ato de fé. Curitiba: SK Ed., 2009.

COY, M. & KOHLHEPP, G. *Amazônia sustentável: desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais*. Rio de Janeiro: Garamond; Tubinger, Alemanha: Tubinger Geographische Studien, 2005.

CONAMA. Lei nº 6.938/1981 - “Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências”. Data da legislação: 31/08/1981. DOU de 02/09/1981.

CONAMA. Resolução nº 010/1987. “Dispõe sobre o ressarcimento de danos ambientais causados por obras de grande porte”. Data da legislação: 03/12/1987. DOU de 18/03/1988, págs. 4.562-4.563. Revogada pela Resolução nº 02/1996.

CONAMA. Decreto nº. 99.274/1990. “Regulamenta a Lei nº 6.902/1981, e a Lei nº 6.938/1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências”. Data da legislação: 06/06/1990. DOU de 07/06/1990.

COSTA, S. Compensação ambiental: uma alternativa de recursos para a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Centro de Desenvolvimento Sustentável/UNB. Brasília. 007,166 p. Disponível em: http://bdtd.bce.unb.br/tesdesimplificado/tde_arquivos/4/TDE-2007-06-06T085734Z-1211/Publico/dissert_sildaleia.pdf. Acesso em: 20 de dezembro de 2018.

CREADO, E. Entre “tradicionais” e “modernos” negociações de direitos em duas unidades de conservação da Amazônia brasileira. *Ambiente e Sociedade*, v. 11, n. 2, p. 255- 271. 2008.

CRUZ, V. C. Movimentos sociais, identidades coletivas e lutas pelo direito ao território na Amazônia. In: Onildo Araújo da Silva; Edinuzia Moreia Carneiro Santos; Agripino Souza Coelho Neto. (Org.). *Identidade, Território e Resistência*. 1ªed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. v. 1, p. 37-72.

_____. O rio como espaço de referência identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In S. C. Trindade Júnior & M. G. C. Tavares (Eds.), *Cidades Ribeirinhas na Amazônia - mudanças e permanências*. Belém: EDUFPA, 2008. p. 611-616.

CUNHA, E. À margem da história. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CUNHA, M. & ALMEIDA, M. W. B. (orgs.) *Enciclopédia da Floresta*. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CUNHA, M. & ALMEIDA, M. W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: CosacNaify, 2009. p.277-299.

CUNHA, M. & ALMEIDA, M. W. B. “Indigenous people, traditional people and conservation in the Amazon”. *Deadalus*. 129(2):315-338, 2000. Brazil: *The Burden of the past: the promise of the future*, p.315 -338.

CUMMINGS, B. Dam the Rivers; Damn the People: Hydroelectric Development and Resistance in Amazonian Brazil. *GeoJournal* 35.2, 1995.

DEAN, W. *Brazil and the struggle for rubber: Studies in environment and history*. Cambridge University Press, 1987.

DE SOUSA, G. & DE SOUSA, M. Visibilidade formal e relações de conflito na reserva extrativista do Rio Iriri”, *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, n. 30 (octubre-diciembre 2015). Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/cccscs/2015/04/rio-iriri.html>

DIAS, V.; PEREIRA DA LUZ, M.; MEDERO, G.; NASCIMENTO, D. An Overview of Hydropower Reservoirs in Brazil: Current Situation, Future Perspectives and Impacts of Climate Change. In: *Water* 2018, 10, 592.

- DIEGUES, A. C. (org.). Desmatamento e Modos de Vida na Amazônia. São Paulo: USP, 1999.
- DIEGUES, A. C. & ARRUDA, R.S.V. Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. São Paulo, USP. 2001.
- DI MEO, G. Géographie sociale et territoires. Paris: Nathan Université, 2001.
- DUARTE, R. Entrevistas em pesquisa qualitativas. Educar, v.24,p.213-225, 2004.
- DYSON-HUDSON, R.; SMITH, E. A. Human territoriality: An ecological reassessment. American Anthropologist. v.80, n1, p.21-41, 1978.
- ESCADA, M. et al. Processos de ocupação nas novas fronteiras da Amazônia (o interflúvio xingu/iriri). Estudos avançados. v.19, n.54, 2005.
- ESTEVES, B.M.G. Do “Manso” ao Guardiã da Floresta. Rio Branco: Edufac, 2010. 212p.
- FAINGUELERNT, M. B. Belo Monte: O Estado Democrático de Direito em Questão. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013.
- FARIA, I. D. Compensação Ambiental: os fundamentos e as normas; a gestão e os conflitos. 2008. Disponível em: http://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao/TD43-IvanDutraFaria.pdf.
- FEARNSIDE, P. Barragens na Amazônia: Belo Monte e o desenvolvimento hidrelétrico da bacia do rio Xingu. INPA, 2005.
- FEARNSIDE, P. O Novo EIA-RIMA da hidrelétrica de Belo Monte: justificativas goela abaixo. In: SANTOS, Sonia & HERNANDEZ, Francisco (org.). Painel de Especialistas: análise crítica do estudo de impacto ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Belém: UFPA, 2009.
- FERREIRA, L. Dimensões Humanas da Biodiversidade: Mudanças Sociais e Conflitos em Torno de Áreas Protegidas no Vale do Ribeira, SP, BRASIL. In: Ambiente & Sociedade. v. 7, n. 1, jan. /jun. 2003.
- FERREIRA, L. A Questão Ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.
- FERREIRA, L. C. et al. Conflitos Sociais em Áreas Protegidas no Brasil: Moradores, Instituições e ONGs no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP. *Revista Idéias*, v. 8, n. 2, 2001.
- FILHO, H. T. B. Populações Tradicionais: Introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.
- FLEURY, L. C. Conflitos ambientais e cosmopolíticas na Amazônia Brasileira: a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e

Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

FURTADO, C. O mito do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FOUCAULT, M. Power/knowledge. In: C. Gordon, (Ed.). Foucault. Power/knowledge: Selected interviews and other writings. New York, NY: Pantheon Books, 1980. p. 1972–1978.
FOUCAULT, M. Governmentality. In G. Burchell, C. Gordon, & P. Miller (Eds.), The Foucault effect: Studies in governmentality .. Chicago: University of Chicago Press, data. p. 87–104.

GALVÃO, E. Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

GEERTZ, C. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 1997. 366 p.

GEERTZ, C. Agricultural Involution: The Processes of Ecological Change in Indonesia. Berkeley: University of California Press, 1963.

GEERTZ, C. Deep Play: Notes on the Balinese Cockfight. The MIT Press and American Academy of Arts & Sciences, 1972.

_____. Peddlers and Princes: Social Change and Economic Modernization in Two Indonesian Towns. Chicago: University of Chicago Press, 1963.

GELUDA, L. et al. Desvendando a compensação ambiental: aspectos jurídicos, operacionais e financeiros. Rio de Janeiro: Funbio, 2015.

GERHARDT, C. H. Pesquisadores, Populações Locais e Áreas Protegidas: entre a instabilidade dos “lados” e a multiplicidade estrutural das “posições”. 2008. Tese de doutorado orientada por Roberto José Moreira, Instituto, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro.

GIDDENS, A. As conseqüências da modernidade. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1991.

GLASER, B. & STRAUSS, A. The discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research. New York: Aldine Transaction, 1967. 271 p.

GOULART, J. O regatão. Rio de Janeiro: Conquista, 1998.

GOULDING, M.; BARTHEM, R.; FERREIRA, E. The Smithsonian Atlas of the Amazon. Washington e Londres: Smithsonian Books, 2003.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia. Curitiba: AGB, 1994.

_____. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil., 2004.

_____. Identidades Territoriais. In: RODENDHAL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Manifestações Culturais no Espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

HALL, E. A dimensão oculta. Lisboa: Relógio D’água, 1986.

HARRIS, M. Presente Ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: *Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade*. São Paulo: Anna-blume, 2006.

HARRIS, M. The rhythm of life on the Amazon Floodplain – seasonality and sociality in a riverine village. *The journal of the Royal Anthropological Institute*, 1998.

HARVEY, D. A Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 1992.

HIRAOKA, M. Miriti (*Mauritia flexuosa*) palms and their uses and management among the ribeirinhos of the Amazon estuary. *Advances in Economic Botany*, v.13, p.169–186. ISA. Áreas Protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios(org.) Adalberto Veríssimo et al. Belém: Imazon; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

HWANG, S. Utilizing Qualitative Data Analysis Software. A Review of Atlas.ti. *Social Science Computer Review*. v. 26, n. 4, November 2008.

ICMBIO. Plano de Manejo da Resex rio Iriri, 2010. Aprovado pela Portaria N° 09, de 02 de fevereiro de 2011 e publicado no Diário Oficial da União de 03 de fevereiro de 2011, seção 1, p. 66. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgsun-idades-coservacao/PM%20Resex%20do%20Rio%20Iriri%202011.pdf>>.

ICMBIO. Plano de Manejo da Resex Rio Xingu, 2012. Aprovado pela Portaria N° 62, de 18 de maio de 2012 e publicado no Diário Oficial da União de 21 de maio de 2012, seção 1, p. 120. Disponível em:

ICMBIO. Plano de Manejo Participativo Reserva Extrativista Rio Xingu. Pará, 2012.

ICMBIO. Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio. Pará, 2010.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. De olho na Bacia do Xingu. São Paulo, 2012.
_____. Populações Tradicionais e Conservação Ambiental”, Originalmente Publicado Em: ‘Biodiversidade Na Amazônia Brasileira: Avaliação E Ações Prioritárias Para a Conservação, Uso Sustentável E Repartição De Benefícios’. João Paulo Capobianco Et al. (Org.). São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

INGOLD, T. *Culture and the Perception of the Environment*, In: CROLL, E. & PARKING (Eds.), *Bush Base, Forest Farm: Culture, Environment and Development*, London: Routledge, 1992.

_____. Key debates in Anthropology. London: Routledge, 1996.

_____. *The Perception of the Environment: Essays in Livelihood, Dwelling and Skill*. London: Routledge, 2000.

IPEA, Observatório da Função Socioambiental do Patrimônio da União na Amazônia. Relatório Territorial da Região do Médio Xingu. Rio de Janeiro, 2015.

KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. *Estudos Avançados*. v.16 n.45, 2002.

KRUEGER, R.A.; King, J.A. Involving community members in focus groups. Sage Publications. London, 1998.

KRUEGER, R.A. Focus groups: A practical guide for applied research. Sage Publications, 1994.

_____. Analyzing and reporting focus groups results. Sage Publications. London, 1998.

_____. Developing questions for focus groups. Sage Publications. London, 1998.

KRUEGER, R.A. Moderating focus groups. Sage Publications. London, 1998.

LEFEVBRE, H. La production de l'espace. 3 ed. Paris: Anthropos, 1986.

LIMA, D. M. The Social Category Caboclo: History, Social Organization, Identity and Outsider's Social Classification of the Rural Population of an Amazonian Region. 1992. Doctoral Dissertation, Cambridge, King's College, 1992.

LITTLE, P. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. Horiz. antropol. vol.12 no.25 Porto Alegre Jan./June, 2006.

LITTLE, P. E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*. UNB: N° 322 (Digital), 2002. Disponível em: <http://www.dan.unb.br>

LIU, J. MOONEY, H., HULL, V., DAVIS, S. J., GASKELL, J., HERTEL, T., LUBCHENCO, J. SETO, K.C., GLEICK, P., KREMEN, C., LI, S. SUSTAINABILITY. Systems integration for global sustainability, 2015. Disponível em: <http://www.science-mag.org/>.

MACLACHAN, E. M. The Indian Directorate: forced acculturation in the Portuguese Amazon, 1700-1800. In: Aulden Dauril (Ed.). Colonial Roots of Modern Brazil., Berkeley: University of California Press, 1972. p. 199-230.

MCCARTHY, J. First World political ecology: lessons from the Wise Use movement. *Environment and Planning*, v. 34, p. 1281-1302, 2002.

McGRATH, D. Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. *NOVOS CADERNOS NAEA*, v. 2, n. 2, dez. 1999.

_____. The Paraense Traders: Small-scale, Long Distance Trade in the Brazilian Amazon. 1989. Tese de doutorado, Departamento de Geografia, Universidade de Wisconsin-Madison.

MEGGERS, B. "Introducción", "El ecosistema" e "La importancia evolutiva de la adaptación". In: Amazonia: un Paraíso ilusório. México: Siglo XXI, 1989 [1971]. p. 13-63; 227-244.

MELBY, John F. Rubber river: the rise and collapse of the Amazon rubber boom. *Hispanic American Historical Review*, v. 22, n 3, p. 452-69. Aug. 1942.

MELLO-THÉRY, Neli A. de. Políticas Territoriais na Amazônia. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. e. Território e Gestão Ambiental na Amazônia. Terras públicas e os dilemas do Estado. São Paulo: Annablume, 2011.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Estudos preliminares e formulação de uma proposta técnica para a implantação de um mosaico de Unidades de Conservação no Médio Xingu. Brasília: MMA - ISA, 2003.

MORAN, E. F. A ecologia humana das populações da Amazônia, Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

MORAN, E. F. The adaptive system of the Amazonian caboclo.” In: C. Wagley, (Ed.). *Man in the Amazon*. Gainesville: University of Presses of Florida, 1974. p. 136- 159.

MORAN, E. F. et al. Sustainable hydropower in the 21st century. *PNAS*, 2018.

_____. Developing the Amazon: the social and environmental impacts of the construction of the Transamazon Highway. Bloomington: Indiana Univ. Press, 1981.

_____. The ecosystem approach in anthropology: from concept to practice. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1990.

_____. The Ecosystem concept in anthropology. *The American Association for the Advancement of the Science*, 1984.

_____. The Adaptive System of the Amazonian Caboclo”, In: WAGLEY, C. (ed.), *Man in the Amazon, Gainsville*. A ecologia humana das populações da Amazônia, Rio de Janeiro: Vozes, 1974. p. 139-59.

_____. Human Adaptative Strategies in Amazonian Blackwater Ecosystems. *American Anthropologist*, v. 93, n. 2, 1991.

_____. A Ecologia Humana das populações da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1990.
MORAN E. F. & BRONDIZIO E. (eds.) Human-Environment Interactions: current and future directions. New York: Springer, 2013.

MORGAN, D. L. Focus group as qualitative research. Sage university paper series. In: *Qualitative research methods*. Newbury Park: Sage Publications, 1988.

MUHR, T. ATLAS/ti-A Prototype for the Support of Text Interpretation. *Qualitative Sociology*, v. 14, n. 4, 1991.

MURRIETA, R. S. S. Diet and Subsistence: changes in three caboclo populations on Marajó Island, Amazonia, Brazil, Unpublished M.A. Thesis, Department of Anthropology, University of Colorado, 1994.

NAIR, P. K. P. An Evaluation of the Struture and Function of Tropical Homegardens. *Agricultural Systems*. v.21, p.279-310, 1986.

NAMY, S. Addressing the Social Impacts of Large Hydropower Dams. *The Journal of International Policy Solutions*.v. 7. 2007.

NEPSTAD, D.; VERISSIMO, A.; ALENCAR, A.; NOBRE, C.; LIMA, E.; LEFEBVRE, P.; SCHLESINGER, P.; POTTER, C.; MOUTINHO, P.; MENDOZA, E.; COCHRANE, M. e BROOKS, V. "Large-scale Impoverishment of Amazonian Forests by Logging and Fire". *Nature*, n.398, 1999, pp. 505-508.

NETTING, R. M. *Smallholders, Householders*. Stanford: Stanford University Press, 1993.

NEVES, L. Et al. A arquitetura popular ribeirinha na Amazônia e a elaboração de diretrizes de construção sustentável: o caso das Reservas Extrativistas Riozinho do Anfrísio e Rio Iriri. *ENTAC*, 2008.

NUGENT, S. "Amazonian Caboclo Society: An Essay on Invisibility and Peasant Economy", Providence, Oxford: Berg Publishers, 1993.

NUGENT, Stephen. *Scooping Amazon: Image, Icon, Ethnography*. Walnut Creek, EUA: Left Coast Press, 2007.

NUGENT, S. "Amazonian Caboclo Society: An Essay on Invisibility and Peasant Economy", Providence: Berg Publishers, 1993.

NOVAK, P. The Flexible Territoriality of Borders. *Geopolitics*. v.16, n.4, p.741-767, 2011. DOI: 10.1080/14650045.2010.494190.

OLIVEIRA et al. Ribeirinhos da Amazônia: um relato da vivência no município de Igarapé Miri-Pará. *Rev. Bras. de Agroecologia/out*. v.2, 2007.

OSLENDER, U. The Logic of the River": A Spatial Approach to Ethnic-Territorial Mobilization in the Colombian. *Journal of Latin American Anthropology*. V.7, n.2, p. 86- 117, 2002.

PACE, R. The Amazon Caboclo: What's in a Name? In: *Luso-Brazilian Review*. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1997. v. 34, n. 2, p. 81-89.

PACE, R. *Amazon Town: Gurupa Revisited*. Boulder and London: Lynne Rienner Publishers, 1997.

PARKER, E. "Cabocloization: The transformation of the Amerindian in Amazonia 1615- 1800.". In: E. Parker, (ed.). *The Amazon caboclo: historical and contemporary perspectives*. Williamsburg, VA: College of William and St. Mary, 1985 p. 1-50.

PARKER, E., *The Amazon Caboclo: historical and contemporary perspectives*. Williamsburg, VA: College of William and St. Mary, 1985.

PARRIS, T. M. & KATE, R. W. Characterizing and Measuring Sustainable Development. In: *Annual Review of Environment and Resources*. Vol. 28:559-586, 2003.

PELLOW, D. Environmental inequality Formation: Toward a Theory of Environmental Injustice. *American Behavioral scientist*, v. 43, n. 4, 2000.

PENNAFIRME, R. & BRONDIZIO, E. Quilombolas as “green collectives”: contesting and incorporating environmentalism in the atlantic forest, Brazil. *Ambient e Sociedade*. v. 20, n.2 São Paulo Apr./June 2017.

PEREIRA, B. E. & DIEGUES, A. C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Curitiba: Editora UFPR, 2010. n. 22, p. 37-50.

PEREIRA, S. & FABRÉ, N. Uso e gestão do território em áreas de livre acesso no Amazonas, Brasil. *Acta Amazonica*. v. 39, n.3, p. 561-572, 2009.

PINTO, I. C. *Compensação ambiental: oportunidades para a consolidação das Unidades de Conservação do Pará* / Igor Corrêa Pinto; Mariana Vedoveto; Adalberto Veríssimo. Belém: IMAZON, 2013.

POSEY, D.; BALÉE, W. Eds. *Resource Management in Amazonia: Indigenous and Folk Strategies* (Advances in Economic Botany, Vol. 7). New York: The New York Botanical Gardens, 1989.

QUINTSLR et al. Políticas Públicas para a Amazônia: Práticas e Representações em Disputa. In: *Revista de Desenvolvimento Econômico* Ano XIII. Salvador, 2011.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

_____. O que é o território? _____. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993 [1980].

RAPPAPORT, R. *Pigs for the ancestors*. Revised Edition. New Haven: Yale University Press, 1984 [1968].

RAVENA-CÂNETE, T. *Direitos e Populações/Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil: Da revisão à crítica de aplicabilidades e definições Acadêmico-Jurídicas/Jurídicas/Legais*. Belém, 2012.

ROCHA, G. Vilas E Cidades E. A Usina Hidrelétrica Tucuruí. In: *Cidades na Floresta*. Org: Edna Castro. São Paulo: Annablume, 2008.

ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs). Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1999. p. 169- 190.
_____. *Concepções de território para entender a desterritorialização*. In: Milton Santos et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

ROSS, E. The Evolution of the Amazonian Peasantry, *Journal of Latin American Studies*. v.10, n.2, p. 196-218, 1978.

SACK, R. D. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAQUET, M. A. Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras expressões, 2011.

SAQUET, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio para o desenvolvimento territorial. Caderno Prudentino de Geografia, v.1, n.31, 2009.

SAWYER, D. Unidades de conservação, uso sustentável e funções socioecossistêmicas na Amazônia e no Brasil. In: SAUER, Sergio; ALMEIDA, Wellington (Org.). *Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas*. Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

SAWYER, D. População e desenvolvimento sustentável na Amazônia [livro eletrônico] - Brasília: UNFPA-Fundo de População das Nações, 2014.

SCHWARTZMAN et al. . The natural and social history of the indigenous lands and protected areas corridor of the Xingu River basin. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1098/rstb.2012.0164>.

SECRETO, M. V. “A ocupação nos “espaços vazios” no governo Vargas: “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha”. In: *Estudos Históricos*, n. 40, 2007, p.115-135. Disponível em: <HTTP://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/465.pdf>

SEN, A. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERRA, N. O caminho para o Desenvolvimento Sustentável em Populações Tradicionais Ribeirinhas. Porto Velho, 2005.

SCHMINK, M.; WOOD, C. H. Contested Frontiers in Amazônia. New York: Columbia University Press, 1992.

SHERIDAN, T. E. Where the Dove Calls: The Political Ecology of a Peasant Corporate Community in Northwestern Mexico. Arizona: UA Press, 1996.

SILVA, A. L. Comida de gente: preferências e tabus alimentares entre os ribeirinhos do Médio Rio Negro (Amazonas, Brasil). *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 50, n. 1, 2007.

SOUZA, M. L. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio espacial. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2013.

SOJA, E. W. The political Organization of Space. Washington, D.C: AAG Comission on College Geography, 1971.

SPONSEL, L. E. Indigenous Peoples & The future of Amazonia. The University of Arizona Press, 1995.

SWYNGEDOUW, E. Neither global nor local: “glocalization” and the politics of scale. In: COX, K. (ed.) *Spaces of globalization: reasserting the power of the local*. New York/London: Guilford Press/Longman, 1997.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Trad.

Lívia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.

TURNER, M. D. Political ecology and the moral dimensions of “resource conflicts”: the case of farmer–herder conflicts in the Sahel. *Political Geography. Ethics in Political Ecology*. v. 23, n. 7, p. 863–889. September, 2004.

TURNER, B. L. II. Contested Identities: Human Environment Geography and Disciplinary Implications in a Restructuring Academy. *Annals of the Association of American Geographers*, 2002.

TURNER, B. L. II. The specialist-synthesis approach to the revival of geography: the case of cultural ecology. In: *Annals - Association of American Geographers*. 1 ed., v.79, p. 88-100. 1989.

TURNER, B.L. II & ROBBINS, P. Land-Change Science and Political Ecology: Similarities, Differences, and Implications for Sustainability Science. *Annu. Rev. Environ- ment Resource*, 2008.

TURNHOUT, E. The Politics of Environmental Knowledge. *Conservation and Society* 16(3): 363-371, 2018.

VADJUNEC, J.; GOMES, C.V.; LUDWIGES, T. Land-Use/Land- Cover Change Among Rubber Tapper in the Chico Mendes Extractive Reserve, Acre, Brazil. *Journal of Land Use Science*, v. 4, n. 4, p. 249-274, 2009.

VAINER, C. B. O conceito de atingido: uma revisão do debate e diretrizes. Rio de Janeiro, IPPUR; UFRJ, 2003.

VASQUEZ, M.L.; SOUSA, C.S.; CARVALHO, J.M.A. (Orgs.). Mapa Geológico e de Recursos Minerais do Estado do Pará, escala 1:1.000.000. Programa Geologia do Brasil (PGB), Integração, Atualização e Difusão de Dados da Geologia do Brasil, Mapas Geológicos Estaduais. CPRM-Serviço Geológico do Brasil, Superintendência Regional de Belém, 2008.

VAYDA, A. P.; WALTERS, B. B. Against political ecology. *Human Ecology*. v. 27, n. 1, p. 167–79, 1999.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento Sustentável; O Desafio do Século XXI. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005.

VELASQUEZ, et al. Desafio para a gestão ambiental integrada. Rio de Janeiro: RAP, 2006.

VIANNA, L. P. Considerações críticas sobre a construção da ideia de “população tradicional” no contexto das unidades de conservação. São Paulo, Dissertação – (Mestrado em Antropologia), FFLCH, Universidade de São Paulo (USP), 1996.

WAGLEY, Charles. *Amazon Town, A Study of Man in the Tropics*. London, Oxford and New York: Oxford University Press, 1976[1953].

WAGLEY, C. The Amazon Caboclo. *In*: Parker, E. P. (ed.) *The Amazon Caboclo - Historical and Contemporary Perspectives*. Virginia: Studies in Third World Societies Publication no. 32,

1985. p. 7-16.

WALKER, P.A. Political Ecology: Where is the Ecology? *Progress in Human Geography*, v. 29, n. 1, p. 73-82, 2005.

WEINSTEIN, B. Persistence of Caboclo Culture in the Amazon: The Impact of the Rubber Trade, 1850-1920. *In*: Parker, E. P. (ed.) *The Amazon Caboclo - Historical and Contemporary Perspectives*,. Virginia: Studies in Third World Societies Publication no. 32, 1985. p. 89-113.

WEINSTEIN, B. *The Amazon Rubber Boom – 1850-1920*. Stanford: Stanford University Press, 1993.

WEINSTEIN, B.: Experiência de pesquisa em uma região periférica: a Amazônia'. *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 9,n.2, p.261-72, maio-ago. 2002.

WHYTE, A. V. T. *La perception de l'environnement: lignes directrices méthodologiques pour les études sur le terrain*. Paris: Unesco, 1978.

WILK, R. *Household Ecology: Economic Change and Domestic Life among the Kekchi Maya in Belize*. Northern Illinois University Press, 1997.

WINKLERPRINS, A.M.G.A. House-lot gardens in Santarém, Pará, Brazil: Linking rural with urban. *Urban Ecosystems*, 2002.

YEMBILAH, R. & GRANT, M. The political Ecology of territoriality; territorialities in farmerherder relationships in Northern Ghana. *GeoJournal*, 20 de outubro de 2013. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/24432596?seq=1#page_scan_tab_contents.

ZIMMERER, K. S. Human geography and the new ecology – the prospect and promise of integration. *Annals of the Association of American Geographers*, n. 84, p. 108-125, 1994.

ZIMMERER, K. S. The Reworking of Conservation Geographies: Nonequilibrium Landscapes and Nature Society Hybrids. *Annals of the Association of American Geographers*. v.90, n.2, p.356-369, 2000. DOI:10.1111/0004- 5608.00199.

APÊNDICE

10.1. Termo de consentimento livre e esclarecido

TERRITORIALIDADES E MODOS DE VIDA À MARGEM DO RIO XINGU: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE AS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS ATINGIDAS PELA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE

Pesquisadora responsável: Maíra Borges Fainguelernt Orientador: Prof. Dr. Emílio Moran

Número do CAAE: 51741515.8.0000.5404

Você está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa a assegurar seus direitos como participante e é elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis no contato indicado no final desta página.

O presente projeto de pesquisa tem caráter qualitativo e tem como objetivo investigar, em particular, as populações ribeirinhas atingidas pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu, Pará. A proposta é analisar as estratégias de resposta, adaptação e/ou resistência dessas populações diante das transformações originadas com a construção da usina. Para isso, pretende-se manter um enfoque interdisciplinar capaz de enriquecer uma análise mais profunda sobre a problemática e contribuir para o entendimento da relação entre a histórica invisibilidade do ribeirinho, do processo de perda dos aspectos tradicionais do modo de vida e dos impactos de grandes projetos de infraestrutura em povoados tradicionais na região amazônica.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido (a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: entrevista com um roteiro de perguntas sobre o tema, sobre práticas adotadas no dia a dia, opiniões e conhecimentos sobre o meio ambiente em que vive ou viveu.

A entrevista será feita em sua própria casa ou local de trabalho com previsão de 1 hora de duração. Os dados serão usados para fins científicos da minha pesquisa de doutorado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e os demais trabalhos relacionados a ela. Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição à qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Os materiais audiovisuais poderão ser editados para a produção de apresentações, exposições e documentário de pesquisa visando à divulgação científica para o desenvolvimento e inovação. Cabe esclarecer que os dados e informações obtidos dos entrevistados serão mantidos em sigilo e tornados anônimos. Os arquivos gerados das entrevistas e o mapa dos números dos informantes não serão compartilhados e ficarão em posse exclusiva do pesquisador solicitante. Não há benefícios diretos aos participantes da pesquisa. Um possível benefício indireto pode ser relacionado ao retorno social, já que a presente pesquisa pretende contribuir para a construção de políticas públicas na região. Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da

equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado. Cabe esclarecer que não há previsão de possíveis desconfortos ou riscos que podem ocorrer por você participar da pesquisa. Não há previsão de despesas que precisem ser ressarcidas. Também não há previsão de acompanhamento e assistência aos participantes ao longo da pesquisa.

Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você terá direito à indenização. Entretanto, não há previsão de danos ou desconfortos decorrentes desta pesquisa.

Você ficará com uma via deste Termo e toda dúvida sobre a pesquisa poderá ser esclarecida com os pesquisadores Prof. Dr. Emílio Moran ou Maíra Borges Fainguelernt no Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM) da Unicamp, Rua dos Flamboyants 155, Cidade Universitária, Barão Geraldo, Campinas, SP, tel (019) 3521- 7690, de 2ª a 6ª feira –9:00 às 17:30h. Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você pode entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNICAMP das 08h30min às 13:30hs e das 13:00hs as 17:00hs na Rua: Tessália Vieira de Camargo, 126; CEP 13083-887 Campinas – SP; tele- fone (19) 3521-8936; fax (19) 3521-7187; e-mail: cep@fcm.unicamp.br

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar:

Nome do(a) participante: _____

Data: ____/____/____.

(Assinatura do participante ou nome e assinatura do seu responsável LEGAL)

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguo ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguo, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

Data: ____/____/____

(Assinatura do Pesquisador)

10.2. Entrevista semiestruturada com ribeirinhos

Nome completo: Endereço: Telefone/Contato

10.2.1. Onde o senhor (a) nasceu? Onde mora? Há quanto tempo? Já se mudou? Por quê?

10.2.2. Quantas pessoas têm na sua casa? Tem filhos? Avós? Parentes distantes? Quais? Afilhados?

10.2.3. Qual é a sua escolaridade? Seus filhos frequentam a escola? Qual a distância da escola? Localidade? Qual a idade deles? Em que série eles estão?

10.2.4. Recebe Bolsa Família? Bolsa Verde? Seguro Defeso?

10.2.5. Como é (era) o seu dia a dia atualmente? Quais atividades faz? Que horas acorda e vai dormir? Quantas horas de trabalho por dia? Tem mudado seu dia a dia? Por quê?

10.2.6. De que maneira o rio influencia < ou influenciava > suas atividades diárias? Ajuda na sua alimentação? Deslocamento? Lazer? Etc.

10.2.7. Você pesca < ou pescava > todos os dias? Quais peixes eram mais comuns? Quais peixes gosta mais de comer? E vender? Para quem você vende? Já viu alguém de fora pescando na Resex?

10.2.8. Você planta algum alimento? Para subsistência ou venda? Se vende, para onde? () Mandioca () Milho () outros

10.2.9. Você tem canteiro? Como foi feito? O que tem plantado? Hortaliças? Onde? Fica bem próximo do rio? Distância em metros da sua casa?

10.2.10. O senhor conhece alguma história, lenda ou conto ribeirinho sobre o rio Xingu? Panema? Curupira? Cobra grande? Matita Pereira? Mãe D'água?

- 10.2.11. O senhor tinha casa no “beiradão” em Altamira? A Norte Energia te deu opção no momento de mudança? Entre ir para um assentamento próximo ou receber indenização, o que preferiu? Por quê? Qual RUC? Se não tinha casa, conhece alguém que tinha? Onde a pessoa está agora?
-
- 10.2.12. A Usina de Belo Monte trouxe novas oportunidades para o senhor (a) e sua família? Mais empregos () Renda melhor () Mais serviços disponíveis ()
-
- 10.2.13. Quais são os problemas que o (a) senhor (a) e sua família enfrentavam antes da usina? () violência () conflitos por áreas de pesca () falta de peixes () conflitos sociais entre vizinhos, () conflitos com madeireiros, () outros
-
- 10.2.14. Quais problemas enfrentam agora depois da construção da usina que não tinham antes?
-
- 10.2.15. A vida aqui melhorou com a criação da RESEX? Como o senhor (a) ainda acha que poderia melhorar a vida da sua família? Mudou algo com a usina?
-
- 10.2.16. O que acha do sistema de Cantinas? Ficou melhor? Por quê?
-
- 10.2.17. Você compra mantimentos (rancho)/merenda) com o regatão? Troca por peixe? O que você compra normalmente? Com que frequência? Óleo () Gás () Arroz ()
-
- 10.2.18. Se pudesse escolher para onde ir depois que a usina foi construída, o que escolheria? Ficaria na mesma situação? Iria para cidade? Se ficaria na Reserva, de que mais gosta? Por quê?
-
- 10.2.19. Quais são os principais impactos da usina onde você mora <ou morava>?
-
- 10.2.20. Você costumava ir à cidade? E antes da construção da usina também ia? Com qual frequência com que vai à cidade? Quais são os serviços importantes que a cidade oferece (oferecia) para sua rotina? Onde você fica? (na casa de amigos, parentes, norio?) Mudou alguma depois da usina? Se for para a cidade com a família toda, quanto gasta em um dia na cidade de Altamira hoje em dia?
-

10.2.21. Como o (a) senhor (a) chega <ou chegava> até à cidade? Como é o seu deslocamento? Barco () Voadeira () Carro() etc.

1) O (a) senhor (a) participa de alguma reunião? Já participou de algum movimento social? De quais cursos oferecidos por parceiros já participou? E das Assembleias Gerais da Associação, participa? E depois da usina, houve alguma mudança? Participou mais ou menos?

2) O (a) senhor (a) se identifica com o termo ribeirinho? Beiradeiro seria melhor? Se sim, por quê? Se não, qual termo seria melhor, mais apropriado?

3) Como é a relação hoje em dia com os índios das Terras Indígenas vizinhas? São amigos? Se ajudam? Trocam ou vendem algo?

4) A Norte Energia trata ribeirinhos e indígenas da Terra do Meio da mesma forma? Por quê?

10.3. Entrevista semiestruturada com atores-chave

Nome completo: Instituição/ Organização/ Movimento Social: E-mail/ Telefone/ Contato:

- 1) Como o (a) senhor (a) analisa as transformações recentes em Altamira?

 - 2) Quais são os principais problemas enfrentados atualmente pela população local?

 - 3) Quais as oportunidades e melhorias que a empresa Norte Energia e a construção da usina propiciaram à população local?

 - 4) Como o (a) senhor (a) qualificaria a atuação da empresa Norte Energia na região em relação aos ribeirinhos atingidos pela obra? E os moradores das RESEXs?

 - 5) Como percebe os impactos da Usina na vida das famílias ribeirinhas moradoras das RESEXs? Mais econômicos? Mais sociais? Ambientais?

 - 6) Tem ou já teve contato direto com alguma família ribeirinha? O que define, em sua opinião, o modo de vida dessas populações?

 - 7) Na sua área de atuação, tem feito alguma coisa que pode ter atingido os ribeirinhos das RESEXs? Qual?

 - 8) O que poderia ter sido feito para diminuir os impactos da usina sobre as populações ribeirinhas?

-

ANEXO

Lei de Acesso à informação - E-mail resposta do ICMBio sobre pedido realizado pela pesquisadora sobre impactos de Belo Monte

Prezado(a) Senhor(a),

Seu pedido de informação foi processado com sucesso e recebeu o número de protocolo 23480.005272/2016-11 .

Para obter detalhes do pedido de informação cadastrado, clique o cursor no número do protocolo informado anteriormente. Poderá ser exigido o usuário e senha para ter acesso ao sistema.

O seu pedido de informação deverá ser processado no prazo de 20 (vinte) dias, conforme estabelecido no art. 11, § 1º, da Lei nº 12.527/2011, podendo esse prazo ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa, conforme dispõe o art. 11, § 2º, da referida Lei.

A situação do seu pedido poderá ser verificada, sempre que desejar, através da opção do menu do sistema “Consultar Pedido de Informação “.

Na hipótese de seu pedido não ser respondido dentro do prazo acima citado, o sistema disponibilizará por 10 (dez) dias, contados da data limite para a resposta, botão para apresentação de recurso denominado reclamação, dirigido à autoridade responsável pelo monitoramento da aplicação da Lei de Acesso à Informação no órgão ou entidade, conforme previsto no artigo 22 do Decreto 7.724/2012.

Uma vez respondido o pedido, é possível interpor recurso, também no prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que o pedido foi respondido, conforme previsto no caput do artigo 21 do Decreto 7.724/2012.

Visite o sítio para obter maiores informações.

Agradecemos seu contato!